



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO GERENCIAL - 2º TRIMESTRE DE 2018 -

SUMÁRIO

1	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS	9
2	COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	11
2.1	ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:	11
2.1.1	CENÁRIO ECONÔMICO	11
2.1.2	DESTAQUES INTERNACIONAIS	13
2.1.3	VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS	13
2.1.3.1	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC	13
2.1.3.2	TAXAS DE INFLAÇÃO	14
2.1.3.3	TAXA REAL DE JUROS - 2018	15
2.1.3.4	TAXA DE CÂMBIO	16
2.1.3.5	INDICADORES FINANCEIROS - 2018	16
2.1.4	BRASIL – PERSPECTIVAS	17
2.2	MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS:	18
2.2.1	RENDA FIXA	18
2.2.2	RENDA VARIÁVEL	18
2.2.2.1	ANÁLISE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA'S – ALOCADOS:	19
2.2.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	24
2.2.3.1	ENERGIA PCH - FIP / PROJETO JURUENA	24
2.2.3.1.1	FATO RELEVANTE	24
2.2.3.2	GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGIA	26
2.2.3.3	FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - SAGA SNAKE	26
2.2.4	SEGMENTO IMOBILIÁRIO	27
2.2.4.1	EMPREENHIMENTO FERNANDEZ PLAZA - SALVADOR - BA	27
2.2.4.2	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO - SÃO CRISTÓVÃO - RJ	27
2.2.5	ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO	28
3	DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA	28
4	PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	31
4.1	PREVIDENCIAL	31
4.1.1	POPULAÇÃO ASSISTIDA	31
4.1.2	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	32
4.2	INVESTIMENTO	34
4.2.1	PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL	34
4.2.2	ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	35
4.2.3	RENTABILIDADE	36
4.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	37
4.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	37
4.2.3.3	SEGMENTO DE ESTRUTURADO	37
4.2.3.4	SEGMENTO IMOBILIÁRIO	37
4.2.3.5	SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES	37
4.2.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	38
4.2.4.1	RENDA FIXA	38
4.2.4.2	RENDA VARIÁVEL	40
4.2.4.3	ESTRUTURADO	41
4.2.4.4	IMOBILIÁRIO	42
4.2.4.5	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	43
4.2.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	45
4.2.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	45
4.2.6	OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2018:	45
4.2.7	DURATION DO PLANO	46
4.2.8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO:	47
4.3	CONTÁBIL	50
4.3.1	NOTAS EXPLICATIVAS	51
4.3.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	51
4.3.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	51
4.3.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	52
4.3.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	52
4.3.1.1.4	FATO RELEVANTE	52
4.3.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	52

4.3.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	52
4.3.1.2.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	53
4.3.1.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	53
4.3.1.2.4	PATRIMÔNIO SOCIAL	53
4.3.1.2.5	FUNDOS	54
4.3.1.2.6	FATO RELEVANTE	55
5	PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	56
5.1	PREVIDENCIAL	56
5.1.1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	56
5.1.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	57
5.2	INVESTIMENTO	57
5.2.1	PERFORMANCE DO CODEPREV - DESCONTADA DA TAXA INDICATIVA	57
5.2.2	ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO	58
5.2.3	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	59
5.2.4	RENTABILIDADE	60
5.2.4.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	61
5.2.4.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	61
5.2.4.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	61
5.2.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	61
5.2.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO – DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	61
5.2.6	OPERAÇÕES CURSADAS	62
5.2.7	DURATION	62
5.2.8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	63
5.3	CONTÁBIL	64
5.3.1	NOTAS EXPLICATIVAS	65
5.3.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	65
5.3.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	65
5.3.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	65
5.3.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	65
5.3.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	66
5.3.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	66
5.3.1.2.2	GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	66
5.3.1.2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	66
5.3.1.2.4	FUNDOS	66
6	PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO	69
6.1	RECEITAS	69
6.1.1	DÍVIDA CODEVASF	69
6.1.2	DÍVIDA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO	69
6.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	69
6.3	INVESTIMENTO	70
6.3.1	PERFORMANCE DO PLANO III/BSALDADO – DESCONTADA DA META ATUARIAL	70
6.3.2	ENQUADRAMENTO	71
6.3.2.1	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	71
6.3.3	RENTABILIDADE	72
6.3.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	73
6.3.4.1	RENDA FIXA	73
6.3.4.2	RENDA VARIÁVEL	74
6.3.4.3	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	75
6.3.4.4	IMOBILIÁRIO	75
6.3.4.5	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	76
6.3.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	76
6.3.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	76
6.3.6	DURATION DO PLANO	77
6.3.7	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	78
6.4	CONTÁBIL	81
6.4.1	NOTAS EXPLICATIVAS	82
6.4.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	82
6.4.1.1.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	82
6.4.1.1.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	83

6.4.1.1.3	GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	83
6.4.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	83
6.4.1.2.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	83
6.4.1.2.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	83
6.4.1.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	84
6.4.1.2.4	PATRIMÔNIO SOCIAL	84
6.4.1.2.5	FUNDOS	84
6.4.2	FATO RELEVANTE:	86
7	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	86
7.1	ADMINISTRAÇÃO	86
7.1.1	ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO	86
7.1.1.1	RECEITAS	86
7.1.1.2	DESPESAS	87
7.1.1.3	CUSTEIO	88
7.1.1.4	FUNDO ADMINISTRATIVO	89
7.1.1.5	COMPARAÇÃO COM O MERCADO.....	89
7.1.1.5.1	INDICADORES DE DESEMPENHO DE GESTÃO - O IDG II	89
7.1.1.6	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	91
7.2	INVESTIMENTO	92
7.2.1	ENQUADRAMENTO.....	92
7.2.2	RENTABILIDADE.....	93
7.2.2.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	93
7.2.2.2	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	93
7.2.3	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	94
7.2.3.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	94
7.2.4	OPERAÇÕES CURSADAS.....	95
7.2.5	DURATION	95
7.2.6	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	95
7.3	CONTÁBIL	96
7.3.1	ENQUADRAMENTO.....	96
7.3.2	NOTAS EXPLICATIVAS	98
7.3.2.1	ATIVO REALIZÁVEL.....	98
7.3.2.1.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	98
7.3.2.1.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	99
7.3.2.2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	99
7.3.2.2.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA:.....	99
7.3.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	99
7.3.2.3.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	99
8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – 1º SEMESTRE.....	101
8.1	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	101
8.1.1	CONSOLIDADO GERAL, SINTÉTICO, EM MOEDA CONSTANTE DE JUNHO DE 2018	101
8.1.1.1	VALORES REALIZADOS COMPARADOS AO MESMO PERÍODO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	101
8.1.2	RESULTADO CONSOLIDADO, EM MOEDA CORRENTE, POR GESTÃO	102
8.1.3	ORÇADO X REALIZADO ADMINISTRATIVO, ACOMPANHAMENTO SINTÉTICO POR PLANO	104
8.1.3.1	FATOS RELEVANTES	104
8.1.4	RESULTADO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PGA, POR PLANO DE BENEFÍCIO	105
8.1.5	INDICADORES PROJETADOS PARA O ANO COM BASE NOS DADOS ATÉ O 1º SEMESTRE	105
8.1.5.1	DADOS ANUALIZADOS LINEARMENTE PARA APURAÇÃO DOS INDICADORES	105
8.1.5.2	INDICADORES	106
8.2	PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD	106
8.2.1	EVOLUÇÃO DA RESERVA	106
8.2.2	RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	107
8.3	CODEPREV.....	107
8.3.1	EVOLUÇÃO DA RESERVA	107
8.3.2	RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	107
8.4	BENEFÍCIO SALDADO.....	108
8.4.1	EVOLUÇÃO DA RESERVA	108
8.4.2	RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	108

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	EMPREGADOS X PARTICIPANTES.....	9
GRÁFICO 2.	PARTICIPANTES POR LOCALIDADE	9
GRÁFICO 3.	ASSISTIDOS POR LOCALIDADE	10
GRÁFICO 4.	EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR ESTADO	10
GRÁFICO 5.	TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS	12
GRÁFICO 6.	COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2019	12
GRÁFICO 7.	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2017 X 2018.....	14
GRÁFICO 8.	ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS	15
GRÁFICO 9.	TAXA REAL DE JUROS.....	15
GRÁFICO 10.	COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2017 X 2018.....	16
GRÁFICO 11.	DISPERÇÃO RISCO X RETORNO MAIO 2014 A JUNHO 2018.....	19
GRÁFICO 12.	DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES	20
GRÁFICO 13.	DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL	20
GRÁFICO 14.	TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A JUNHO/2018	20
GRÁFICO 15.	DESEMPENHO DOS FIA'S - SAGA E MAPFRE SF - MAIO/2014 A JUNHO DE 2018	24
GRÁFICO 16.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH / FIP	25
GRÁFICO 17.	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL.....	28
GRÁFICO 18.	APOSENTADOS X PENSIONISTAS	31
GRÁFICO 19.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA.....	31
GRÁFICO 20.	PATRONAL X ASSISTIDOS	32
GRÁFICO 21.	PATRONAL X ASSISTIDOS	32
GRÁFICO 22.	PATRONAL X PARTICIPANTES	33
GRÁFICO 23.	TOTAL DE RECEITAS ATIVOS X PATRONAL	33
GRÁFICO 24.	TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE.....	34
GRÁFICO 25.	DESEMPENHO ACUMULADO.....	34
GRÁFICO 26.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	35
GRÁFICO 27.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO.....	36
GRÁFICO 28.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA	39
GRÁFICO 29.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL.....	40
GRÁFICO 30.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO	41
GRÁFICO 31.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO IMOBILIÁRIO.....	42
GRÁFICO 32.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO.....	44
GRÁFICO 33.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE.....	44
GRÁFICO 34.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS.....	45
GRÁFICO 35.	EVOLUÇÃO DA DURATION.....	47
GRÁFICO 36.	PATRONAL X PARTICIPANTE.....	56
GRÁFICO 37.	TOTAL DA RECEITA POR TRIMESTRE – PATRONAL X PARTICIPANTE.....	56
GRÁFICO 38.	DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA	58
GRÁFICO 39.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	58
GRÁFICO 40.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO ACUMULADA.....	60
GRÁFICO 41.	EVOLUÇÃO DA DURATION.....	62
GRÁFICO 42.	DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA.....	67
GRÁFICO 43.	DESEMPENHO ACUMULADO.....	70
GRÁFICO 44.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO.....	71
GRÁFICO 45.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO.....	72
GRÁFICO 46.	EVOLUÇÃO DO DURATION	77
GRÁFICO 47.	RECURSOS RECEBIDOS.....	86
GRÁFICO 48.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS.....	87
GRÁFICO 49.	DESPESAS REALIZADAS.....	87
GRÁFICO 50.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA	88
GRÁFICO 51.	PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	89
GRÁFICO 52.	INDICADORES DE GESTÃO.....	90
GRÁFICO 53.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	93
GRÁFICO 54.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO.....	94
GRÁFICO 55.	EVOLUÇÃO DA DURATION.....	95
GRÁFICO 56.	RECEITAS ADMINISTRATIVAS.....	101
GRÁFICO 57.	GASTOS ADMINISTRATIVOS.....	102

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.	BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	29
QUADRO 2.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	30
QUADRO 3.	CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	30
QUADRO 4.	BALANÇO PATRIMONIAL	50
QUADRO 5.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	50
QUADRO 6.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	51
QUADRO 7.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	51
QUADRO 8.	POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	52
QUADRO 9.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	55
QUADRO 10.	BALANÇO PATRIMONIAL	64
QUADRO 11.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	64
QUADRO 12.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	64
QUADRO 13.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	65
QUADRO 14.	CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	65
QUADRO 15.	EVOLUÇÃO DA COTA	67
QUADRO 16.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	68
QUADRO 17.	BALANÇO PATRIMONIAL	81
QUADRO 18.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	81
QUADRO 19.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	82
QUADRO 20.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	82
QUADRO 21.	POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	83
QUADRO 22.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	85
QUADRO 23.	ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO	88
QUADRO 24.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	91
QUADRO 25.	ENQUADRAMENTO	96
QUADRO 26.	CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	96
QUADRO 27.	CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO)	97
QUADRO 28.	CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB II – CODEPREV	97
QUADRO 29.	CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB III – SALDADO	98
QUADRO 30.	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	99
QUADRO 31.	RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS	100
QUADRO 32.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO ANUAL	101
QUADRO 33.	GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIAL	103
QUADRO 34.	GESTÃO ADMINISTRATIVA DE INVESTIMENTOS	103
QUADRO 35.	RECEITAS E DESPESAS	105
QUADRO 36.	EVOLUÇÃO DA RESERVA	106
QUADRO 37.	RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	107
QUADRO 38.	EVOLUÇÃO DA RESERVA	107
QUADRO 39.	RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	107
QUADRO 40.	EVOLUÇÃO DA RESERVA	108
QUADRO 41.	RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2018	16
TABELA 2.	FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA	21
TABELA 3.	CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE	22
TABELA 4.	CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR	23
TABELA 5.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH/FIP	25
TABELA 6.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA	35
TABELA 7.	ENQUADRAMENTO LEGAL	36
TABELA 8.	RENTABILIDADE	36
TABELA 9.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	38
TABELA 10.	AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DOS ATIVOS À MERCADO	39
TABELA 11.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	40
TABELA 12.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO	41
TABELA 13.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO	42

TABELA 14.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	43
TABELA 15.	CONCESSÕES	43
TABELA 16.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO	44
TABELA 17.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	45
TABELA 18.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	46
TABELA 19.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	49
TABELA 20.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE – ACUMULADA	58
TABELA 21.	ENQUADRAMENTO LEGAL	59
TABELA 22.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	59
TABELA 23.	AValiação DO COMPORTAMENTO DOS ATIVOS À MERCADO	60
TABELA 24.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO.....	61
TABELA 25.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	61
TABELA 26.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018	62
TABELA 27.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	63
TABELA 28.	DESEMPENHO ACUMULADO	71
TABELA 29.	ENQUADRAMENTO LEGAL	72
TABELA 30.	RENTABILIDADE	72
TABELA 31.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA.....	73
TABELA 32.	AValiação DO COMPORTAMENTO DOS ATIVOS À MERCADO	74
TABELA 33.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	74
TABELA 34.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	75
TABELA 35.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS	75
TABELA 36.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	76
TABELA 37.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	77
TABELA 38.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	77
TABELA 39.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	80
TABELA 40.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	92
TABELA 41.	ENQUADRAMENTO LEGAL	93
TABELA 42.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO.....	94
TABELA 43.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	94
TABELA 44.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018	95
TABELA 45.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	95
TABELA 46.	CUSTEIO DO PLANO DE BENEFÍCIOS I	104
TABELA 47.	CUSTEIO DO CODEPREV	104
TABELA 48.	CUSTEIO DO BENEFÍCIO SALDADO.....	104
TABELA 49.	BENEFÍCIO DEFINIDO	105
TABELA 50.	BENEFÍCIO SALDADO	105
TABELA 51.	RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	105
TABELA 52.	ESTIMADOS - HIPÓTESE ORÇAMENTÁRIA	106
TABELA 53.	ESTIPULADOS NO REGULAMENTO DO PGA	106

APRESENTAÇÃO

Os dados apresentados estão acumulados até o **2º Trimestre de 2018**. Elaborado por determinação da Diretoria Executiva foi produzido pelas áreas administrativas gerenciais da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Objetiva dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda, permitir comparar os resultados com outros de exercícios anteriores, relativamente ao mesmo período de tempo. Há ainda a análise e apresentação dos indicadores administrativos, que para apurá-los, tomou-se os saldos existentes até o 2º semestre e linearmente posicionou-os como se fossem de 31/12/2018. O racional da utilização na forma empregada tem por base o conceito de que tudo que ocorrerá no ano é a repetição do que já ocorreu até o final do semestre. É a tentativa de antever desvios e, se necessário, proceder aos ajustes. Dito de outra forma, trata-se de exercício obrigatório, visando atender os determinantes exarados na projeção orçamentária, cumprindo assim os limites prudenciais estipulados pelo Conselho Deliberativo.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

***Art. 7º:** A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

***Parágrafo único.** A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

***Art. 16.** Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

***§ 1º** O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

***Art. 17.** Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

***Parágrafo único.** A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

Espera-se também permitir aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade e dos Planos de Benefícios, sob a gestão da Fundação. Foca também o confronto das realizações com as projeções orçamentárias. Assim procedendo fornece subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos, dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, já que são apresentados os números por meio das comparações entre realizado e orçado, sem perder de vista o comportamento dos mesmos em exercícios anteriores.

A estrutura deste relatório segue a seguinte ordem: **(i)** Apresentação; **(ii)** Distribuição geográfica de ativos, assistidos e não-participantes; **(iii)** Cenário Macroeconômico; **(iv)** Comportamento do mercado e de ativos existentes em mais de um dos Planos; **(v)** Demonstração contábil consolidada; **(vi)** Planos de Benefícios, seguindo a seguinte sequência: I/BD; II/CD-Codeprev; e III-Saldado; e, **(vii)** Plano de Gestão Administrativa-PGA.

1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS

Nesse tópico, são apresentados, de forma gráfica, os quantitativos de empregados ativos da Patrocinadora atendidos por um dos planos de previdência e sua distribuição geográfica, a distribuição de ex-empregados que se encontram na condição de assistidos ou seus pensionistas, bem como a distribuição geográfica dos empregados ativos não-atendidos, ou seja, não-participantes de um dos planos patrocinados.

GRÁFICO 1. EMPREGADOS X PARTICIPANTES

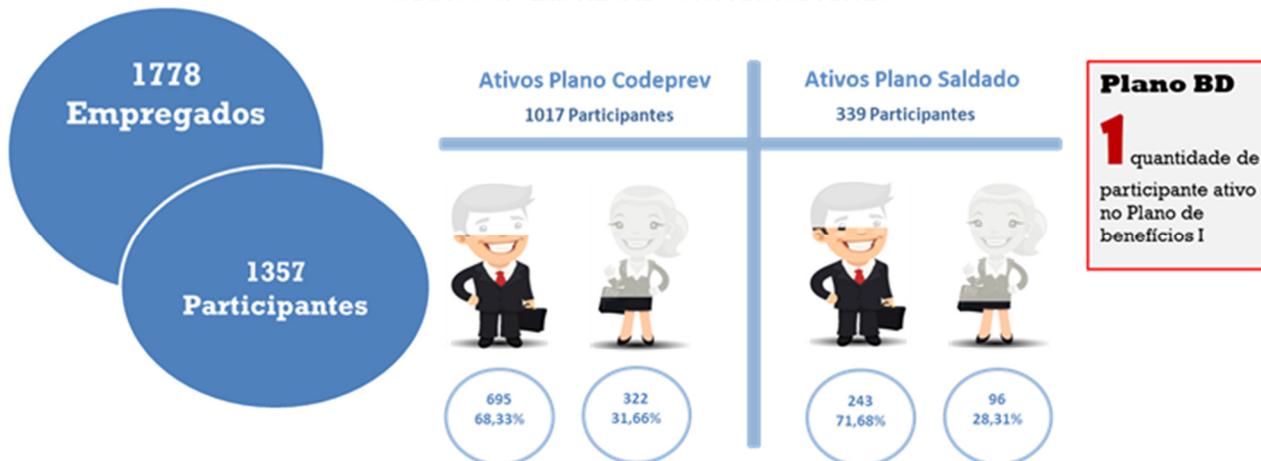


GRÁFICO 2. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE

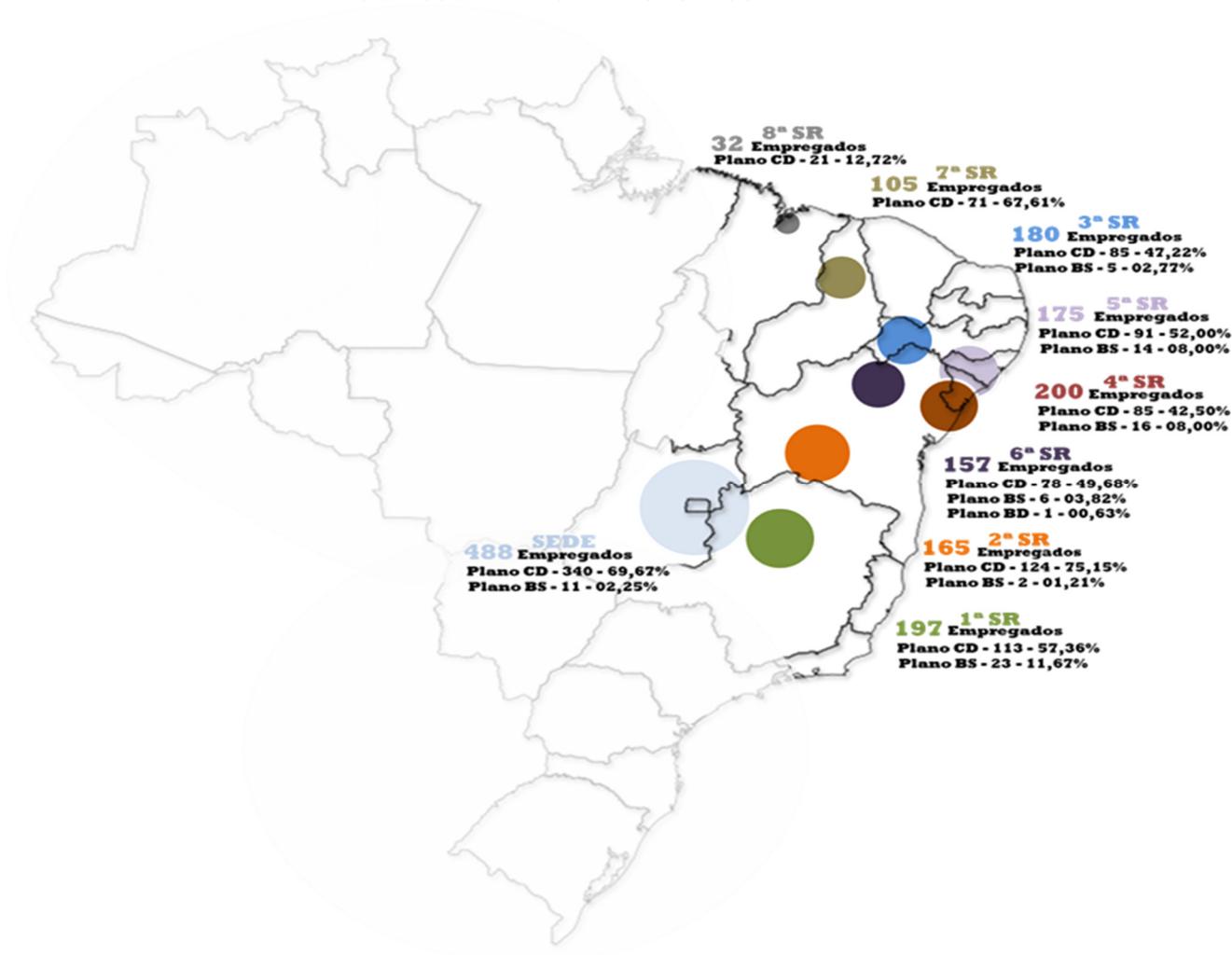


GRÁFICO 3. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE

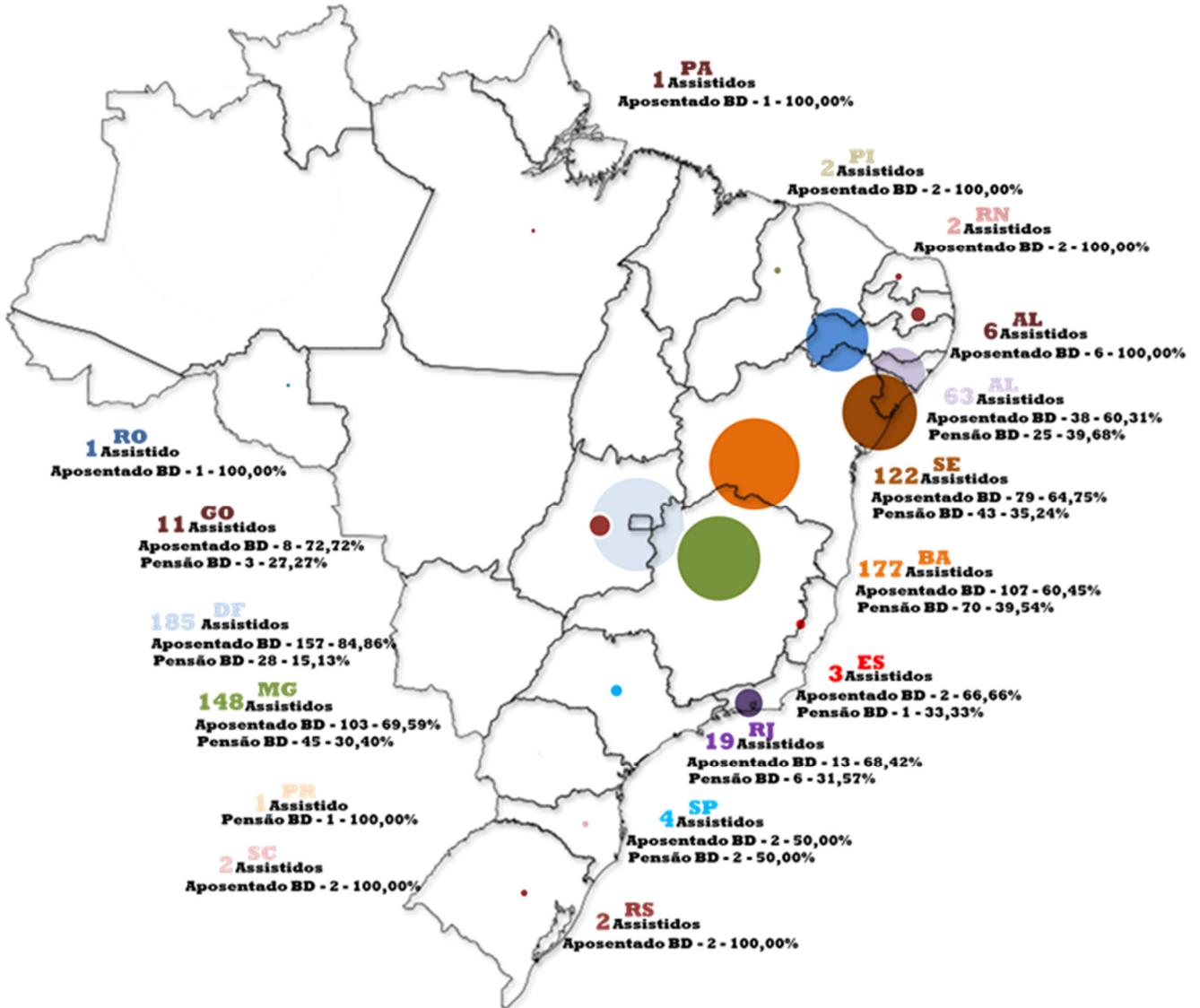
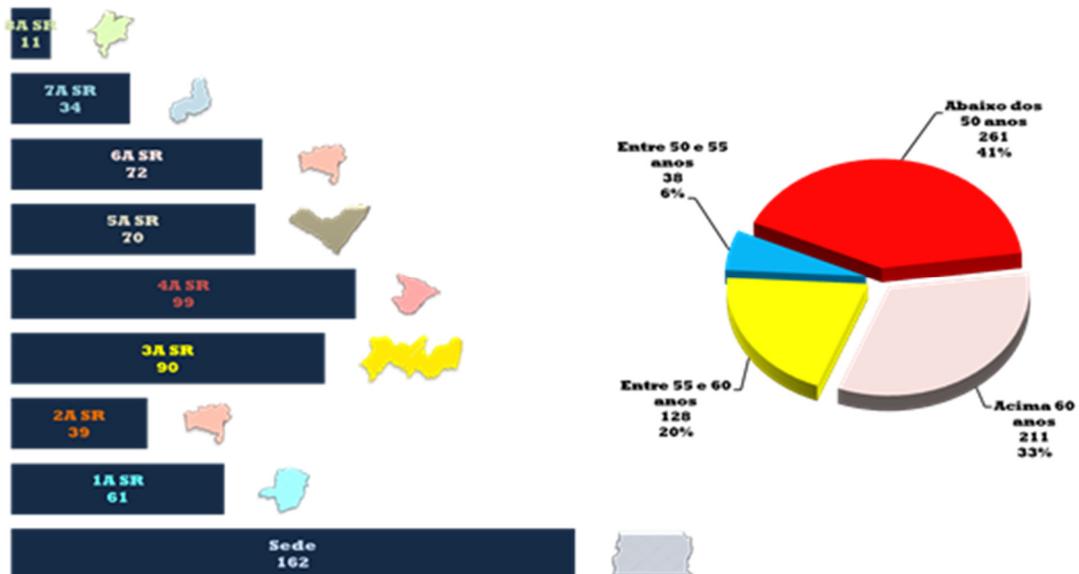


GRÁFICO 4. EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR ESTADO

Empregados sem planos de benefícios por estado



2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

2.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

2.1.1 Cenário Econômico

Encerrado o segundo trimestre de 2018, encerrou-se também, o processo otimista de recuperação econômica do país, ocorrido no decorrer dos três primeiros meses do ano.

Mais uma vez, o Brasil não conseguiu desvincular a agenda econômica do processo político, tornando o calendário do Poder Legislativo vazio no âmbito das reformas estruturais, extremamente necessárias para a retomada do processo de recuperação econômica e a geração de empregos, ratificando a inviabilidade de votações de medidas econômicas factíveis no Congresso Nacional, prejudicando acentuadamente o processo de crescimento do país. Findo o primeiro semestre, o Brasil registrou mais um período indicando que as atividades ficaram comprometidas com margens aquém das projetadas, o que demandou no decorrer do período novas previsões baixistas para o PIB de 2018, tanto pelas autoridades, quanto pelo mercado.

Os formadores de opiniões e o mercado como um todo se deparou no decorrer do segundo trimestre com o desmonte do processo de recuperação da economia brasileira observado desde dezembro de 2017, imputando para todos os segmentos produtivos e de serviços à marca de elevada e insustentável processo de queda, consolidando fortemente a partir do dia 21 de maio com a deflagração da greve dos caminhoneiros, paralisando literalmente o país por 11 (onze) dias, com objetivos claros: (i) Manifestação contra os reajustes frequentes (quase diários) e sem previsibilidade mínima de preços dos combustíveis para a classe, com destaque para o óleo diesel, realizados pela Petrobrás S/A (estatal do petróleo brasileiro); (ii) Fim da cobrança de pedágio por eixo suspenso dos caminhões nas rodovias brasileiras concedidas e (iii) Pelo fim da cobrança do PIS/COFINS sobre o diesel.

As consequências não demoraram a refletirem na economia local, o país perdeu a alavanca de um novo ciclo de crescimento durante o trimestre, de forma que as projeções dos indicadores passaram a novos patamares para baixo: O PIB no final do primeiro trimestre registrava projeção de 2,80% caiu para 1,55% e a Inflação de 3,54% projetada para 2018 em março, subiu para 4,16% - Fonte: Boletim Focus – 29.06.2018.

Vários fatores desfavoráveis contribuíram para as novas revisões realizadas pelas autoridades e pelo próprio mercado, com destaque para: (a) O cancelamento e/ou postergação de novos investimentos pelos setores produtivos, aliada às incertezas e insegurança motivada pelas perspectivas da eleição presidencial de outubro de 2018 e (b) a surpreendente greve dos caminhoneiros em maio, acima comentada. Esta última surpreendeu os próprios grevistas, pois não detinham dentro dos seus próprios sindicatos a métrica da força que o movimento representaria dentro do país, causando um estrago maior do que o esperado; o país parou literalmente com o desabastecimento de todos os segmentos produtivos e de serviços da economia.

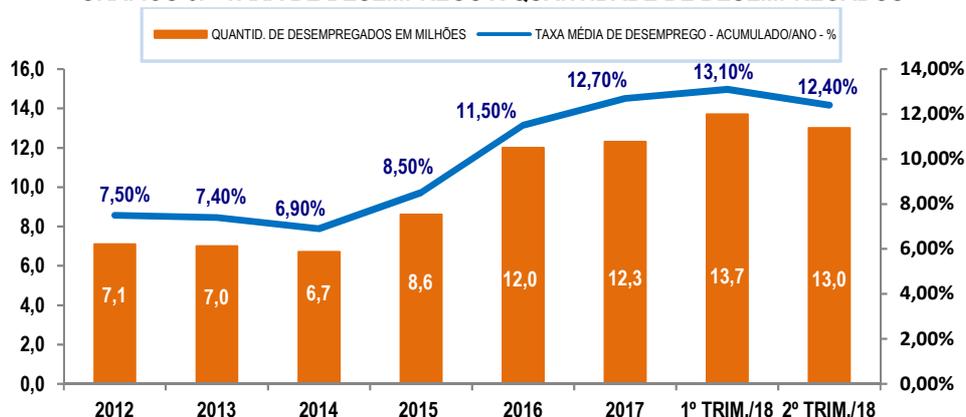
Encerrado o primeiro semestre, o Governo Michel Temer mais uma vez não conseguiu carimbar o seu plano de governo no âmbito do Legislativo. A Reforma da Previdência, principal bandeira de seu Governo, dissipou nos primeiros seis meses de 2018, contrariando todas as expectativas na redução do déficit previdenciário, encerrando o período com mais despesas para orçamento de 2019. O processo é preocupante para o próximo governo. Segundo a **Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística – DIROPEL**, encerrado o segundo trimestre o **Fundo de Regime Geral de Previdência Social – FRGPS**, publicada pelo INSS, o balanço orçamentário apresentou um déficit de R\$ 291 milhões (diferença entre a Receita Realizada no período e a Despesa Empenhada) – Fonte: Relatório Orçamentário – INSS – Junho 2018.

O mercado vislumbrava até abril, que o consumo interno poderia liderar o processo de recuperação da economia, especialmente pelo cenário de inflação extremamente benigna ocorrido nos quatro

primeiros meses do ano, favorecendo novos ciclos de cortes na Taxa Básica de Juros da Economia - Selic, comportamento previsto e ocorrido nas duas últimas reuniões do Copom. Assim, a inflação oficial acumulada no ano atingiu 2,60% - contra 1,18% registrada no mesmo período de 2017.

O fraco desempenho observado nos segmentos produtivos faz com que o mercado de trabalho venha mostrando dificuldades de recuperação, cenário agravado sobretudo após a greve dos caminhoneiros no final de maio, quando houve verdadeiro desabastecimento em todo o país. Com o alinhamento apontado anteriormente, fica fácil entender como o comportamento da taxa de desemprego no Brasil atingiu 12,4% em média, no trimestre encerrado em junho de 2018. Assim, a tímida mudança é perceptível quando se compara o índice divulgado em relação ao trimestre anterior (13,10%) ou com o mesmo período do ano passado (13,00%). Segundo o IBGE, o número de desempregados no Brasil foi de 13,0 milhões de pessoas, contra 13,7 milhões registrados no 1º trimestre de 2018, uma queda de 5,1% – **Fonte: IBGE.**

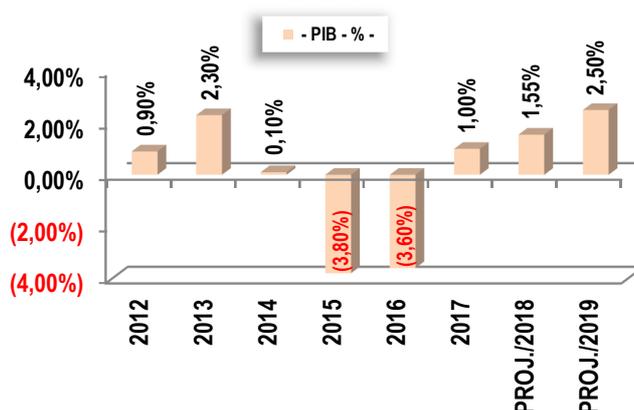
GRÁFICO 5. TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS



Quanto a Sondagem da Indústria de Transformação publicada pela FGV e o Instituto Brasileiro de Economia - IBRE - “A prévia de junho sinaliza queda da confiança sob influência de uma expressiva piora das avaliações sobre a situação atual. Há que se considerar, no entanto, que o aumento da incerteza econômica após as greves de caminhoneiros do final de maio, pode levar a que o resultado final da pesquisa seja mais distante da prévia que de costume. Entre os aspectos positivos está a normalização gradual das atividades produtivas ao longo do mês. Entre os negativos, a piora percebida da qualidade da política econômica e a maior proximidade das eleições”.

Segundo os dados divulgados pelo Banco Central - FOCUS - Relatório de Mercado (29.06.2018), a mediana do mercado para o crescimento da economia brasileira caiu às projeções para 2018. A expansão de 2,80% espera agora avanço de 1,55% no Produto Interno Bruto (PIB). Para o exercício de 2019, a expectativa reduziu de 3,00% para 2,50%.

GRÁFICO 6. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2019



2.1.2 Destaques Internacionais

- **Estados Unidos:** “A ata do FED (Banco Central americano) reforçou a trajetória gradual de alta da taxa de juros. No documento, os membros do comitê afirmam que o mercado de trabalho segue se fortalecendo e que a atividade econômica tem crescido a taxas sólidas, em linha com o esperado. Em termos de inflação, a autoridade monetária também reforçou a gradual convergência à meta de inflação (2,0%). Por outro lado, a maioria dos participantes notou que as incertezas e os riscos associados à disputa comercial haviam se intensificado e, por isso, existe preocupação com os possíveis efeitos negativos sobre os sentimentos dos empresários e os investimentos planejados. Somado a isso, houve menção ao potencial risco sobre o crescimento do país e a inflação como reflexo do cenário global, especialmente vindos da Europa e dos países emergentes. Ainda assim, a percepção geral é que a economia americana continua se comportando conforme esperado. Portanto, os ajustes nas taxas de juros são compatíveis com uma expansão sustentável da atividade, contribuindo para a manutenção das condições favoráveis de mercado de trabalho e para aceleração da inflação. O relatório de emprego dos EUA mostrou mais um resultado robusto, com criação de 213 mil vagas em junho. Além disso, a soma das revisões dos resultados anteriores foi de 37 mil vagas. Entre os destaques, está o setor manufatureiro e o de educação e saúde, com criação de 36 mil e 54 mil vagas, respectivamente. Por sua vez, a pesquisa por residência mostrou alta da taxa de desemprego, de 3,8% para 4,0%. A reversão da queda dos últimos meses decorreu do aumento da taxa de participação de 62,7% para 62,9%. O ganho salarial por hora ficou estável em 2,7% na comparação anual em termos nominais. Em resumo, os dados do mercado de trabalho reforçam a visão favorável da economia americana, corroborando com nosso cenário de duas altas adicionais de juros pelo FED neste ano” – **Fonte: BRAM – Informe Econômico – 06 de Julho de 2018.**

- **China:** “O Caixin PMI da indústria moderou em junho. O indicador desacelerou de 51,1 pontos para 51,0 pontos no mês. O resultado vai na mesma direção que o PMI oficial, que recuou de 51,9 pontos em maio para 51,5 pontos em junho. Ainda assim, o dado é compatível com um crescimento em torno de 6,5% neste ano. Além disso, os EUA anunciaram a imposição de tarifa de 25% sobre as importações de produtos chineses no valor de US\$ 34 bilhões a partir de 6 de julho. Adicionalmente, os EUA confirmaram que devem anunciar a segunda etapa de alta das tarifas sobre os restantes US\$ 16 bilhões em produtos importados da China até meados de agosto. A China, por sua vez, anunciou, no mesmo dia, que também entraram em vigor tarifas de 25% sobre US\$ 50 bilhões em produtos importados dos EUA. Entre os produtos que serão taxados estão as exportações americanas de automóveis, cigarros, aves e carnes processadas. Dessa maneira, a tensão na questão comercial vem escalando nas últimas semanas e deverá seguir presente como risco para o cenário global” – **Fonte: BRAM – Informe Econômico – 06 de Julho de 2018.**

- **Zona Euro - Europa:** “A produção industrial da Alemanha subiu 2,6% em maio. O resultado trouxe sinais de recuperação do setor, após um primeiro trimestre mais fraco (+0,3%), provavelmente explicado pelas questões climáticas da região. Analisando a abertura do indicador, a produção de manufaturados cresceu 2,7% e construção 3,1% no mês. Na mesma direção, os pedidos da indústria do país também mostraram um resultado benigno, com alta de 2,6% na mesma base de comparação. Diante disso, os dados do setor industrial vêm se contrapondo aos indicadores mais fracos de confiança (IFO e Zew) divulgados em junho. Nesse sentido, ainda não está claro se as questões comerciais entre os EUA e China já estariam afetando, de alguma maneira, o setor produtivo na Alemanha” – **Fonte: BRAM – Informe Econômico – 06 de Julho de 2018.**

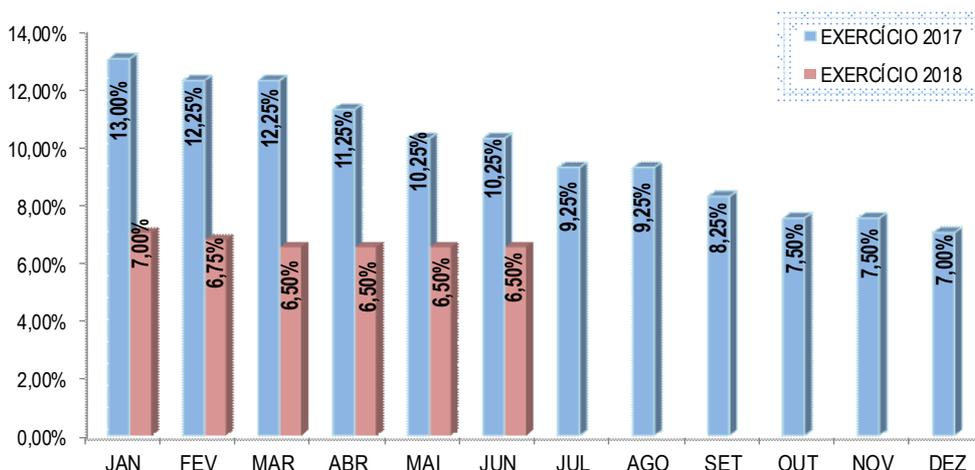
2.1.3 Variáveis Macroeconômicas Internas

2.1.3.1 Taxa Básica de Juros da Economia - SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião realizada no 2º Trimestre de 2018, nos dias 19 e 20 de junho de 2018, decidiu pela segunda vez manter a Taxa Básica de Juros da Economia - SELIC em 6,50% a.a. A decisão já era esperada pelo mercado financeiro, sem viés. Em maio, o BACEN

decidiu manter os juros em 6,50% a.a., o que encerrou o ciclo de cortes. A decisão ocorreu em meio à volatilidade no cenário externo que tem causado forte desvalorização do real frente ao dólar. No documento que comunica a sua decisão, o COPOM afirmou que a greve dos caminhoneiros, que se estendeu por 11 (onze) dias durante o mês de maio, “*dificultou a leitura da evolução recente da atividade econômica*”. Com a paralisação, houve falta de produtos em todo o país, o que fez seus preços disparar. A princípio, o BACEN confirmou o impacto na inflação no curto prazo, sem comprometer as perspectivas de crescimento da economia em 2018. Naquele instante, também não elevou o risco de não cumprimento da meta de inflação, que é de 4,50% neste ano. *Ainda que o cenário básico contemple a continuidade do processo de recuperação da economia brasileira, no encerramento do 2º trimestre esta assertiva encontra-se em ritmo mais lento, com índices mais baixos, refletindo os efeitos altistas e temporários da paralisação no setor de transportes e cargas e de outros ajustes de preços relativos.*

GRÁFICO 7. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2017 X 2018



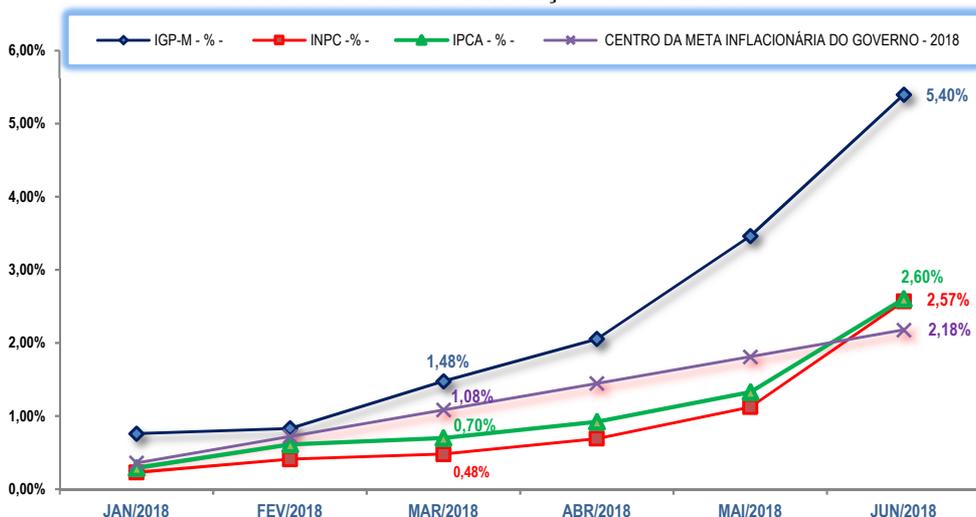
2.1.3.2 Taxas de Inflação

A inflação oficial brasileira em no encerramento do 2º trimestre de 2018 acelerou, motivado pela paralisação dos caminhoneiros, afetando diretamente os preços, reforçando um possível aumento na Taxa Básica de Juros da Economia - Selic pelo COPOM no decorrer do 3º trimestre/18. Segundo publicação do IBGE, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** (índice oficial de inflação do Governo Federal) foi positivo em 1,26% em junho de 2018, contra uma taxa negativa de 0,23% registrada em junho 2017. Com o resultado, a inflação oficial acumulada no ano de 2018 foi de 2,60% - contra 1,18% registrados no mesmo período de 2017. Em 12 meses, o IPCA acumulou alta de 4,39%, dentro das projeções dos analistas, que iam de 4,14% a 4,40%, e abaixo da mediana de 4,41%. O resultado foi o mais elevado no mês desde 1995, quando subiu 2,26%. A taxa de junho de 2018 foi à primeira acima de 1,0 desde janeiro de 2016, quando o IPCA estava em 1,27%.

Embora a greve dos caminhoneiros, em maio, tenha pressionado a inflação em junho, segundo o IBGE foi o aumento na Conta de Luz que mais pesou no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês. A energia elétrica subiu 7,93% em junho, praticamente o dobro do aumento de 3,53% registrado em maio, o item de maior impacto individual no IPCA do mês, uma contribuição de 0,29 ponto percentual para a taxa de inflação de 1,26% - **Fonte IBGE**.

De acordo com as previsões do BACEN (**Focus - Relatório de Mercado - 13.07.2018**), a inflação para 2018 projeta 4,15%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,50%) e do teto da meta (6,00%), porém, acima do piso de 3,00% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Por outro lado, o mercado tem plena convicção de que, a alta observada no IPCA no segundo trimestre de 2018, é fruto das greves, as incertezas políticas e a alta dos juros no mercado internacional.

GRÁFICO 8. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS



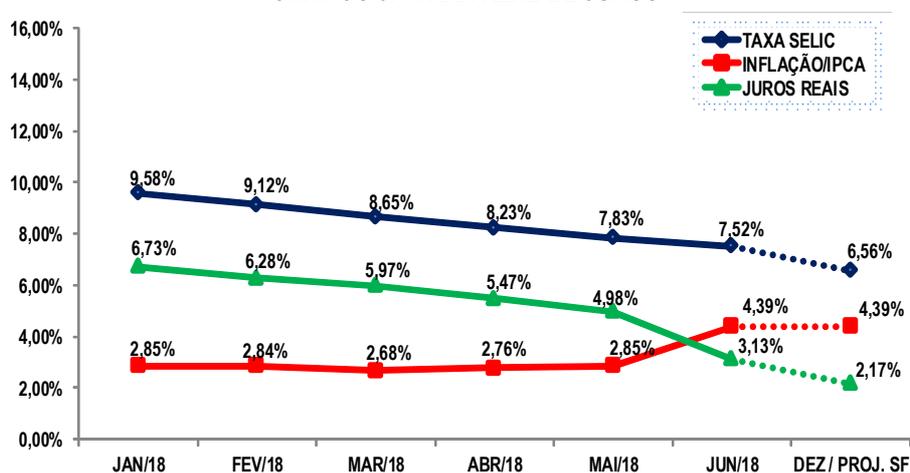
Observa-se que encerrado o 2º trimestre 2018, as variações dos índices, INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), praticamente inexistem. Como se observa no gráfico, as curvas deixam visível seus comportamentos, quanto o IPCA acumulou alta de 2,60%, o INPC atingiu 2,57%, no caso, uma pífia diferença a favor do IPCA em 0,03 pontos percentuais acima da variação do INPC.

2.1.3.3 Taxa Real de Juros - 2018

Com a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM em sua última reunião realizada no 2º Trimestre de 2018, nos dias 19 e 20 de junho 2018, a Autoridade Monetária (BACEN) decidiu por unanimidade manter a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic em 6,50% a.a. pela segunda vez no ano. A decisão ocorreu em meio à volatilidade no cenário externo que tem causado forte desvalorização do real frente ao dólar. A expectativa do mercado é de que a taxa permaneça em 6,50% a.a. até o final de 2018, para que no ano que vem, sem a variável política de 2018, os economistas preveem elevação da Selic, encerrando 2019 em 8,0% a.a. Descontando a Taxa de Juros dos últimos 12 meses móvel (7,52%) da Inflação de 12 meses (4,39%), os juros reais no Brasil se situaram em 3,13%.

Numa projeção bastante otimista, mantendo as condições atuais, a Taxa Selic Anual Móvel poderá alcançar em dezembro de 2018 - 6,56% - para uma taxa de Inflação projetada em 4,39%, ou seja, os juros reais de curtíssimo prazo findariam o exercício em 2,17%, conforme demonstrado no Gráfico a seguir:

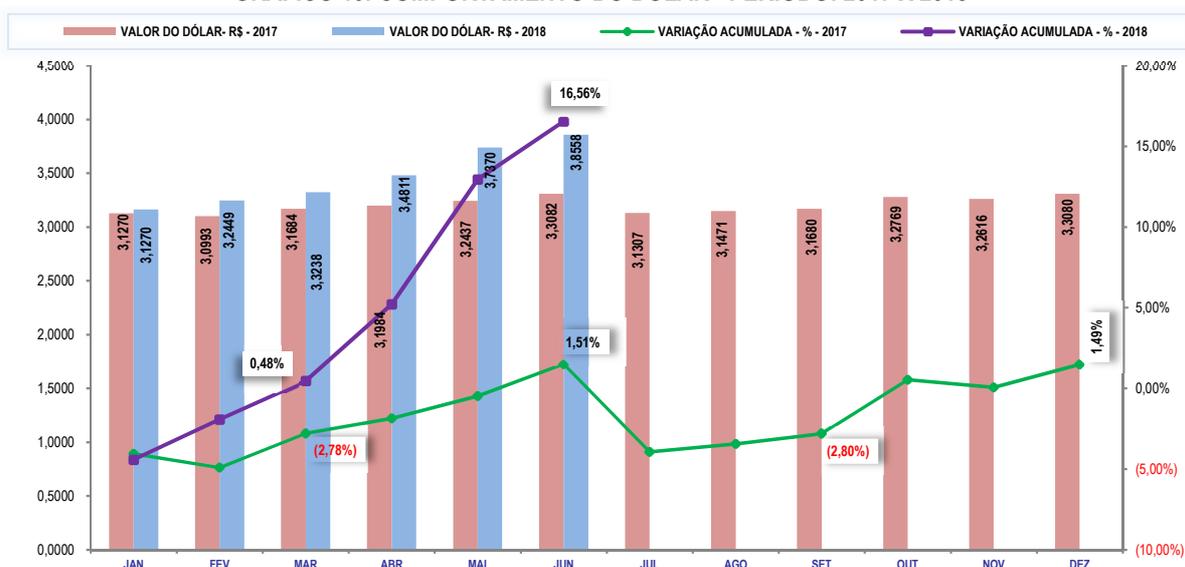
GRÁFICO 9. TAXA REAL DE JUROS



2.1.3.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 2º trimestre de 2018 valendo R\$ 3,8558 contra R\$ 3,3238 no 1º trimestre 2018, registrando alta de 16,00% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou uma alta acumulada no ano de 16,56%, contra uma valorização de 1,51% no mesmo período de 2017, resultando numa desvalorização acentuada do real no período considerado, motivada pelas pressões do mercado externo, aliada a guerra comercial do Governo Donald Trump diretamente voltada para a política comercial da China, atingindo por tabela os países emergentes, aí incluído o Brasil, com consequente desvalorização do real, aumentando sistematicamente o nosso risco-país. Neste contexto, o dólar ganhou força no decorrer do 2º trimestre contra outras moedas, contando ainda com a elevada insegurança trazida pelo processo eleitoral em 2018.

GRÁFICO 10. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2017 X 2018



2.1.3.5 Indicadores Financeiros - 2018

TABELA 1. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2018

ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO	VARIÇÕES NOMINAIS - 2018						NOMINAL NO ANO
		jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	
IBOVESPA	26,84%	11,14%	0,52%	0,01%	0,88%	(10,87%)	(5,20%)	(4,76%)
IBRX-50	26,83%	11,71%	0,43%	0,06%	0,63%	(10,88%)	(5,30%)	(4,66%)
US\$ (PTAX) %	1,49%	(4,40%)	2,61%	2,43%	4,73%	7,35%	3,18%	16,56%
CDI	9,93%	0,58%	0,46%	0,53%	0,52%	0,52%	0,52%	3,17%
TAXA SELIC	9,95%	0,58%	0,47%	0,53%	0,52%	0,52%	0,52%	3,18%
POUPANÇA	6,61%	0,40%	0,40%	0,39%	0,37%	0,37%	0,37%	2,32%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2018						
IGP-M (FGV)	(0,53%)	0,76%	0,07%	0,64%	0,57%	1,38%	1,87%	5,40%
IGP-DI (FGV)	(0,43%)	0,58%	0,15%	0,56%	0,93%	1,64%	1,48%	5,45%
INPC (IBGE)	2,07%	0,23%	0,18%	0,07%	0,21%	0,43%	1,43%	2,57%
IPC-SP (FIPE)	2,28%	0,46%	-0,42%	0,00%	-0,03%	0,19%	1,01%	1,21%
IPCA (IBGE)	2,90%	0,29%	0,32%	0,09%	0,22%	0,40%	1,26%	2,60%
META ATUARIAL (*)	7,31%	0,66%	0,63%	0,58%	0,47%	0,61%	0,83%	3,84%
TAXA INDICATIVA (**)	5,64%	0,52%	0,47%	0,36%	0,50%	0,72%	1,72%	4,35%
REFERÊNCIA (***)	7,44%	0,63%	0,58%	0,47%	0,61%	0,83%	1,84%	5,05%
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,3080	3,1624	3,2449	3,3238	3,4811	3,7370	3,8558	-

(*) INPC (com defasagem) + 4,90% a.a.

(**) INPC+3,5% a.a.

(***) INPC (sem defasagem) +4,90% a.a.

Chama-se a atenção à queda acentuada do mercado acionário no 2º trimestre, revertendo o ganho acumulado de 12,96%, registrado nos quatro primeiros meses do ano, motivada diretamente pelo desmonte do crescimento projetado para a economia brasileira, aliada aos fatores externos, com destaque para as barreiras comerciais adotadas pelo Governo Donald Trump, em relação a diversas economias, mas, fundamentalmente,

em relação à economia da China, essa guerra comercial colheu como consequência os países emergentes. O mercado acionário encerrou o trimestre - medido pelo índice *IbRX-50*, em baixa de 15,07%, com resultado acumulando no ano de queda de 4,66%, ante a alta de 4,62% observada no mesmo período de 2017. Em outra vertente viu-se o real ser desvalorizado, tendo a cotação do dólar apresentado variação positiva de 16,58% no período considerado.

2.1.4 Brasil – Perspectivas

- **Política:** No cenário da política interna, a atenção do mercado no encerramento do 2º trimestre, encontra-se focada nas convenções partidárias para definição dos seus respectivos candidatos a presidente da República nas eleições de 2018, com início no dia 20 de julho de 2018. Definido pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, os partidos terão até 5 de agosto para definir os candidatos a vice-presidente da República, Governador/Vice, Senador e Deputados (Federais, Estaduais ou Distritais). O primeiro turno do processo eleitoral está marcado para o dia 7 de outubro e o segundo, para 28 de outubro. Com o calendário apertado, o mercado considera um ano de incertezas e bastante volátil, podendo comprometer o crescimento econômico, dado que não se conhece até então os projetos de governo dos respectivos candidatos.

- **Mercado Financeiro e de Capitais:** (i) Na economia doméstica, os próximos meses serão cruciais para o Mercado Financeiro e de Capitais, focado inicialmente na agenda da próxima reunião do COPOM, que ocorrerá nos dias 31 de julho e 1º de agosto quando será decidida pelo colegiado a nova Taxa Básica de Juros da Economia - Selic. Inicialmente a expectativa do mercado é que o Banco Central mantenha a taxa de juros estável em 6,50% a.a. independente da alta da inflação ocorrida em junho, motivada pela greve dos caminhoneiros no final de maio e (ii) Em que pese à queda do mercado acionário ocorrida em maio e junho - 10,88% e 5,30%, respectivamente, medida pelo *IbRX-50*, o mercado de capitais espera que os resultados das empresas, os quais serão divulgados no decorrer do 3º trimestre sejam favoráveis, especialmente na distribuições dos resultados para os acionistas, com perspectivas positivas para o mercado bursátil em 2018. Tudo isso, não elimina o processo de volatilidade motivado pelas perspectivas e incertezas geradas pelo processo eleitoral de 2018. O Mercado acionário encerrou o 2º trimestre com queda de 15,07%, medida pelo *IbRX-50*, contra, também uma queda de 3,52% no mesmo período de 2017. Com este resultado o mercado acumulou no ano com uma queda de 4,66%, contra uma alta de 4,61% no mesmo período de 2017.

O cenário macroeconômico desenhado para o terceiro trimestre, segundo as expectativas dos empresários piora: (i) O otimismo do empresário com relação à demanda futura reduziu pelo terceiro mês consecutivo. Assim, há menos otimismo com relação à demanda; compras de matérias-primas e quantidade exportada e (ii) o índice de expectativa de número de empregados voltou a mostrar perspectivas de queda do número de empregados, o que ainda não havia acontecido em 2018 – *Fonte: Confederação Nacional das Indústrias – CNI*. Em que pese o cenário pessimista confirmado pelas pesquisas da CNI e os riscos inerentes às eleições gerais que ocorrerão no segundo semestre, o mercado leva a crer que o crescimento do PIB em 2018 de 1,55% projetados pelo BACEN, é factível.

No terceiro trimestre dado a piora nos indicadores macros do país, o mercado assume que no curto prazo há riscos mensuráveis e visíveis, tais como: Possível revisão das notas das Agências Classificadoras de Risco, quanto ao “Risco Brasil”, onde poderemos sofrer um novo “*Downgrade*”; Aumento dos Juros na economia americana, com reflexos negativos para o mercado interno, vis-à-vis as empresas de capital aberto com negociações no mercado acionário e seus ADR’s negociados no mercado internacional.

Positivamente destacamos o anúncio ocorrido no dia 31 de maio, realizado pelo Presidente dos Estados Unidos Donald Trump: vai impor tarifas de 25% sobre o aço e de 10% sobre o alumínio exportado pelos países da União Europeia, pelo Canadá e pelo México (parceiros no Nafta, que é o Acordo de Livre Comércio da América do Norte). As novas tarifas entram em vigor no dia 1º de junho. *O Brasil, Argentina e Austrália continuam isentos das tarifas de aço, mas nosso país não aparece na lista de isenção da taxa*

sobre o alumínio. Esta decisão foi importante para as empresas brasileiras do setor, o que corrobora positivamente para mercado acionário no decorrer do 2º semestre de 2018.

2.2 MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS:

Este tópico visa apresentar o comportamento dos Segmentos nos quais mais de um plano investe no mesmo veículo.

A avaliação da performance do ativo (veículo), independente da data de aplicação, se torna vital, pois, há divergência de rentabilidade entre a performance do veículo e da aplicação. Isso ocorre devido ao momento do investimento, ou seja, se um plano aporta recursos depois de um processo de alta, sua rentabilidade será superior a do outro plano que aportou recursos no momento da alta. Assim, neste capítulo, onde se apontam os aspectos gerais, identifica-se a performance do veículo, enquanto em cada plano se avaliará a performance da aplicação. Se não houver aplicação e ou resgate no intervalo de tempo selecionado, somente nesse caso, a rentabilidade do veículo e da aplicação nos planos será a mesma.

Importante salientar ainda que o desmembramento por segmento é uma forma mais didática, além de preservar a coerência com a apresentação dos tópicos nos planos, portanto, a apresentação na forma aqui declinada não se reveste de abordagem obrigatória.

2.2.1 Renda Fixa

Encerrado o segundo trimestre, o mercado de Renda Fixa, no plano doméstico, continuou a ganhar corpo pelo noticiário vinculado ao processo eleitoral, logo, remetendo-se a uma forte volatilidade no comportamento das taxas de juros.

A expectativa do mercado tornou-se cada dia mais sensível às incertezas políticas, na medida em que se desenrolaram os primeiros movimentos pela disputa presidencial. O número de candidatos pleiteantes em suas respectivas legendas e a ausência de definição pelos partidos políticos, davam o tom para a assunção de muitas premissas, tal andamento deve ser clareado a partir de 20 de julho, quando pelas normas do Tribunal Superior Eleitoral - TSE espera-se um ambiente menos instável.

A Taxa Básica de Juros da Economia - Selic, balizadora da taxa de captação dos bancos e responsável direta pela remuneração dos Investidores, encerrou o segundo trimestre estável, fechando em 6,50% a.a. o menor patamar da história - contra 7,00% a.a. registrada em dezembro de 2017, com expectativas de ser mantida na próxima reunião do Comitê de Política Monetária - COPOM, que ocorrerá nos dias 31 de julho e 1º de agosto. Assim, os Títulos Públicos (Risco Soberano), acredita-se, não proporcionarão doravante conforto aos Gestores, e imputarão às carteiras elevada volatilidade.

Os índices de inflação medidos pelo INPC e IPCA continuaram em 2018 a registrar elevada ruptura, demonstrando que a queda vertiginosa da inflação observada em 2017, continuou num canal de baixa até março de 2018, contribuindo diretamente para a queda nominal da Selic, revertendo todo o processo a partir de abril, direcionando no encerramento do 2º trimestre para um canal de alta bastante definida. Neste contexto, as taxas de juros da Carteira de NTN's dos Planos administrados pela Fundação não serão consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra.

2.2.2 Renda Variável

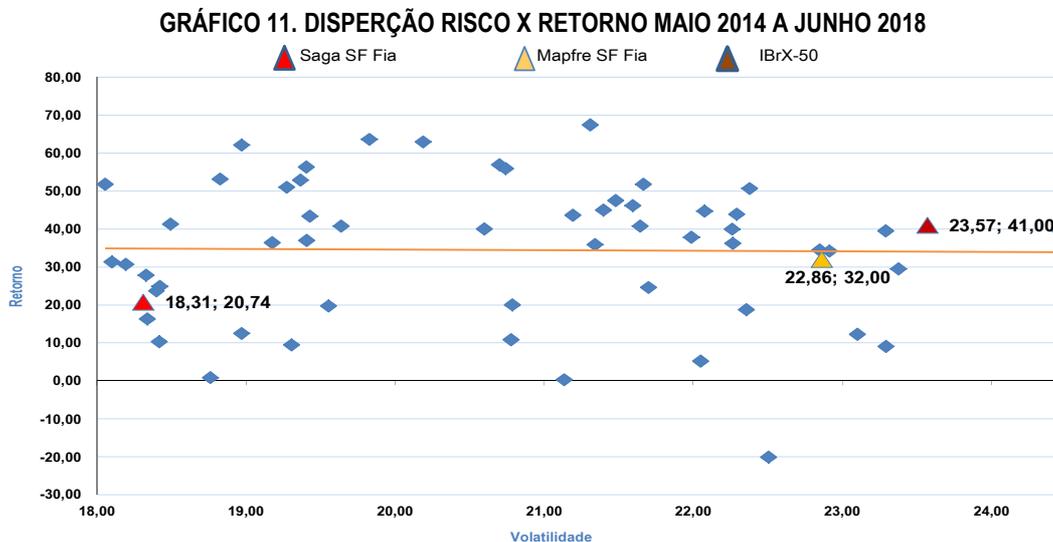
O mercado acionário encerrou o 2º trimestre marcado, mais uma vez, por intensas oscilações, afetado, igualmente, pelos motivos já declinados, na abordagem ao segmento de Renda Fixa.

Nesse contexto, os percalços ocorridos na economia interna e externa, levaram o principal índice de ações do mercado brasileiro, IBOVESPA, a não resistir às pressões, encerrando o segundo trimestre com queda de 14,76%, acumulando nos seis primeiros meses do ano queda de 4,76%. Por outro lado, o IBrX-50, principal **benchmark dos Fundos Exclusivos** da Fundação, encerrou o segundo trimestre com baixa de 15,07%, acumulando no ano queda de 4,66%.

2.2.2.1 Análise dos Fundos de Investimentos em Ações – FIA’s – Alocados:

Estão alocados nesses fundos recursos dos Planos BD; Codeprev e BS. Para se proceder a avaliação mais acurada dos resultados produzidas pelas gestões dos fundos, foram utilizadas as rentabilidades coletadas de 30/05/2014 à 29/06/2018, depois, foram aplicados os seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 35,0 e R\$ 74,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução N° 4.661; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA’s e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrX-50. Utilizando a base de dados disponibilizados pela Economática, com os citados filtros, foi possível selecionar 58 Fundos, contidos ao mesmo tempo, com as características definidas pelos filtros. Depois, sobre a base, foram apurados os indicadores de desempenho mais empregados no mercado, resultando numa amostra classificada.

Importante manter-se em mente que na amostra não há a observação de que os Gestores, Administradores e Custodiante estejam fora do mesmo grupo econômico, como determinou a PREVIC em fiscalização realizada na Fundação. Parte considerável do desempenho dos fundos investidos é consumido pelo custo mais elevado imposta pela segregação das citadas entidades, aliás, informação essa já dada ao citado órgão. O custo maior implica necessariamente numa redução dos retornos, portanto, é normal que os fundos investidos apresentem retornos inferiores ao *benchmark*, tendo em vista que o referencial não possui qualquer custo envolvido.

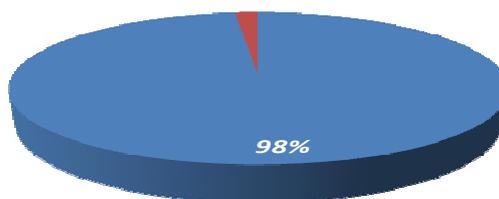


Nesse indicador a importância relativa à volatilidade é identificar os maiores riscos frente às melhores performances, assim, como conceito natural, os ativos de maiores riscos devem possuir maiores retornos, e em caso contrário, há deficiência na captura de oportunidades apresentadas pelo mercado, ou ainda, custos do instrumento que interferem significativamente nas performances. Nitidamente o **Saga SF FIA** apresenta risco menor do que o referencial, ainda que o retorno tenha ficado aquém. Os resultados do Saga SF são 20,74% de retorno e volatilidade de 18,21%; o **Mapfre SF** com rentabilidade de 32,00% e volatilidade de 22,86%; o IBrx-50 desempenho de 41,00% e volatilidade de 23,57%.

Apenas um fundo da amostra apresentou desempenho negativo como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 12. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES

■ Fundos com retornos maior do que ZERO ■ Fundos com retornos menor do que ZERO



A proporção de Fundos acima e abaixo da performance do *Benchmark* é a constante do gráfico a seguir:

GRÁFICO 13. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

■ Fundos com retornos > Bench ■ Fundos com retornos < Bench

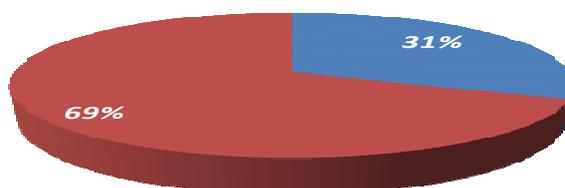
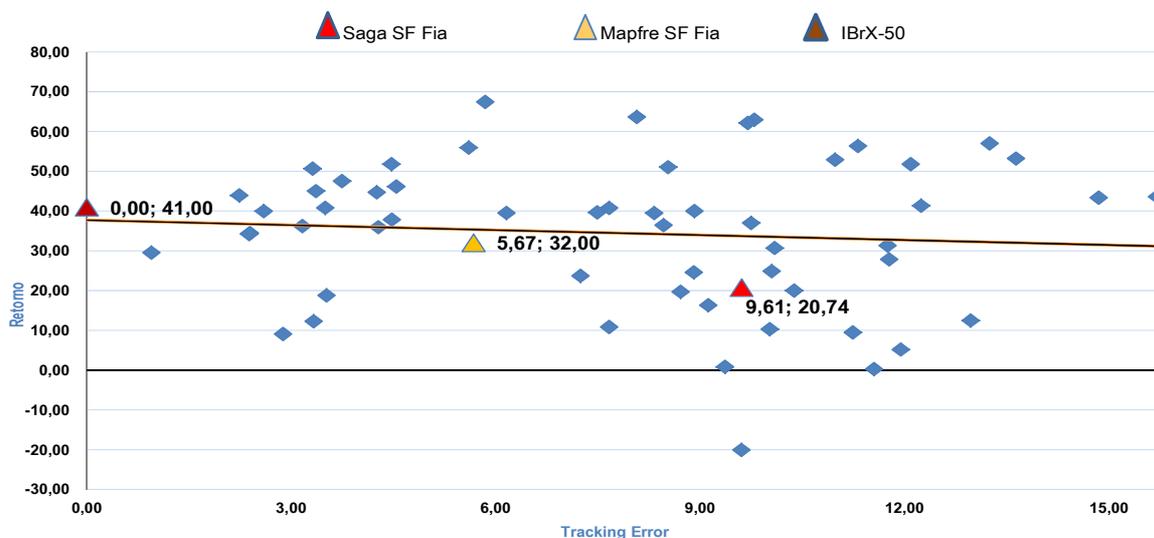


GRÁFICO 14. TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A JUNHO/2018



O *Tracking Error* é a medida dos desvios dos retornos dos fundos em função dos retornos da referência. Dito isso se pode afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria erro de rastreamento perto de zero, enquanto a carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente apresentaria erro mais elevado.

Após os esclarecimentos acima se observa que os Fundos, **Saga SF e Mapfre SF**, apresentaram *Tracking Error* bastante distintos. O Mapfre SF localizado em um quadrante onde os resultados dos indicadores são os menores, porém sua rentabilidade se aproxima ao referencial, e o Fundo Saga SF possui rentabilidade abaixo do que poderia significar o padrão. Na região aonde se insere o Saga SF o que se observa é uma grande multiplicidade de retornos, ou seja, não há a formação de padrão, há alta dispersão.

Sinteticamente, o gestor **Saga SF** tem confirmada a estratégia de adoção de postura mais defensiva frente a um cenário volátil e incerto. O gestor **Mapfre SF**, ao contrário, vem adotando uma estratégia de apostas de gestão mais agressiva frente ao índice.

TABELA 2. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Jun/18	Patrimônio Jun/18
1	FIA Sabesp Bahia Valuation	67,41	21,31	5,85	49.084
2	Santander FI Prev Selecao Top Acoes	63,61	19,83	8,07	40.285
3	Uv Cerejeira FIA	62,95	20,19	9,79	37.992
4	Pacifico Rv Master FIA	62,10	18,97	9,70	52.809
5	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	56,96	20,70	13,25	47.490
6	Mistique Teens FIA	56,29	19,41	11,32	50.205
7	FIA Gap Valor Pernambuco	55,91	20,74	5,60	47.678
8	Proprio Capital FIA	53,15	18,83	13,64	38.251
9	Quantitas FIA Montecristo	52,86	19,37	10,98	66.124
10	Verde Am Strategy II Master FIA	51,80	21,67	4,47	37.126
11	Vinci Gas Long Only Master FIA	51,76	18,06	12,09	53.835
12	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	51,00	19,28	8,53	48.370
13	Bram FIA Ibovespa Ativo	50,64	22,38	3,31	52.437
14	Bradesco FIA Promon	47,50	21,48	3,75	41.975
15	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	46,14	21,60	4,54	55.346
16	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	45,00	21,40	3,36	54.494
17	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	44,68	22,08	4,26	53.809
18	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	43,91	22,29	2,24	50.869
19	BB Acoes Energia FI	43,60	21,19	15,71	59.120
20	Joule Value FIA	43,35	19,43	14,85	45.325
21	Celi Legacy FIA - Ie	41,29	18,50	12,25	49.476
22	Ibrx 50	41,00	23,57	0,00	-
23	Bosch Brasil VIII FIA Previ	40,77	21,65	3,50	44.377
24	Gerdau Previdencia FIA 04	40,75	19,64	7,67	65.845
25	Fprv ARX Melro FIA Prev	39,99	20,60	8,92	72.458
26	Bradesco FIA Salubre	39,96	22,26	2,60	62.026
27	Caixa FIA Brasil Ibovespa	39,63	24,45	7,49	67.901
28	Brad H FIA Ibovespa Valuation	39,49	23,29	6,16	69.647
29	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	39,45	24,60	8,33	37.990
30	BNP Paribas Radice II FIA	37,83	21,99	4,48	41.022
31	Vinci Gas Selecao Dividendos FIA	36,98	19,41	9,75	45.031
32	Suvinil FIA	36,41	19,18	8,46	39.396
33	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	36,18	22,27	3,16	50.081
34	BNP Paribas FI Advance Acoes Prev	35,90	21,34	4,28	54.971
35	Caixa FIA Pibb Sem Opcao de Venda	34,47	22,85	2,39	47.096
36	Santander FI Pibb Acoes	34,17	22,91	2,38	62.141
37	Mapfre Sf FIA	32,00	22,86	5,67	38.515
38	Vinci Gas Blue Marlin FIA	31,32	18,10	11,75	53.300
39	FIA Western Asset Dividendos Ceara	30,70	18,19	10,10	46.872
40	Bradesco H FIA Ibovespa	29,48	23,38	0,95	42.349
41	Bradesco FIA Infra-Estrutura	27,83	18,33	11,77	37.978
42	Wa Dividend Yield FIA	24,86	18,42	10,05	35.254
43	Safra Dividendos FIA	24,59	21,70	8,91	49.167
44	BNP Paribas Acores FIA	23,71	18,40	7,25	72.838
45	Saga Sf FIA	20,74	18,31	9,61	73.702
46	BB Top Acoes Dual Strategy FI	20,00	20,79	10,38	52.279
47	Itau Excelencia Social Acoes FI	19,69	19,55	8,72	63.504
48	Caixa FIA Ibrx Ativo	18,73	22,36	3,52	41.829
49	Bradesco FIA Zinco	16,31	18,34	9,12	74.094
50	Caixa FIA Consumo	12,47	18,97	12,97	35.563
51	BB Cap Acoes FI	12,24	23,10	3,33	45.614
52	Daycoval Ibovespa Ativo FIA	10,84	20,78	7,67	42.991
53	Jbi Focus Master FIA	10,27	18,42	10,02	64.522
54	Itau Acoes Infra Estrutura FI	9,43	19,31	11,24	35.821
55	Caixa FIA Ibovespa Ativo	9,07	23,29	2,88	36.249
56	BB Top Acoes Infraestrutura FIA	5,18	22,05	11,95	58.238
57	Santander FI Ethical II Acoes	0,83	18,76	9,36	58.039
58	Caixa FIA Infraestrutura	0,24	21,14	11,55	55.433
59	Caixa FIA Dividendos	-20,12	22,51	9,61	58.305

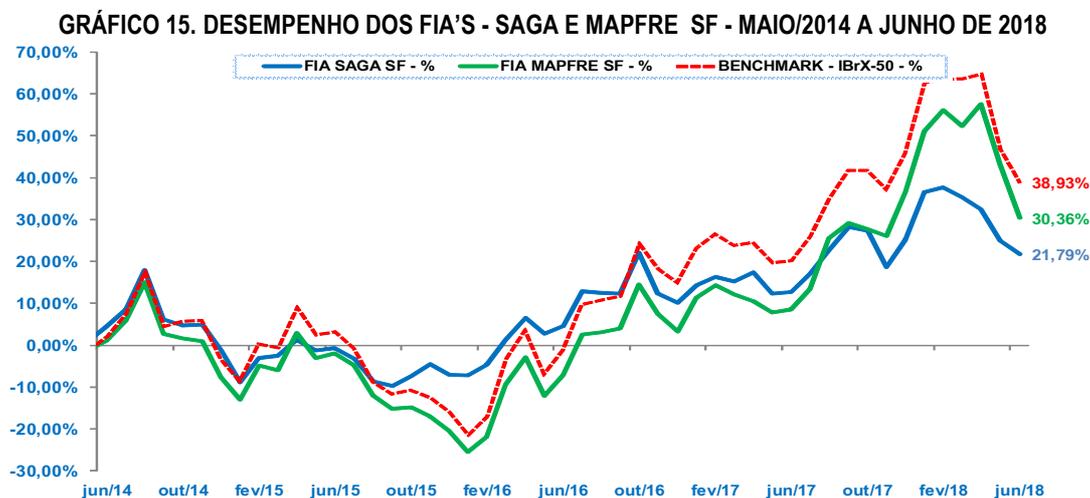
TABELA 3. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE

Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Jun/18	Patrimônio Jun/18
1	Vinci Gas Long Only Master FIA	51,76	18,06	12,09	53.835
2	Vinci Gas Blue Marlin FIA	31,32	18,10	11,75	53.300
3	FIA Western Asset Dividendos Ceara	30,70	18,19	10,10	46.872
4	Saga Sf FIA	20,74	18,31	9,61	73.702
5	Bradesco FIA Infra-Estrutura	27,83	18,33	11,77	37.978
6	Bradesco FIA Zinco	16,31	18,34	9,12	74.094
7	BNP Paribas Acoes FIA	23,71	18,40	7,25	72.838
8	Jbi Focus Master FIA	10,27	18,42	10,02	64.522
9	Wa Dividend Yield FIA	24,86	18,42	10,05	35.254
10	Celi Legacy FIA - Ie	41,29	18,50	12,25	49.476
11	Santander FI Ethical II Acoes	0,83	18,76	9,36	58.039
12	Proprio Capital FIA	53,15	18,83	13,64	38.251
13	Caixa FIA Consumo	12,47	18,97	12,97	35.563
14	Pacifico Rv Master FIA	62,10	18,97	9,70	52.809
15	Suvinil FIA	36,41	19,18	8,46	39.396
16	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	51,00	19,28	8,53	48.370
17	Itau Acoes Infra Estrutura FI	9,43	19,31	11,24	35.821
18	Quantitas FIA Montecristo	52,86	19,37	10,98	66.124
19	Mistique Teens FIA	56,29	19,41	11,32	50.205
20	Vinci Gas Selecao Dividendos FIA	36,98	19,41	9,75	45.031
21	Joule Value FIA	43,35	19,43	14,85	45.325
22	Itau Excelencia Social Acoes FI	19,69	19,55	8,72	63.504
23	Gerdau Previdencia FIA 04	40,75	19,64	7,67	65.845
24	Santander FI Prev Selecao Top Acoes	63,61	19,83	8,07	40.285
25	Uv Cerejeira FIA	62,95	20,19	9,79	37.992
26	Fprv ARX Melro FIA Prev	39,99	20,60	8,92	72.458
27	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	56,96	20,70	13,25	47.490
28	FIA Gap Valor Pernambuco	55,91	20,74	5,60	47.678
29	Daycoval Ibovespa Ativo FIA	10,84	20,78	7,67	42.991
30	BB Top Acoes Dual Strategy FI	20,00	20,79	10,38	52.279
31	Caixa FIA Infraestrutura	0,24	21,14	11,55	55.433
32	BB Acoes Energia FI	43,60	21,19	15,71	59.120
33	FIA Sabesprev Bahia Valuation	67,41	21,31	5,85	49.084
34	BNP Paribas FI Advance Acoes Prev	35,90	21,34	4,28	54.971
35	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	45,00	21,40	3,36	54.494
36	Bradesco FIA Promon	47,50	21,48	3,75	41.975
37	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	46,14	21,60	4,54	55.346
38	Bosch Brasil VIII FIA Previ	40,77	21,65	3,50	44.377
39	Verde Am Strategy II Master FIA	51,80	21,67	4,47	37.126
40	Safra Dividendos FIA	24,59	21,70	8,91	49.167
41	BNP Paribas Radice II FIA	37,83	21,99	4,48	41.022
42	BB Top Acoes Infraestrutura FIA	5,18	22,05	11,95	58.238
43	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	44,68	22,08	4,26	53.809
44	Bradesco FIA Salubre	39,96	22,26	2,60	62.026
45	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	36,18	22,27	3,16	50.081
46	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	43,91	22,29	2,24	50.869
47	Caixa FIA Ibrx Ativo	18,73	22,36	3,52	41.829
48	Bram FIA Ibovespa Ativo	50,64	22,38	3,31	52.437
49	Caixa FIA Dividendos	-20,12	22,51	9,61	58.305
50	Caixa FIA Pibb Sem Opcao de Venda	34,47	22,85	2,39	47.096
51	Mapfre Sf FIA	32,00	22,86	5,67	38.515
52	Santander FI Pibb Acoes	34,17	22,91	2,38	62.141
53	BB Cap Acoes FI	12,24	23,10	3,33	45.614
54	Brad H FIA Ibovespa Valuation	39,49	23,29	6,16	69.647
55	Caixa FIA Ibovespa Ativo	9,07	23,29	2,88	36.249
56	Bradesco H FIA Ibovespa	29,48	23,38	0,95	42.349
57	Ibrx 50	41,00	23,57	0,00	-
58	Caixa FIA Brasil Ibovespa	39,63	24,45	7,49	67.901
59	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	39,45	24,60	8,33	37.990

TABELA 4. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR

Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Jun/18	Volatilidade Anual Mai/14 a Jun/18 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Jun/18	Patrimônio Jun/18
59	Ibrx 50	41,00	23,57	0,00	-
58	Bradesco H FIA Ibovespa	29,48	23,38	0,95	42.349
57	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	43,91	22,29	2,24	50.869
56	Santander FI Pibb Acoes	34,17	22,91	2,38	62.141
55	Caixa FIA Pibb Sem Opcao de Venda	34,47	22,85	2,39	47.096
54	Bradesco FIA Salubre	39,96	22,26	2,60	62.026
53	Caixa FIA Ibovespa Ativo	9,07	23,29	2,88	36.249
52	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	36,18	22,27	3,16	50.081
51	Bram FIA Ibovespa Ativo	50,64	22,38	3,31	52.437
50	BB Cap Acoes FI	12,24	23,10	3,33	45.614
49	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	45,00	21,40	3,36	54.494
48	Bosch Brasil VIII FIA Previ	40,77	21,65	3,50	44.377
47	Caixa FIA Ibrx Ativo	18,73	22,36	3,52	41.829
46	Bradesco FIA Promon	47,50	21,48	3,75	41.975
45	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	44,68	22,08	4,26	53.809
44	BNP Paribas FI Advance Acoes Prev	35,90	21,34	4,28	54.971
43	Verde Am Strategy II Master FIA	51,80	21,67	4,47	37.126
42	BNP Paribas Radice II FIA	37,83	21,99	4,48	41.022
41	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	46,14	21,60	4,54	55.346
40	FIA Gap Valor Pernambuco	55,91	20,74	5,60	47.678
39	Mapfre Sf FIA	32,00	22,86	5,67	38.515
38	FIA Sabesprev Bahia Valuation	67,41	21,31	5,85	49.084
37	Brad H FIA Ibovespa Valuation	39,49	23,29	6,16	69.647
36	BNP Paribas Acores FIA	23,71	18,40	7,25	72.838
35	Caixa FIA Brasil Ibovespa	39,63	24,45	7,49	67.901
34	Daycoval Ibovespa Ativo FIA	10,84	20,78	7,67	42.991
33	Gerdau Previdencia FIA 04	40,75	19,64	7,67	65.845
32	Santander FI Prev Selecao Top Acoes	63,61	19,83	8,07	40.285
31	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	39,45	24,60	8,33	37.990
30	Suvinil FIA	36,41	19,18	8,46	39.396
29	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	51,00	19,28	8,53	48.370
28	Itau Excelencia Social Acoes FI	19,69	19,55	8,72	63.504
27	Safra Dividendos FIA	24,59	21,70	8,91	49.167
26	Fprv ARX Melro FIA Prev	39,99	20,60	8,92	72.458
25	Bradesco FIA Zinco	16,31	18,34	9,12	74.094
24	Santander FI Ethical II Acoes	0,83	18,76	9,36	58.039
23	Caixa FIA Dividendos	-20,12	22,51	9,61	58.305
22	Saga Sf FIA	20,74	18,31	9,61	73.702
21	Pacifico Rv Master FIA	62,10	18,97	9,70	52.809
20	Vinci Gas Selecao Dividendos FIA	36,98	19,41	9,75	45.031
19	Uv Cerejeira FIA	62,95	20,19	9,79	37.992
18	Jbi Focus Master FIA	10,27	18,42	10,02	64.522
17	Wa Dividend Yield FIA	24,86	18,42	10,05	35.254
16	FIA Western Asset Dividendos Ceara	30,70	18,19	10,10	46.872
15	BB Top Acoes Dual Strategy FI	20,00	20,79	10,38	52.279
14	Quantitas FIA Montecristo	52,86	19,37	10,98	66.124
13	Itau Acoes Infra Estrutura FI	9,43	19,31	11,24	35.821
12	Mistyque Teens FIA	56,29	19,41	11,32	50.205
11	Caixa FIA Infraestrutura	0,24	21,14	11,55	55.433
10	Vinci Gas Blue Marlin FIA	31,32	18,10	11,75	53.300
9	Bradesco FIA Infra-Estrutura	27,83	18,33	11,77	37.978
8	BB Top Acoes Infraestrutura FIA	5,18	22,05	11,95	58.238
7	Vinci Gas Long Only Master FIA	51,76	18,06	12,09	53.835
6	Celi Legacy FIA - Ie	41,29	18,50	12,25	49.476
5	Caixa FIA Consumo	12,47	18,97	12,97	35.563
4	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	56,96	20,70	13,25	47.490
3	Proprio Capital FIA	53,15	18,83	13,64	38.251
2	Joule Value FIA	43,35	19,43	14,85	45.325
1	BB Acoes Energia FI	43,60	21,19	15,71	59.120

No Gráfico abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável dos Planos, tomado desde o início, sob a gestão da **SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 06/2018)**. A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do *benchmark*. É exatamente o *mix* das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição das carteiras.



2.2.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Nesse Segmento estão alocados os recursos dos Planos em 3 (três) ativos distintos:

- Energia PCH - FIP/ Projeto Juruena;
- Geração de Energia FIP Multiestratégia, e
- Fundo de Investimento Multimercado.

2.2.3.1 Energia PCH - FIP / Projeto Juruena

O **ENERGIA PCH – FIP** é um Fundo em Participações com objetivos de investir em projetos voltados para o setor de energia elétrica, constituído por um *portfólio* de quatro projetos: (i) projeto Juruena, (ii) Projeto DERSA - Rio das Garças; (iii) Projeto DERSA – Térmicas e (iv) Projeto Tetrahedron.

Dos quatro projetos, o **ENERGIA PCH - FIP** é o único que se encontra concluído e em fase de geração comercial, sendo composto por cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Estado de Mato Grosso, com geração de 91,4 MW: (i) PCH Cidezal S.A; (ii) PCH Sapezal S.A; (iii) PCH Parecis S.A; (iv) PCH Rondon S.A. e (v) PCH Telegráfica S.A.

O Fundo tem participação majoritária de 89,90% das Cotas do Projeto Juruena, enquanto 10,10% encontram-se na propriedade da LINCA (Investidores Individuais). O projeto físico encontra-se localizado no Estado de Mato Grosso, sob a **Gestão da VINCI Partners (“Gestor”) e Administração do Santander Securities Services Brasil - DTVM (“Administrador”)**, contando com sete investidores Institucionais na categoria Fundos de Pensão: **CELOS, POSTALIS, FUNCEF, PETROS, FAPES, SÃO FRANCISCO e NUCLEOS**.

2.2.3.1.1 Fato Relevante

Em 11 de maio de 2018, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Juruena, através da qual foi deliberado o aumento de capital da companhia e conversão dos valores aportados a título de

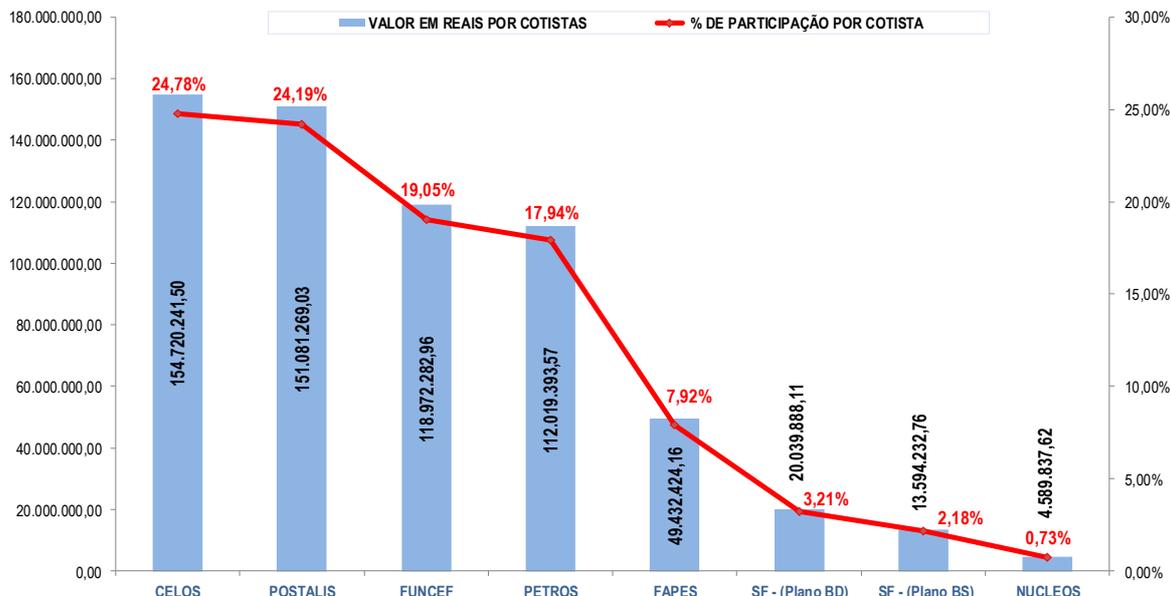
Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital - AFAC's na companhia. Na mesma AGE restou assegurado aos acionistas “Minoritários” o prazo de 60 (sessenta) dias para o exercício do direito de preferência previsto em Lei. Caso não exerça o direito de preferência no prazo estipulado, o Fundo passará a deter a participação majoritária de 96,43% e os minoritários 3,57%. O quadro a seguir demonstra a constituição financeira atual do projeto, com a participação de cada Cotista no encerramento do 2º Trimestre de 2018:

TABELA 5. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH/FIP
POSIÇÃO EM 29.06.2018 - VALOR DA COTA: R\$ 142.039,309415

ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.089,27620000	154.720.241,50	24,78%
2	POSTALIS	1.063,65675900	151.081.269,03	24,19%
3	FUNCEF	837,60001300	118.972.282,96	19,05%
4	PETROS	788,64961800	112.019.393,57	17,94%
5	FAPES	348,01886700	49.432.424,16	7,92%
6	SF - (Plano BD)	141,08673100	20.039.888,11	3,21%
7	SF - (Plano BS)	95,70741400	13.594.232,76	2,18%
7	NUCLEOS	32,31381300	4.589.837,62	0,73%
TOTAL GERAL.....		4.396,309415	624.449.569,71	100%

ADMINISTRADOR: Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.
GESTOR: "VINCI PARTNERS"

GRÁFICO 16. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - PCH / FIP



Encerrado o 2º trimestre de 2018, encontrava-se alocado no Energia **PCH - FIP/Juruena** o valor de R\$ 33.634.120,87 - sendo: R\$ 20.039.888,11 do Plano I/BD, correspondentes a 5,67% dos ativos enquanto R\$ 13.594.232,76 do Plano III / BSaldado, correspondentes a 5,49%.

A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a.

Findo o 2º trimestre de 2018, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo novo gestor ("**Vinci Partners**"), seja pela realização das ações imediatas e informações mensais formais aos Cotistas por meio de *Call*.

É opinião da Diretoria de Finanças que a implementação dos processos de governança em implantação pela nova gestão, poderá representar, no médio prazo, importantes alterações com vista à melhoria da confiança dos investidores acerca dos resultados operacionais das empresas investidas, incluindo-se aí,

propostas de investidores interessados em uma possível aquisição dos ativos do Fundo, remetendo-se a uma possível janela de saída. Em junho de 2018, iniciou-se o processo de escolha dos assessores financeiros, com objetivo de formalizar o início do **Processo de Desinvestimento**, para início dos estudos de condução do processo de alienação dos ativos foram solicitadas propostas ao JP Morgan; Bank of America Merrill Lynch; Banco BTG Pactual; Credit Agricole CIB; Banco Itaú BBA; Citibank; Rothschild & Co. e Credit Suisse. De posse das propostas e apresentações realizadas, a gestora encaminhou manifestação de voto a todos os cotistas para que cada um identificasse aquela mais adequada a seguir com a apresentação de terceiros interessados. Contados os votos a proposta escolhida foi a apresentada pelo *Credit Suisse*, coincidentemente a instituição que recebeu os votos da São Francisco.

O andamento dos trabalhos está dentro do cronograma idealizado pela gestora e mais, o *advisory* já descortinou o cronograma de seu trabalho e identificou ser o momento bastante apropriado para entabular conversações com os pretensos interessados. A forma de pagamento pelos serviços, segundo a assembleia de cotistas, seguiu a ideia de remuneração parte fixa e outra por desempenho.

2.2.3.2 Geração de Energia FIP Multiestratégia

- **Gestor:** BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda (Grupo Brasil Plural).
- **Administrador:** BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.
- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. O prazo de existência programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento foi finalizado em 2017. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, ou seja, ainda não há geração líquida de caixa para distribuição, nem mesmo era essa a expectativa do projeto.

Encerrado o 2º trimestre de 2018 encontrava-se alocado no **Geração de Energia FIP Multiestratégia** o valor de R\$ 11.130.468,88 - sendo: R\$ 6.631.560,33 do Plano I/BD, correspondentes a 1,88% do Patrimônio Líquido e R\$ 4.498.908,55 do Plano III/Saldado, correspondentes a 1,82% do Patrimônio Líquido.

A Diretoria de Finanças participa ativamente no processo de desinvestimento do ativo, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do Gestor e do Setor. Vale ressaltar que o Fundo se encontra em **Processo de Desinvestimento**, com regras ainda a serem definidas pelo Gestor e Administrador, no formato de propostas de instituições financeiras para prestação de serviço de assessoria no processo de venda, a ser aprovado e discutido pelos Cotistas em Assembleia, o que deverá ocorrer no decorrer do 2º semestre de 2018.

2.2.3.3 Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake

Trata-se de um **Fundo Multimercado** utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

2.2.4 Segmento Imobiliário

Nesse novo Segmento encontravam-se alocados os recursos dos Planos em Imóveis Para Aluguel e Renda, como ocorre no PGA com o imóvel de uso próprio, descritos na Resolução N° 3.792-CMN, de 24.09.2009 - revogada pela Resolução N° 4.661-CMN, de 25.05.2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas EFPC, e nessa novel resolução ficou definitivamente vedado adquirir terrenos e imóveis, mas, permitida a manutenção do estoque, desde que sua alienação venha a ocorrer no prazo de 12 (doze) anos.

No Segmento foram incluídos os “Fundos Imobiliários” (FII) e Cotas de Fundos (FICFII); CRI e CCI, assim constituídos: (i) **Empreendimento Fernandez Plaza / Salvador – BA**; (ii) **Centro de Distribuição - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ** e (iii) **CRI - Companhias Securitizadoras (a) BRC – Securitizadora e (b) Infrasec - Securitizadora**. Encerrado o 2º trimestre de 2018 encontrava-se alocado no Segmento o valor de R\$ 22.671.617,74 - sendo: R\$ 14.652.188,63 do Plano I/BD, correspondentes a 4,14% do Patrimônio Líquido e R\$ 8.019.429,11 do Plano III / Bsaldo, correspondentes a 3,24% do Patrimônio Líquido.

2.2.4.1 Empreendimento Fernandez Plaza - Salvador - BA

O empreendimento Fernandez Plaza, localizado na Praça de Salvador-BA, é constituído por 56 (cinquenta e seis) salas, sob a administração da **José Alberto Imóveis Ltda**. Encerrado o 2º trimestre de 2018, o nível de desocupação atingiu 71,43%, ou seja, do total das 56 salas detidas pelos Planos somente encontram-se alugadas 16. No período de vigência da **Política de Investimento 2018/2022**, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas, busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico e liberação da sua Escritura.

2.2.4.2 Centro de Distribuição - São Cristóvão - RJ

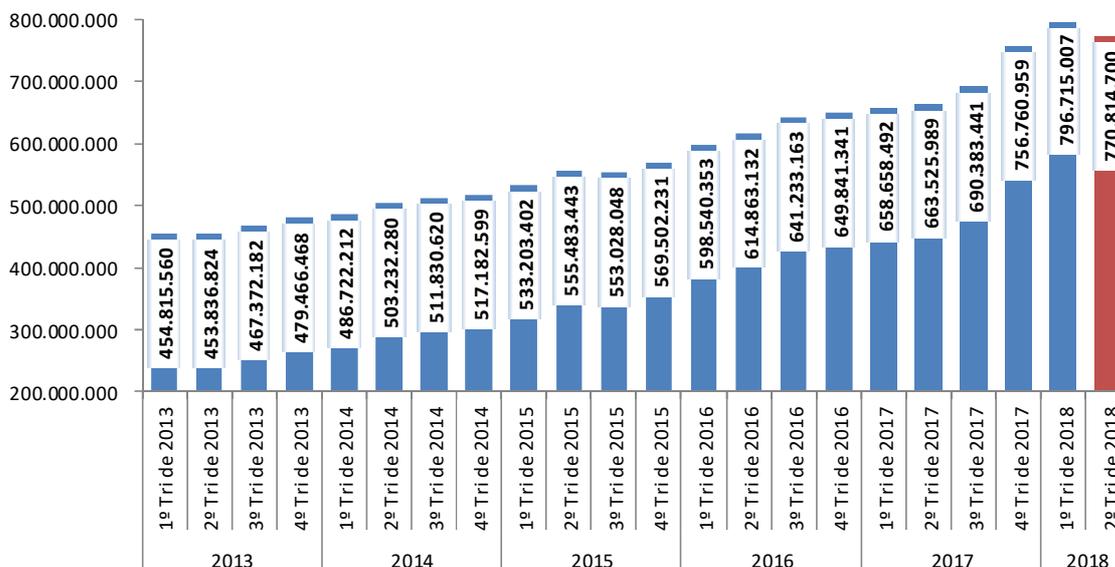
O **Centro de Distribuição - São Cristóvão**, trata-se da primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis dos Planos, como parte das “Garantias Provisionadas” do ativo “**Cédula de Crédito Imobiliário - CCI**” da **M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda**, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ. A definição contida na Política de Investimento dos Planos é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam.

Em maio do corrente ano a empresa Urbanométrica foi contratada pelo pool de entidades envolvidas na recuperação dos créditos da CCI emitida pela M-Brasil, com a finalidade de promover a elaboração de laudo de avaliação no padrão ABNT, identificando o valor justo do empreendimento. Como resultado chegou ela ao preço de R\$ 4,858 milhões para o terreno e R\$ 6,081 milhões para as construções, num total de R\$ 10,940 milhões. Conhecido o valor justo do bem, fica evidenciado que a orientação emanada pelo Conselho Fiscal da entidade para que se registrasse o bem, pelo valor base de cálculo do IPTU, mostrou-se medida adequada, haja vista que o ajuste de receita neste ano para colocar o bem no preço encontrado foi aproximadamente de meros R\$ 2,6 milhões, em grandes números.

Pelo anteriormente explicado, devido ao fato de a entidade, por seus planos, deter parcela de aproximadamente 17%, o ativo gerou renda aos planos BD e BS, respectivamente, R\$ 267 mil e R\$ 181 mil.

2.2.5 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

GRÁFICO 17. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



O Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 770,8 milhões, contra R\$ 796,7 milhões ao fim do 1º trimestre de 2018, representando queda de 3,25%. A redução patrimonial tem sua explicação fundada na oscilação da taxa de juros dos títulos públicos. As indefinições políticas e a greve dos caminhoneiros levaram o caos a formação dos preços na economia e, o mercado secundário de títulos sofreu do mesmo mal. Houve uma disparada na taxa de juros dos papéis com isso, uma forte queda em seus preços de comercialização, refletida pela utilização da precificação da carteira a mercado, mormente no plano CODEPREV. Como se trata de um plano em cotas, ele está todo marcado a mercado e, absorveu uma migração de recursos pelo processo de saldamento no qual os papéis públicos do plano BD foram transferidos ao CODEPREV, nesse contexto, a transferência manteve o *duration* da origem.

Na gestão tática, o procedimento adotado foi no sentido de reduzir as posições mais longas e concentrar nas posições mais curtas, no entanto, esse movimento não foi rápido o suficiente para ocorrer antes do desastre promovido principalmente pela greve, uma vez que não se vislumbrava seu impacto, ou mesmo seu início com a antecedência necessária.

3 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

Compete observar que na apuração das Demonstrações Contábeis, foram observados todos os princípios contábeis, ou seja, todos os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos certos de sua ocorrência nos meses vindouros próximos, sejam reconhecidos nas demonstrações levantadas independentemente do recebimento ou pagamento das mesmas. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. As contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, têm os seus registros realizados pelo Regime de Caixa.

Os lançamentos contábeis primaram pela existência de documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões detalhando as características dos documentos que os originaram. Quando utilizada informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da Entidade.

A Fundação São Francisco optou por empregar a segregação real. Entende a Entidade que assim agindo apresenta a necessária acuidade ao postulado que define conceitualmente uma Entidade contábil, respeitando a natureza e a finalidade das transações. É possível dessa forma, avaliar com distinção o conjunto de dados da Fundação São Francisco, consolidadamente em atendimento a exigência legal, como também os dados produzidos pela gestão de cada um dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa, em separado:

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	jun/18	jun/17		jun/18	jun/17
DISPONÍVEL	153.408,41	72.567,24	EXIGÍVEL OPERACIONAL	24.461.187,18	52.819.183,98
			Gestão Previdencial	23.639.983,07	52.088.177,10
REALIZÁVEL	766.889.989,72	660.391.829,79	Gestão Administrativa	784.680,52	691.640,13
Gestão Previdencial	49.955.349,75	6.635.511,57	Investimentos	36.523,59	39.366,75
Gestão Administrativa	3.881.609,53	3.890.498,74			
Investimentos	713.053.030,44	649.865.819,48	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.971.067,54	5.971.067,54
Títulos Públicos	511.298.583,16	448.255.516,48	Gestão Previdencial	147.232,79	147.232,79
Créditos Privados e Depósitos	18.853.808,41	35.961.063,51	Gestão Administrativa	5.057.017,42	5.057.017,42
Fundos de Investimento	167.683.651,37	150.272.885,21	Investimentos	766.817,33	766.817,33
Investimentos Imobiliários	10.959.154,83	10.484.031,64			
Empréstimos e Financiamentos	3.744.207,77	4.378.697,74	PATRIMÔNIO SOCIAL	740.382.445,59	604.735.737,88
Depos.Jud. Recursais	513.624,90	513.624,90	Patrimônio de Cobertura do Plano	720.167.327,31	586.014.959,56
			Provisões Matemáticas	740.687.834,58	616.698.773,22
			Benefícios Concedidos	351.892.589,86	345.338.423,38
			Benefícios a Conceder	388.795.244,72	271.360.349,84
PERMANENTE	3.771.302,18	3.061.592,37	Equilíbrio Técnico	(20.520.507,27)	(30.683.813,66)
Imobilizado	3.758.470,89	3.041.297,63	Resultados Realizados	(20.520.507,27)	(30.683.813,66)
Diferido	12.831,29	20.294,74	(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.520.507,27)	(30.683.813,66)
			Fundos	20.215.118,28	18.720.778,32
			Fundos Previdenciais	5.733.871,77	4.129.190,37
			Fundos Administrativos	12.817.083,25	12.769.185,24
			Fundos dos Investimentos	1.664.163,26	1.822.402,71
TOTAL DO ATIVO	770.814.700,31	663.525.989,40	TOTAL DO PASSIVO	770.814.700,31	663.525.989,40

A consolidação do Balanço Patrimonial não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da Entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as Entidades contábeis, os Planos de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que um plano deve ao outro não aparecerá, bem como o “resultado da equivalência patrimonial” (registro do fundo administrativo) nos Planos de Benefícios.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem assim, a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente, ou por aplicação de rateios nos demais casos.

QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
DEFINIÇÃO	BD	BS	CD	Consolidado
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 14.385.977,74	- 8.892.833,46	-	- 23.278.811,20
A1) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	5.101.295,24	5.101.295,24
1- CONTRIBUIÇÕES	4.750.348,80	3.440.002,18	11.369.116,19	19.559.467,17
(+) Patrocinadores	1.686.813,23	-	5.600.258,93	7.287.072,16
(+) Participantes Ativos	54.345,45	-	6.115.721,19	6.170.066,64
(+) Autopatrocinados	-	-	4.755,88	4.755,88
(+) Participantes Assistidos	3.116.004,77	-	47,29	3.116.052,06
(+) Dívida Contratada	-	2.242.012,70	-	2.242.012,70
(+) Parcela da Cisão reconhecida em 03/2018	-	1.197.989,48	-	1.197.989,48
(-) Custeio	- 106.814,65	-	- 351.667,10	- 458.481,75
2- DESTINAÇÕES	- 22.340.397,58	- 8.848,78	- 33.462,55	- 22.382.708,91
(-) Benefícios	- 22.340.397,58	- 8.848,78	- 33.462,55	- 22.382.708,91
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	- 551,75	-	-	- 551,75
(+/-) Quotas quitação por morte	- 551,75	-	-	- 551,75
4- INVESTIMENTOS	8.675.436,67	11.057.273,57	- 1.996.404,76	17.736.305,48
(+) Renda Fixa	8.705.504,23	11.230.979,64	- 943.523,32	18.992.960,55
(+) Renda Variável	252.617,38	90.167,36	- 341.350,13	1.434,61
(+) Imóveis	133.179,06	91.622,99	-	224.802,05
(+) Empréstimos	309.042,10	177.704,29	-	486.746,39
(-) Custeio	- 724.906,10	- 533.200,71	- 711.531,31	- 1.969.638,12
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	2.763.142,17	- 5.578.101,35	- 8.706.672,35	- 11.521.631,53
(+) Benefícios Concedidos	1.170.319,37	- 81.893,87	2.213,02	1.090.638,52
(+) Benefícios a Conceder	1.592.822,80	- 5.496.207,48	- 8.708.885,37	- 12.612.270,05
B) RESULTADO DEFICITÁRIO/SUPERAVITÁRIO DO EXERCÍCIO (1+2+3+4+5)	- 6.152.021,69	8.910.325,62	-	2.758.303,93
C) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (A1+1+2+3+4+5)	-	-	632.576,53	632.576,53
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL - EQUILÍBRIO TÉCNICO (A+B+C)	- 20.537.999,43	17.492,16	-	- 20.520.507,27
E) RESULTADO CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDO PREVIDENCIAL (A1+C)	-	-	5.733.871,77	5.733.871,77

QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Consolidado	jun/18	jun/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
Investimentos	713.053.030,44	649.865.819,48			
Títulos Públicos	511.298.583,16	448.255.516,48	71,7%	69,0%	14,1%
Créditos Privados e Depósitos	18.853.808,41	35.961.063,51	2,6%	5,5%	-47,6%
Instituições Financeiras	0,00	6.844.335,72	0,0%	1,1%	-100%
Companhias Abertas	18.853.808,41	28.638.201,81	2,6%	4,4%	-34,2%
Outros Emissores	0,00	478.525,98	0,0%	0,1%	-100%
Fundos de Investimento	167.683.651,37	150.272.885,21	23,5%	23,1%	11,6%
Multimercado	5.072.911,36	482.050,77	0,7%	0,1%	952,4%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	5.629.059,51	7.026.993,72	0,8%	1,1%	-19,9%
Ações	112.217.090,75	98.845.603,98	15,7%	15,2%	13,5%
Participações/FIP	44.764.589,75	43.918.236,74	6,3%	6,8%	2%
Investimentos Imobiliários	10.959.154,83	10.484.031,64	1,5%	1,6%	4,5%
Empréstimos	3.744.207,77	4.378.697,74	0,5%	0,7%	-14,5%
Depos. Jud. Recursais	513.624,90	513.624,90	0,1%	0,1%	0%

4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

4.1 PREVIDENCIAL

4.1.1 População Assistida

GRÁFICO 18. APOSENTADOS X PENSIONISTAS



GRÁFICO 19. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA



4.1.2 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 20. PATRONAL X ASSISTIDOS

Contribuição Patronal x Participantes Assistidos - Em mil Reais

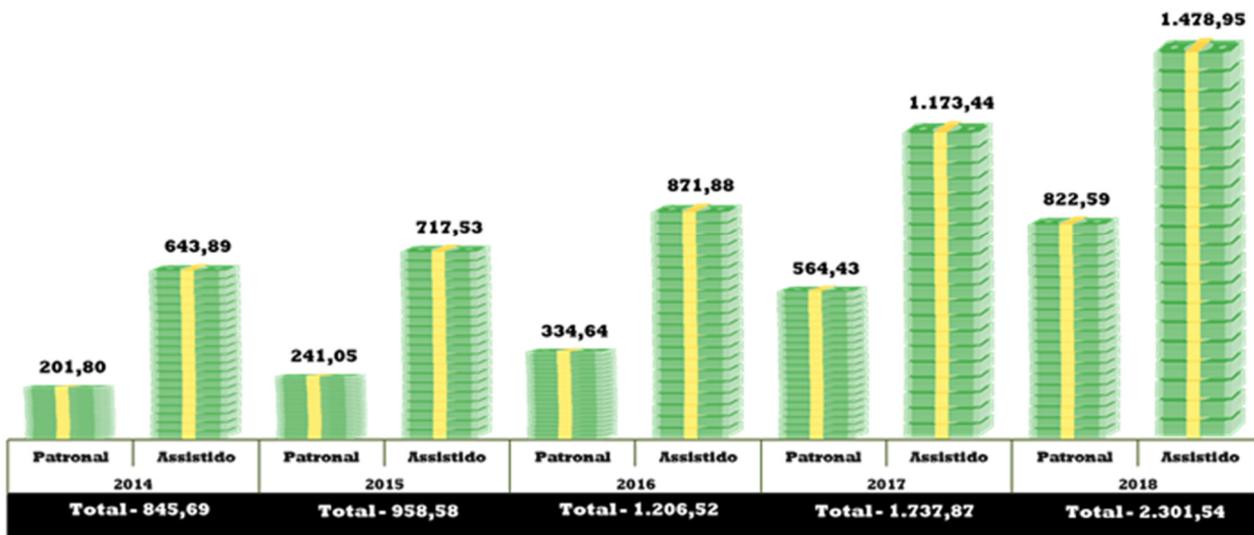


GRÁFICO 21. PATRONAL X ASSISTIDOS

Total das Receitas por Trimestre - Ano 2018

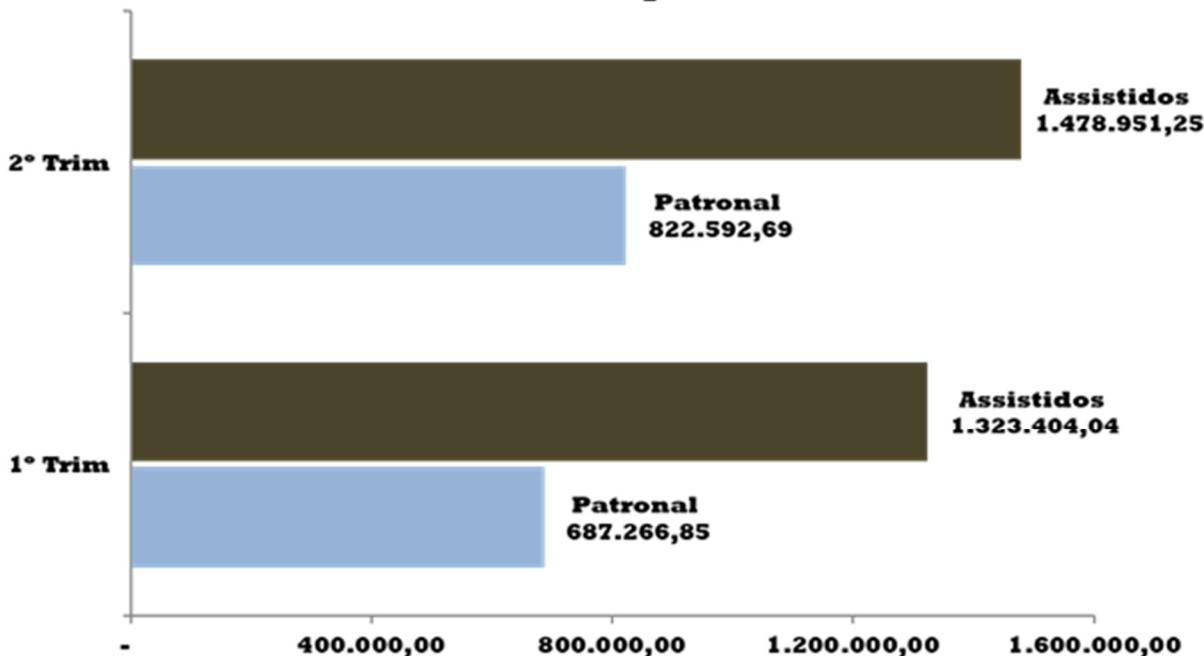


GRÁFICO 22. PATRONAL X PARTICIPANTES

Contribuição Patronal x Participantes Ativos - Em mil Reais

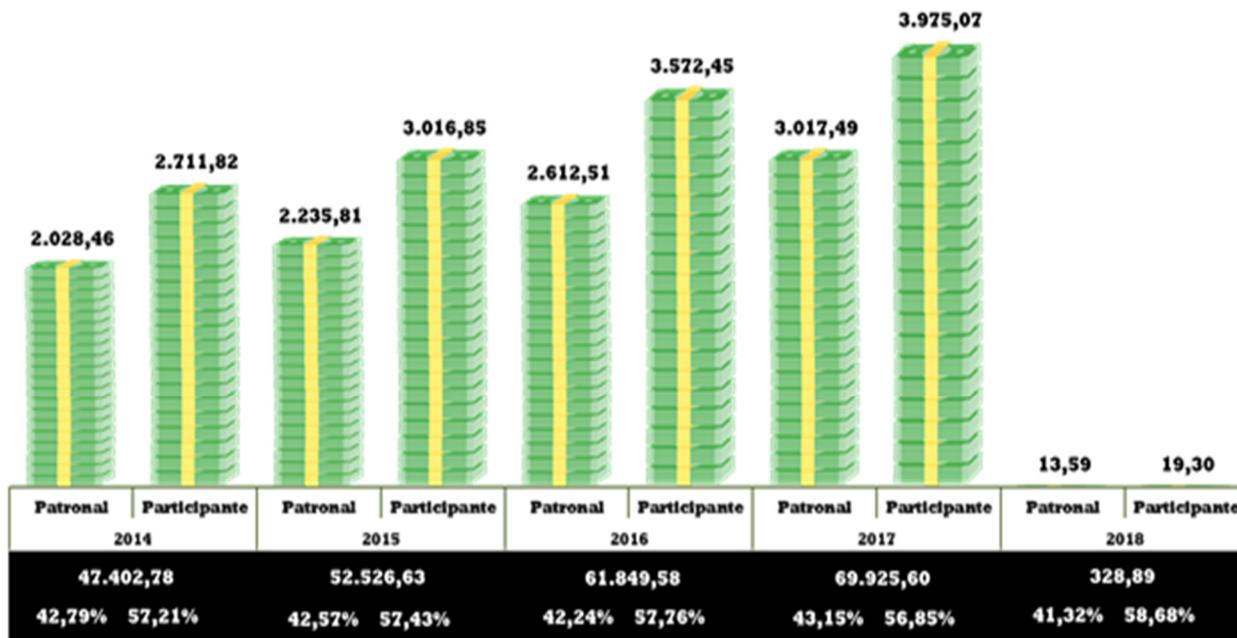
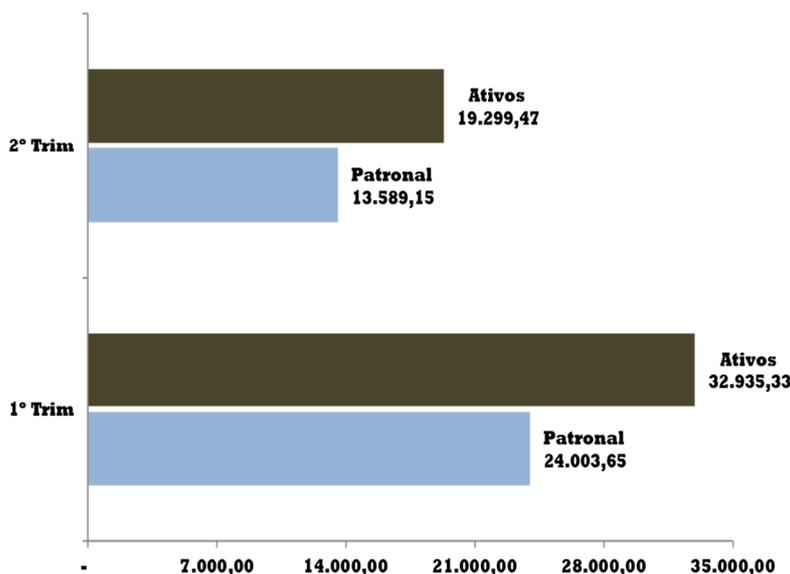


GRÁFICO 23. TOTAL DE RECEITAS ATIVOS X PATRONAL

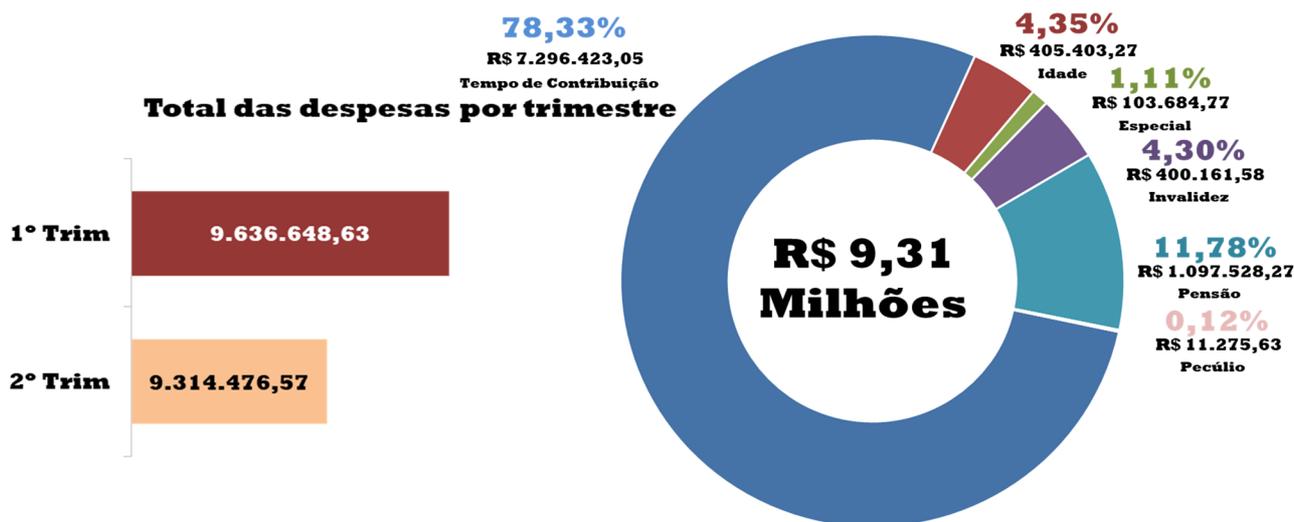
Total de Receitas por Trimestre - Ano 2018



R\$ 2.334.432,56

Total de receita das contribuições previdenciárias do Plano de Benefícios I - BD, no 2º trimestre de 2018.

GRÁFICO 24. TOTAL DAS DESPESAS POR TRIMESTRE



4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a Junho de 2018. **Fica evidente que nos últimos vinte e três anos e seis meses, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.**

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do segundo trimestre de 2018, com a taxa superior a 52%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Os resultados do Plano permitiram ao Comitê **Estratégico de Investimentos-CEI** manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 25. DESEMPENHO ACUMULADO

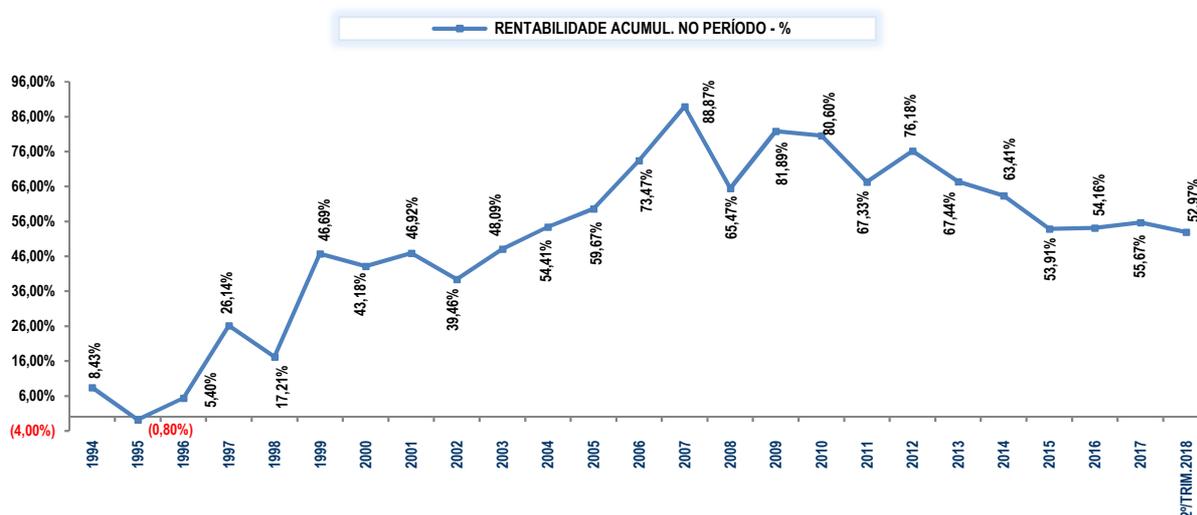


TABELA 6. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a Junho de 2018 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 4,90% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % -	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (6)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	340.529.029	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%
2ºTRIM.2018	331.613.865	2,04%	3,84%	0,67%	2,45%	(1,73%)	52,97%

Observação:

A redução de 37,87% observada no Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 - deveu-se ao processo de cisão autorizado pelo órgão fiscalizador Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - Portaria N° 929, de 25 de setembro de 2017.

4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do **1º Trimestre de 2017**, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

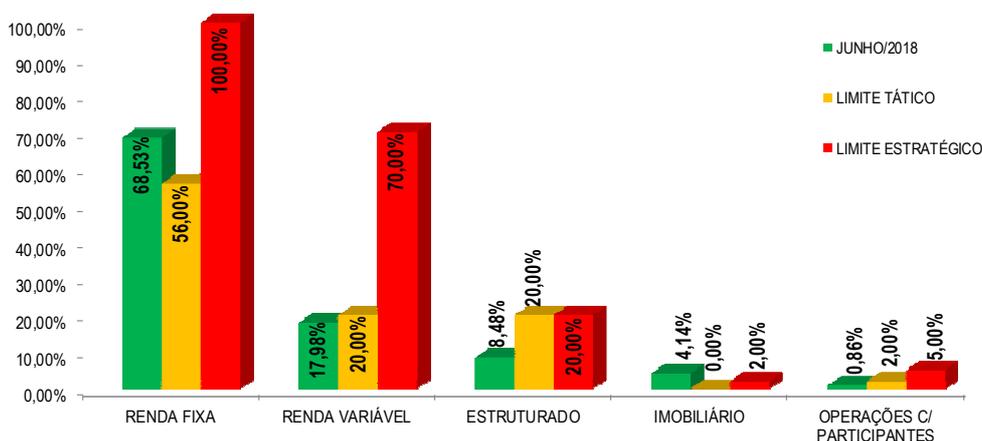
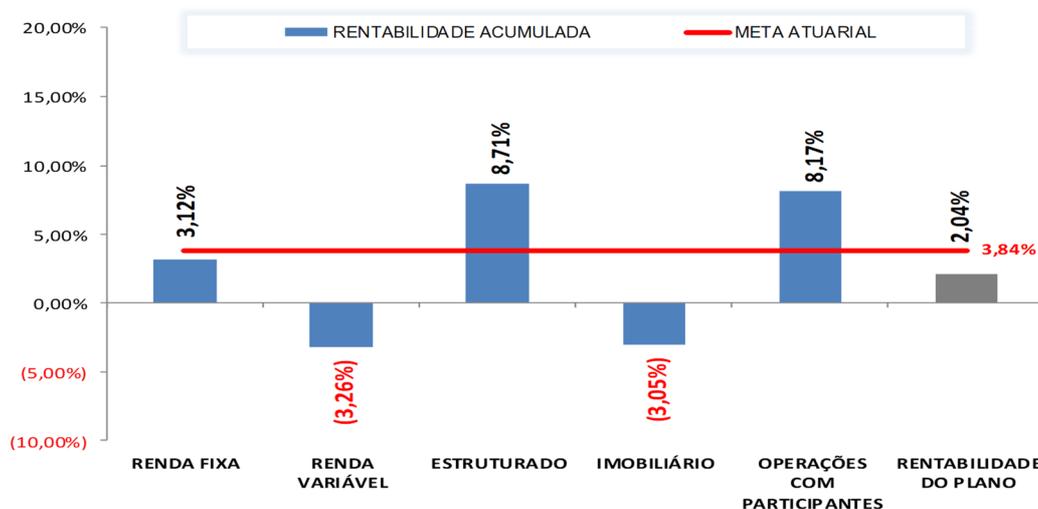
GRÁFICO 26. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO


TABELA 7. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2017 x 2018 - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD -							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		JUNHO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	254.950.646,23	70,37%	242.353.463,78	68,53%	56,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	65.938.845,50	18,20%	63.593.644,40	17,98%	20,00%	70,00%	70,00%
ESTRUTURADO	31.850.325,56	8,79%	29.997.270,64	8,48%	20,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	6.259.079,26	1,73%	14.652.188,63	4,14%	0,00%	2,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	3.318.641,27	0,92%	3.035.255,72	0,86%	2,00%	5,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	362.317.537,82	100%	353.631.823,17	100%			
(+) Disponível - Conta 11	60.095,41	VARIACÃO NOMINAL	58.083,23				
(-) Exigível de Investimentos	-156.386,33		-154.390,53				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	362.221.246,90	↓ -2,40%	353.535.515,87				

4.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade registrada no 2º semestre de 2018 foi de 2,04%, descontada a Meta Atuarial registrada no exercício (INPC+4,90% a.a.), que atingiu **3,84%**, o desempenho dos investimentos ficou abaixo do mínimo atuarial em 1,80 pontos-base, motivada pela alta das taxas dos títulos públicos com marcação a mercado e pela volatilidade registrada no mercado acionário, atingindo negativamente o Segmento de Renda Variável, no período considerado.

GRÁFICO 27. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

TABELA 8. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	2º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	(0,12%)	(2,48%)	3,12%	9,83%
RENDA VARIÁVEL	(4,71%)	(11,44%)	(3,26%)	11,74%
ESTRUTURADO	(0,14%)	(0,16%)	8,71%	2,23%
IMOBILIÁRIO	0,89%	3,91%	(3,05%)	2,52%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,44%	4,26%	8,17%	16,40%
RENTABILIDADE DO PLANO	(0,91%)	(3,73%)	2,04%	9,07%
META ATUARIAL	0,83%	1,92%	3,84%	6,93%
DIVERGÊNCIA	(1,74%)	(5,65%)	(1,80%)	2,14%

4.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

No 1º semestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 3,12%, frente meta atuarial de 3,84%, ficando abaixo da meta acumulada em 0,72 pontos-base. O desempenho foi motivado pelos aumentos significativos ocorridos nas taxas de juros dos títulos públicos marcados a mercado.

4.2.3.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (**Saga SF e Mapfre SF**), registrou no 1º semestre de 2018 rentabilidade negativa de 3,26%, ante o desempenho negativo da Bolsa de Valores de 4,66% medida pelo Índice IBRX-50 (*Benchmark*).

4.2.3.3 Segmento de Estruturado

Apresentou no 1º semestre de 2018 alta de 8,71%, contra meta atuarial 3,84% no mesmo período, imputando divergência positiva 4,87 pontos-base. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, após o mesmo utilizar-se de sua prerrogativa, utilizando-se do laudo de avaliação solicitado pela JURUENA PARTICIPAÇÕES para ajustar o valor da Cota do Fundo em 31.03.2017, causando distorções de preços entre os ativos que compõe do Segmento de Investimentos Estruturados do Plano. A São Francisco em conjunto com os demais Cotistas continua com o processo de parceria com objetivo de avaliar possíveis janelas de saída do ativo, conforme destacado neste relatório no item 2.2.3.

4.2.3.4 Segmento Imobiliário

Apresentou no 1º semestre, rentabilidade negativa 3,05%, contra a meta de 3,84% no período, o Segmento registrou no trimestre, divergência negativa de 6,90 pontos-base abaixo da meta. A queda acumulada no período foi motivada diretamente pela reavaliação do Imóvel de São Cristóvão e pelas despesas arcadas pelo Plano com a vacância das salas do Fernandez Plaza, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear.

4.2.3.5 Segmento de Operações C/Participantes

Apresentou rentabilidade no 1º semestre de 8,17% contra meta de 3,84%, superando a meta em 4,33 pontos-base.

4.2.4 Detalhamento por Segmento

4.2.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 68,53% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO
																	S/CDI e IBrX- 50
Art. 21	RENDA FIXA	242.353.463,78	100,00%	68,53%	100%	100%	56%	9,95		-0,03%	-2,33%	-0,12%	-2,48%	3,12%	9,83%	-0,05%	-0,72%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	234.828.422,01	96,90%	66,40%	100%			10,09		-0,06%	-2,40%	-0,15%	-2,60%	3,22%	11,20%	0,05%	-0,63%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	234.828.422,01	96,90%	66,40%				10,09	Soberano	-0,08%	-2,48%	-0,15%	-2,70%	3,33%	11,49%	0,16%	-0,51%
	LETRAS FINANCERIAS DO TESOIRO - LFT (*)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano	0,52%	0,52%	0,00%	1,04%	2,65%	5,08%	0,01%	-0,34%
II	Emissão de Sociedade por ações de capital aberto	4.256.241,92	1,76%	1,20%	80%			2,43		1,28%	-0,32%	1,32%	2,29%	0,95%	-9,13%	-2,22%	-2,89%
	DEBENTURES	4.256.241,92	1,76%	1,20%				2,43		1,28%	-0,32%	1,32%	2,29%	0,95%	-9,13%	-2,22%	-2,89%
	Risco de Crédito Especulativo (1)																
	CEMIG - GT	4.256.241,92	1,76%	1,20%				2,43	BBB- (Fitch)	1,28%	-0,32%	1,32%	2,29%	0,95%	5,33%	-2,22%	-2,89%
III	Cota de classe de fundos de investimentos em direitos creditórios	3.268.799,85	1,35%	0,92%	20%					-0,12%	0,01%	-0,09%	-0,20%	-0,63%	-24,70%	-3,80%	-4,47%
	FIDC	3.268.799,85	1,35%	0,92%						-0,12%	0,01%	-0,09%	-0,20%	-0,63%	-24,70%	-3,80%	-4,47%
	Alto Risco de Crédito																
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	3.268.799,85	1,35%	0,92%						-0,12%	0,01%	-0,09%	-0,20%	-0,63%	-24,70%	-3,80%	-4,47%

(*) Venda de posição em 30/05/2018.

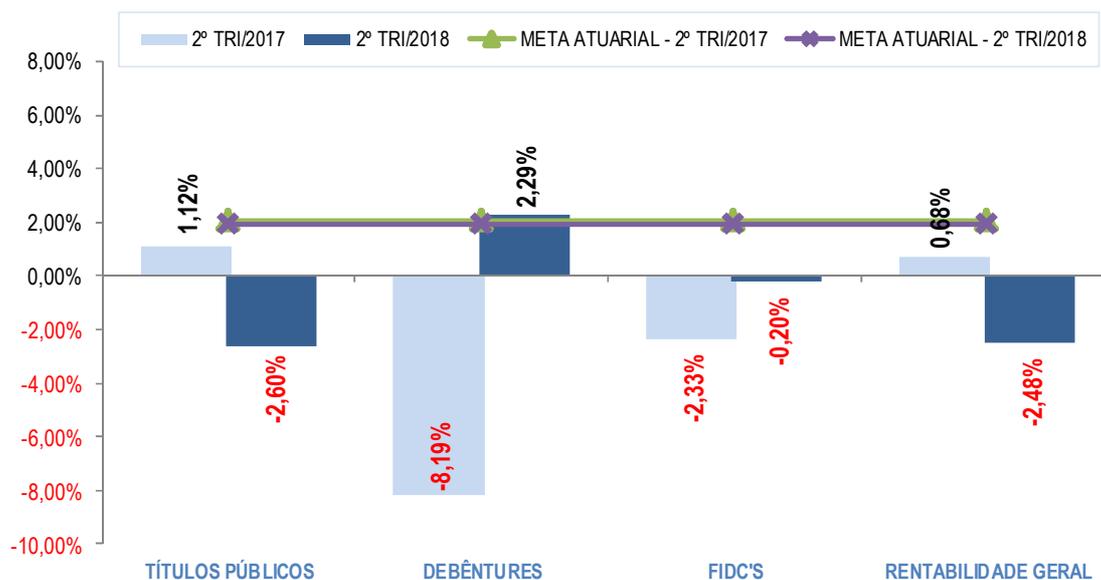
Monitoramento:

(1) Reclassificação em 03/05/2018 - perspectiva estável

TABELA 10. AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DOS ATIVOS À MERCADO

VENCIMENTO	QUANTIDADE			PREÇO UNITÁRIO - R\$			VALORES RECEBIDOS -			VARIÇÃO %	
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN	MAI	ABR	MAI	JUN	
15/05/2021	1.777	1.777	1.777	3.376	3.230	3.234	91	0,66	-1,64	0,12	
15/08/2022	2.036	2.036	2.036	3.331	3.236	3.246	0	0,20	-2,86	0,31	
15/05/2023	4.478	4.478	6.513	3.374	3.180	3.192	91	-0,02	-3,07	0,36	
15/08/2024	3.923	3.923	3.923	3.359	3.248	3.249	0	-0,27	-3,30	0,01	
15/08/2026	5.783	5.783	5.783	3.380	3.252	3.233	0	-0,14	-3,78	-0,60	
15/08/2028	0	2.205	5.305	0	3.250	3.234	0	0,00	0,00	-0,50	
15/08/2030	817	817	3.364	3.390	3.258	3.227	0	-0,32	-3,90	-0,96	
15/05/2035	10.982	12.050	12.050	3.450	3.216	3.191	83	-0,60	-4,39	-0,80	
15/05/2045	8.902	8.902	3.614	3.475	3.213	3.170	91	-0,81	-4,91	-1,34	
15/08/2050	5.965	4.709	853	3.454	3.268	3.218	0	-0,89	-5,37	-1,53	
15/05/2055	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	

- 1290 unidades compradas com recursos da venda de LTFs
- 2205 unidades compradas com recursos da venda de LTFs e NTN-B 2050
- 1068 unidades compradas com recursos de recebimento de juros de 15/05
- 1256 unidades vendidas para compra de NTN-B 2028
- 2035 unidades compradas com recurso de venda de NTN-B 2045
- 3100 unidades compradas com recurso de venda de NTN-B 2045
- 2547 unidades compradas com recurso da venda de NTN-B 2050
- 5288 unidades vendidas para compra de NTN-B 2023 e 2028
- 3856 unidades vendidas para compra de NTN-B 2030

GRÁFICO 28. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA

Comentários:

No decorrer do 2º trimestre, dentre os ativos que compõem o Segmento de Renda Fixa, somente as Debêntures apresentaram rendimento superior quando comparado com o 2º trimestre de 2017, motivado pela alta da Taxa de Juros, extremamente prejudicial para os Títulos Públicos (NTN/B) marcados a “Mercado”. Como pode ser observado, em ambos os exercícios os resultados individuais das carteiras encontram-se abaixo das suas respectivas metas atuariais relativamente ao período de apuração.

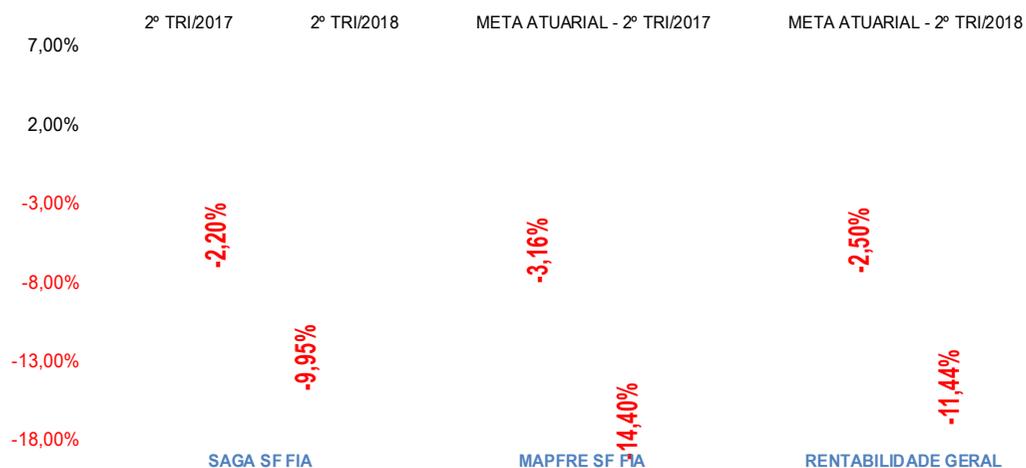
4.2.4.2 Renda Variável

Encerrou o 2º trimestre de 2018 com 17,98% do ativo total, contra 19,08% registrados em março - baixa de 1,10 ponto percentual, motivado pela queda acumulada no ano de 4,66% do mercado acionário, medida pelo IBRX-50, com reflexos negativos nos FIA's que constituem a Carteira de Renda Variável do Plano. O segmento apresentou variação negativa de 11,44% no 2º trimestre, contra variação positiva de 9,25% no 1º trimestre, acumulando no ano variação negativa de 3,26%, contra desempenho negativo do *Benchmark* (IBRX-50) de 4,66%, registrando variação de 1,40% acima do *benchmark*.

TABELA 11. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL SEGMENTO	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE							
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL		TÁTICO	ESTRATÉGICO			abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
																S/CDI e IBRX- 50	
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	63.593.644,40	100,00%	17,98%	70%	70%	20%	-		-0,19%	-6,89%	-4,71%	-11,44%	-3,26%	11,74%	1,41%	-7,10%
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	63.593.644,40	100,00%	17,98%	70%			-		-0,19%	-6,89%	-4,71%	-11,44%	-3,26%	11,74%	1,41%	-7,10%
	FUNDOS	63.593.644,40	100,00%	17,98%				-		-0,19%	-6,89%	-4,71%	-11,44%	-3,26%	11,74%	1,41%	-7,10%
	SAGA SF FIA	42.935.168,91	67,51%	12,14%				-		-2,04%	-5,70%	-2,52%	-9,95%	-2,65%	8,13%	2,02%	-6,49%
	MAPFRE SF	20.658.475,49	32,49%	5,84%				-		3,47%	-9,12%	-8,97%	-14,40%	-4,52%	20,08%	0,14%	-8,37%

GRÁFICO 29. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL



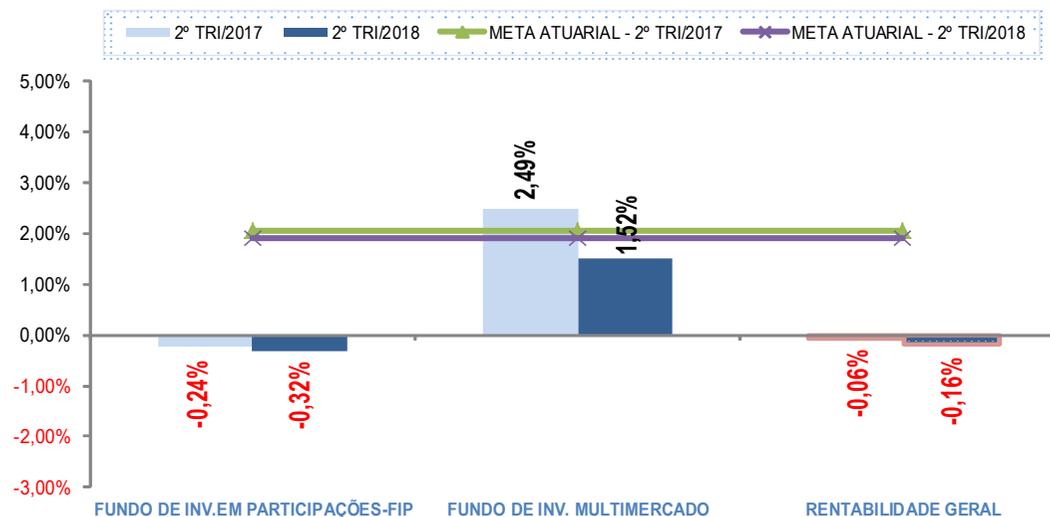
4.2.4.3 Estruturado

Nesse segmento estão alocados 8,48% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 2º trimestre de 2018 rentabilidade negativa de 0,16% - contra rentabilidade positiva de 8,89% no 1º trimestre, acumulando nos seis primeiros meses do ano variação positiva de 8,71%, registrando variação positiva de 4,87 pontos-base acima da meta que atingiu 3,84%.

TABELA 12. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO

ARTIGO / INCISÃO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																	S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 23	ESTRUTURADO	29.997.270,64	100,00%	8,48%	20%	20%	20%	-		0,00%	-0,02%	-0,14%	-0,16%	8,71%	2,23%	5,55%	4,87%	
I - a)	Fundos de Investimento em Participações	26.671.448,44	88,91%	7,54%	15%			-		-0,05%	-0,05%	-0,22%	-0,32%	9,30%	1,24%	6,14%	5,46%	
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	20.039.888,11	66,81%	5,67%				-		-0,06%	-0,05%	-0,28%	-0,39%	12,93%	12,06%	9,76%	9,09%	
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTIESTRATÉGIA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	6.631.560,33	22,11%	1,88%				-		-0,04%	-0,03%	-0,03%	-0,10%	-0,35%	-21,60%	-3,52%	-4,19%	
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	3.325.822,20	11,09%	0,94%	15%			-		0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	5,39%	-0,05%	-0,72%	
	SAGA SNAKE FIM	3.325.822,20	11,09%	0,94%				-		0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	5,39%	-0,05%	-0,72%	

GRÁFICO 30. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO



4.2.4.4 Imobiliário

Neste Segmento estão alocados 4,14% do total dos Ativos de Investimentos. A definição contida na Política de Investimento do Plano 2018/2022 - é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam. O Segmento registrou variação positiva de 3,91% no 2º trimestre, contra variação negativa de 2,33% no 1º trimestre. A reversão ocorrida na rentabilidade do Segmento deveu-se à revogação da Resolução N° 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução N° 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de “Terrenos” e “Imóveis”, mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no segmento novos ativos: **Fundos Imobiliários (FI); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano.** Conseqüentemente, a realocação dos CRI’s existentes no Plano para o Segmento de Imóveis, melhorou sistematicamente a nova avaliação da rentabilidade no período considerado, conforme comentado.

TABELA 13. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO

ARTIGO / INCISOR (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING	RENTABILIDADE									
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	NOTA	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																		S/CDI e IBRX-50	S/META
Art. 24	IMOBILIÁRIO	14.652.188,63	100,00%	4,14%	20%	2%	0%	-		0,50%	2,48%	0,89%	3,91%	-3,05%	2,52%	-6,22%	-6,90%		
	Imóveis para Aluguel e Renda	6.529.191,01	44,56%	1,85%				-		-0,34%	4,05%	-0,30%	3,39%	-15,03%	-5,08%	-18,20%	-18,87%		
	FERNANDEZ PLAZA	5.386.323,76	36,76%	1,52%				-		-0,40%	-0,33%	-0,33%	-1,06%	-4,16%	18,45%	-7,33%	-8,00%		
	SÃO CRISTÓVÃO	1.142.867,25	7,80%	0,32%				-		0,00%	30,21%	-0,16%	30,00%	-43,87%	-50,16%	-47,03%	-47,71%		
II	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	8.122.997,62	55,44%	2,30%				5,64		1,15%	1,27%	1,83%	4,31%	8,27%	8,79%	5,10%	4,43%		
	CRI	8.122.997,62	55,44%	2,30%				5,64		1,15%	1,27%	1,83%	4,31%	8,27%	8,79%	5,10%	4,43%		
	Baixo Risco de Crédito (2)																		
	BRC SECURITIZADORA	1.275.998,40	8,71%	0,36%				2,30	AA+ (Fitch)	1,24%	1,72%	2,31%	5,36%	9,06%	14,26%	5,89%	5,22%		
	Alto Risco de Crédito (3)																		
	INFRASEC SECURITIZADORA	6.846.999,22	46,73%	1,94%				6,26	AA (LFRating)	1,14%	1,19%	1,74%	4,12%	8,14%	7,52%	4,97%	4,30%		

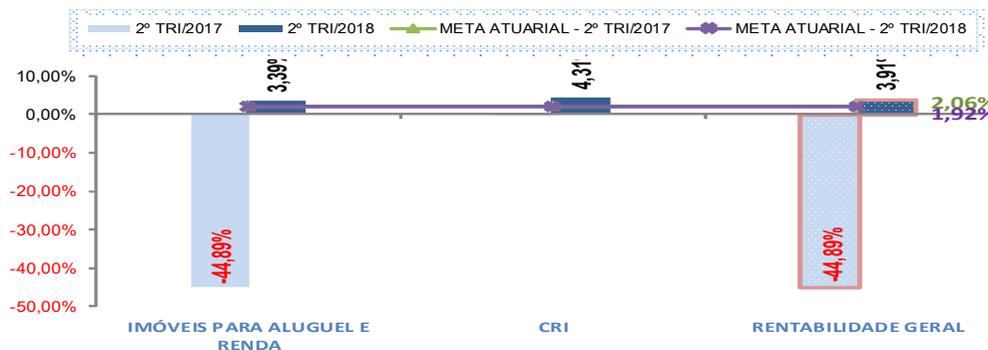
Monitoramento:

(2) Nota revisada em 21/02/2017 - não houve alteração

(3) Nota revisada em 21/08/2017 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 31. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO IMOBILIÁRIO



4.2.4.5 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 0,86% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 14. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
																	S/CDI e IBrX- 50	
Art. 25	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3.035.255,72	100,00%	0,86%	15%	5%	2%	-		1,42%	1,34%	1,44%	4,26%	8,17%	16,40%	5,01%	4,33%	
I	Empréstimos	3.035.255,72	100,00%	0,86%				-		1,42%	1,34%	1,44%	4,26%	8,17%	16,40%	5,01%	4,33%	

TABELA 15. CONCESSÕES

MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
ABRIL	5	186.140,00	0	0,00	186.140,00
MAIO	6	86.480,00	0	0,00	86.480,00
JUNHO	4	58.880,00	0	0,00	58.880,00
TOTAL	15	331.500,00	0	0,00	331.500,00

O valor de concessão no **2º trimestre de 2018** alçou o valor de R\$ 331.500,00 contra R\$ 208.120,00 do 1º trimestre/2018, alta de 59,282% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados maiores que no trimestre anterior, observando breve aquecimento na demanda, ratificando a grande importância do Segmento para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão sendo realizadas apenas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO. Porém, o processo de abertura da Carteira encontra-se em análise, buscando atender as novas demandas pós Saldamento do Plano.

GRÁFICO 32. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

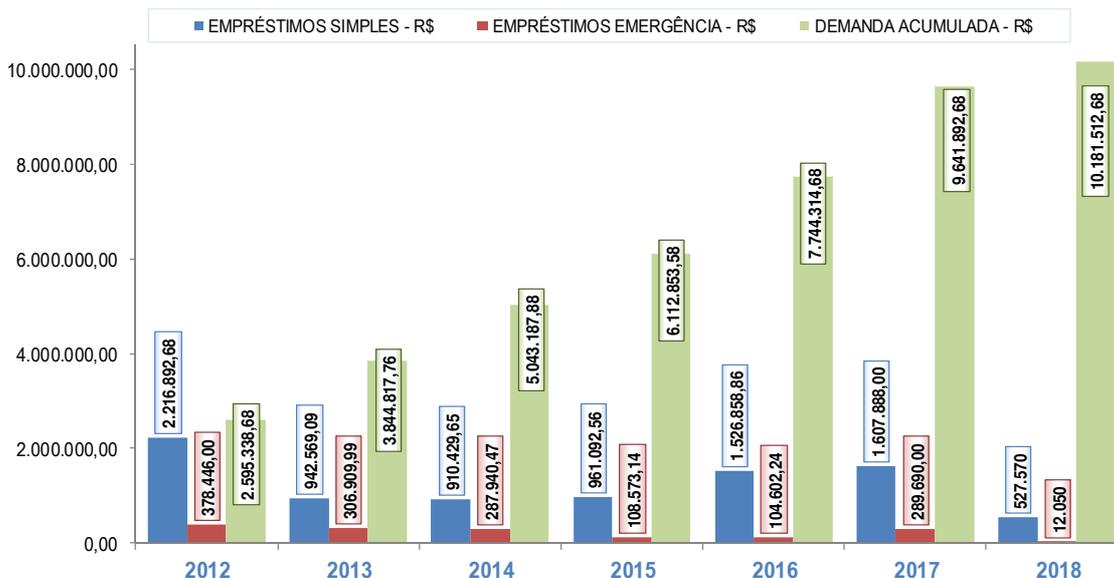


TABELA 16. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
2017	62	1.607.888,00	23	289.690,00	85	1.897.578,00	9.641.892,68
2018	25	527.570	3	12.050	28	539.620,00	10.181.512,68

GRÁFICO 33. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE

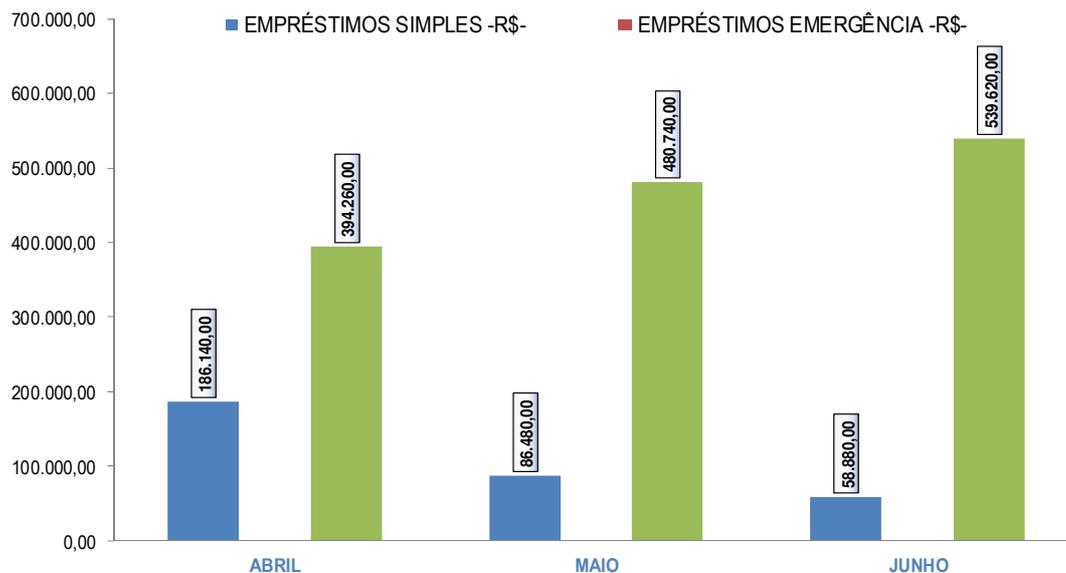
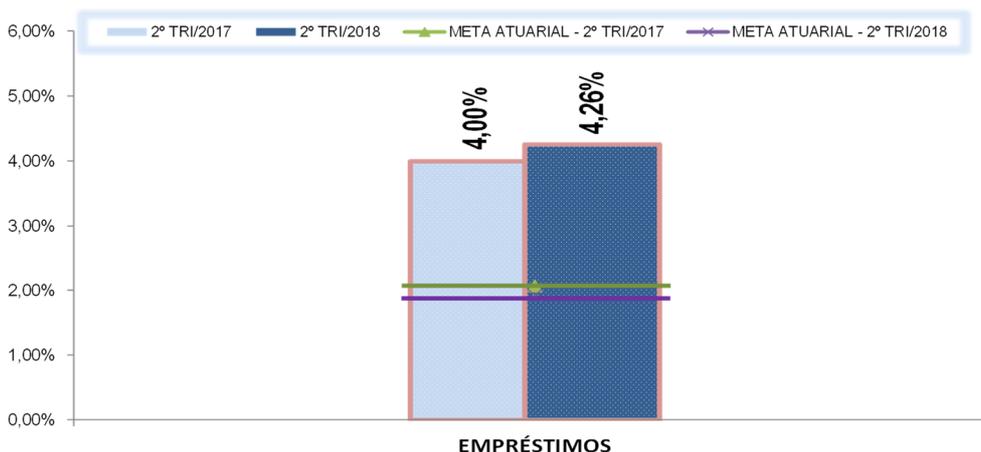


GRÁFICO 34. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS



A Carteira de Empréstimos registrou no 2º trimestre, rentabilidade positiva de 4,26% contra meta atuarial de 1,92%. Esse resultado representa 2,34 pontos-base acima da meta.

4.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

4.2.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada – DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

TABELA 17. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

SEGMENTO	PLANO I - BD												REFERÊNCIA: JUNHO DE 2018		
	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18			
Renda Fixa	0,96%	-0,36%	0,08%	0,16%	2,25%	0,16%	3,92%	-0,26%	0,10%	-0,50%	-2,94%	-0,95%	2,63%	1,67%	5,79%
Renda Variável	3,97%	5,94%	3,70%	-1,26%	-5,90%	5,71%	8,94%	1,03%	-2,53%	-0,66%	-7,50%	-5,54%	5,91%	5,27%	-3,26%
Estruturado	-0,18%	-0,90%	-0,43%	-0,45%	-0,83%	-6,15%	-0,60%	-0,60%	8,21%	-0,47%	-0,63%	-0,97%	-3,99%	3,13%	-51,28%
Imobiliário	-0,53%	-0,99%	-5,45%	-0,83%	18,53%	-0,81%	-0,93%	-2,35%	-0,93%	0,03%	1,87%	0,06%	7,68%	5,89%	-68,00%
Empréstimos	1,31%	0,27%	0,87%	0,67%	0,29%	1,02%	0,24%	0,88%	0,72%	0,95%	0,73%	0,61%	8,57%	0,33%	26,05%
PLANO	1,33%	0,63%	0,58%	-0,15%	0,82%	0,54%	4,22%	-0,10%	0,16%	-0,50%	-3,43%	-1,74%	2,37%	1,81%	-3,86%

META ATUARIAL : INPC + 4,90% a.a.

Regra I : Nenhum dos Segmentos apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II : DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Estruturados e Imóveis.

4.2.6 Operações Cursadas no Exercício de 2018:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos. No decorrer do 1º e 2º trimestre de 2018, as operações de “Arbitragem” entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2018/2022.

As operações realizadas no decorrer do dos seis primeiros meses do ano, consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a “Mercado”, com objetivo de atender e perseguir a concentração definida pelo estudo de **ALM - Asset Liability Management elaborado pela I9ADVISORY - Consultoria Financeira**, de 21.12.2017 e revisada em 27.02.2018.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B acumuladas no decorrer do 1º semestre as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela **ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”**:

TABELA 18. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
31/01/2018	NTN-B 2055	4,9000	5,0900	5,4200	5,1400	15.233.225,04
23/03/2018	NTN-B 2050	4,8749	5,0994	5,3972	5,1100	14.320.256,54
12/04/2018	LFT 2018	- 0,0024	0,0004	0,0050	0,0003	4.877.287,41
25/05/2018	NTN-B 2050	5,3500	5,6200	5,8500	5,6200	4.149.072,22
30/05/2018	LFT 2018	- 0,0028	0,0002	0,0042	0,0010	7.165.869,19
14/06/2018	NTN-B 2045	5,7200	6,0000	6,2100	6,0200	16.386.909,09
25/06/2018	NTN-B 2050	5,7700	5,9600	6,1800	6,0200	12.186.696,90
TOTAL						74.319.316,39

COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
31/01/2018	NTN-B 2030	4,6300	4,8600	5,2000	4,8000	15.229.868,24
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	2.754.862,83
27/03/2018	NTN-B 2035	4,7638	5,0102	5,3109	4,9200	12.018.731,07
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.497.038,84
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	3.508.161,76
30/05/2018	NTN-B 2028	5,2700	5,4900	5,8500	5,5000	7.162.910,33
14/06/2018	NTN-B 2023	5,3800	5,9300	6,3400	5,6200	6.412.349,12
	NTN-B 2028	5,5189	6,0323	6,3332	5,7300	9.951.135,80
28/06/2018	NTN-B 2030	5,6400	5,8300	6,1500	5,7100	8.278.392,77
TOTAL						69.813.450,76

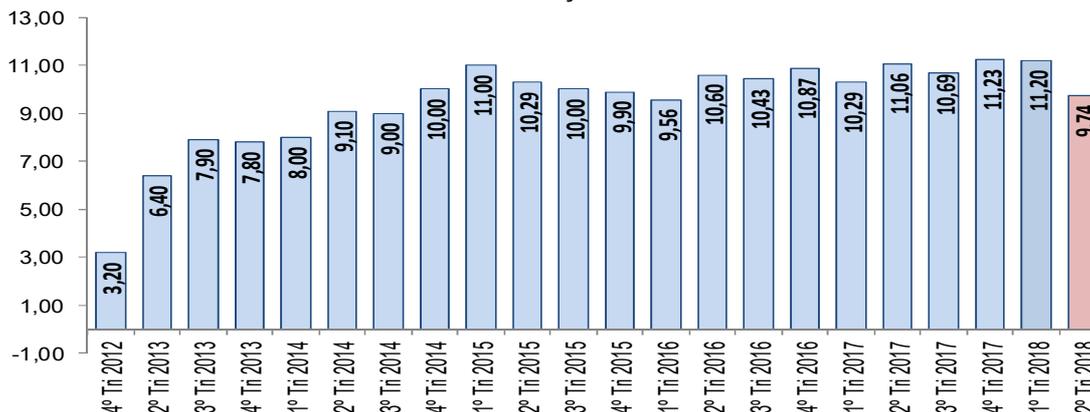
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela **ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”**, o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21, de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

4.2.7 Duration do Plano

No encerramento do 2º trimestre de 2018 o índice alcançou *duration* de 9,74 anos contra 11,06 anos, no mesmo período de 2017. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou *duration* 9,86 anos calculados pelo modelo Previc.

GRÁFICO 35. EVOLUÇÃO DA DURATION



Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I- A estabilidade observada no encerramento do 2º trimestre de 2018 foi promovida devida a permanência nas aplicações com vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II- A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* menor que a do passivo, atendendo a lógica da legislação, que obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo. Apesar de não apresentar nenhuma distorção em relação à legislação, não exime a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do Plano.

4.2.8 Acompanhamento Orçamentário:

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no “**Acompanhamento Orçamentário**”, frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças, fato que nos leva à transparência futura dos Planos sob a gestão da Fundação.

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no Plano I/BD no encerramento do 2º trimestre de 2018 totalizou R\$ 8.674.884,92 - contra o Valor Orçado de R\$ 13.844.965,60 - ou seja, o realizado totalizou 62,66% daquele esperado no orçamento no período considerado e 30,61% do projetado para o exercício de 2018.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho abaixo das previsões, as receitas encerraram o 2º trimestre com R\$ 8.042.957,03 - contra R\$ 10.944.646,00 projetados, ou seja, 73,49% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a alta dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a alta dos juros das NTN/B's, precificadas a “Mercado”.

O **Segmento de Renda Variável**, motivado pela queda de 15,07% da Bolsa de Valores no 2º trimestre de 2018, medida pelo IBRX-50, com reflexos negativos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, levaram as previsões orçamentárias não se confirmarem, gerando resultado negativo acumulado até junho de R\$ 2.124.705,28 - contra o valor positivo de R\$ 2.840.140,00 projetados no período, ou seja, o fraco desempenho do mercado acionário no período considerado, gerou “Despesas” no encerramento do 2º trimestre de 2018.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** motivado pela reavaliação do ENERGIA PCH - FIP, principal ativo que compõe a carteira do Plano, com alta de 12,67% nos seis primeiros meses do ano, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 2.398.496,44 - contra R\$ 287.794,00 projetados no período, ou seja, 833,41% do previsto no encerramento do período considerado.

O **Segmento de Imóveis** reverteu todo o desvio negativo registrado no primeiro trimestre, ao acumular no 2º trimestre resultado positivo de R\$ 774.552,48 - contra R\$ 407.740,00 projetados no período, ou seja, 189,96% do previsto no período, motivado pelas mudanças na legislação vigente, promovido pela **revogação da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução Nº 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de “Terrenos” e “Imóveis”, mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano.** Consequentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento de Imóveis, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O **Segmento de Empréstimos** obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o 2º trimestre com R\$ 309.042,10 - contra R\$ 211.736,00 projetados, ou seja, 145,96% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, o processo de cisão do Plano aliada às operações de pagamento de parte dos **“Contratos Pendentes”** e os **“Participantes Inadimplentes”** que após a cisão buscaram a renegociação dos seus Contratos junto a Fundação.

Com relação aos **“Custeios”** não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 724.906,10 - contra R\$ 847.090,40 do valor orçado acumulado no 2º trimestre de 2018, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

Já com relação à formação do **“Fundo de Investimento”** é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária é de “0” (zero)

TABELA 19. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD

	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	-329.294,15	1.857.767,00	É DESPESA	8.042.957,03	10.944.646,00	73,49%	8.042.957,03	22.382.427,00	35,93%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	-381.766,63	1.743.936,00	É DESPESA	8.040.692,05	10.273.146,00	78,27%	8.040.692,05	21.011.410,00	38,27%
EMISSION OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	76.437,00	0,00%	0,00	451.527,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%
LF	0,00	76.437,00	0,00%	0,00	451.527,00	0,00%	0,00	920.334,00	0,00%
EMISSION DE COMPANHIAS ABERTAS	55.565,91	37.394,00	148,60%	23.438,76	219.973,00	10,66%	23.438,76	450.683,00	5,20%
DEBENTURES	55.565,91	37.394,00	148,60%	23.438,76	219.973,00	10,66%	23.438,76	450.683,00	5,20%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-3.093,43	0,00	É DESPESA	-21.173,78	0,00	É DESPESA	-21.173,78	0,00	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-3.093,43	0,00	É DESPESA	-21.173,78	0,00	É DESPESA	-21.173,78	0,00	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	-3.146.219,02	481.713,00	É DESPESA	-2.124.705,28	2.840.140,00	É DESPESA	-2.124.705,28	5.802.612,00	É DESPESA
AÇÕES DE EMISSION DE COMPANHIAS ABERTAS	-3.146.219,02	481.713,00	É DESPESA	-2.124.705,28	2.840.140,00	É DESPESA	-2.124.705,28	5.802.612,00	É DESPESA
FUNDOS DE AÇÕES	-3.146.219,02	481.713,00	É DESPESA	-2.124.705,28	2.840.140,00	É DESPESA	-2.124.705,28	5.802.612,00	É DESPESA
ESTRUTURADOS	-41.718,54	48.734,00	É DESPESA	2.398.496,44	287.794,00	833,41%	2.398.496,44	586.820,00	408,73%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-57.882,30	0,00	É DESPESA	2.278.570,01	0,00	NA	2.278.570,01	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	16.163,76	48.734,00	33,17%	119.926,43	287.794,00	41,67%	119.926,43	586.820,00	20,44%
IMOBILIÁRIO	126.903,62	69.313,00	183,09%	774.552,48	407.740,00	189,96%	774.552,48	835.380,00	92,72%
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-19.477,14	0,00	É DESPESA	133.179,06	0,00	NA	133.179,06	0,00	NA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSION DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	146.380,76	69.313,00	211,19%	641.373,42	407.740,00	157,30%	641.373,42	835.380,00	76,78%
CRI	146.380,76	69.313,00	211,19%	641.373,42	407.740,00	157,30%	641.373,42	835.380,00	76,78%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	52.579,17	36.173,00	145,35%	309.042,10	211.736,00	145,96%	309.042,10	436.499,00	70,80%
EMPRÉSTIMOS	52.579,17	36.173,00	145,35%	309.042,10	211.736,00	145,96%	309.042,10	436.499,00	70,80%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-133.238,64	-140.277,47	É DESPESA	-724.906,10	-847.090,40	É DESPESA	-724.906,10	-1.708.005,75	É DESPESA
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-523,30	0,00	É DESPESA	-551,75	0,00	É DESPESA	-551,75	0,00	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	-3.471.510,86	2.353.422,53	-147,51%	8.674.884,92	13.844.965,60	62,66%	8.674.884,92	28.335.732,25	30,61%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

4.3 CONTÁBIL
QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	jun/18	jun/17		jun/18	jun/17
DISPONÍVEL	58.083,23	36.258,75	EXIGÍVEL OPERACIONAL	23.221.308,66	52.430.028,76
			Gestão Previdencial	23.066.918,13	52.190.662,01
REALIZÁVEL	363.826.826,53	613.185.667,41	Investimentos	154.390,53	239.366,75
Gestão Previdencial	2.436.050,63	5.652.613,02			
Gestão Administrativa	7.452.933,77	12.769.185,24	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	604.104,41	914.050,12
Investimentos	353.937.842,13	594.763.869,15	Gestão Previdencial	147.232,79	147.232,79
Títulos Públicos	234.828.422,01	396.743.384,13	Investimento	456.871,62	766.817,33
Créditos Privados e Depósitos	12.379.239,54	35.961.063,51			
Fundos de Investimento	96.859.714,89	146.683.067,23	PATRIMÔNIO SOCIAL	340.059.496,69	559.877.847,28
Investimentos Imobiliários	6.529.191,01	10.484.031,64	Patrimônio de Cobertura do Plano	331.613.865,25	545.286.259,33
Empréstimos e Financiamentos	3.035.255,72	4.378.697,74	Provisões Matemáticas	352.151.864,68	575.970.072,99
Depos. Jud. Recursais	306.018,96	513.624,90	Benefícios Concedidos	351.583.194,30	345.302.694,14
			Benefícios a Conceder	568.670,38	230.667.378,85
			Equilíbrio Técnico	(20.537.999,43)	(30.683.813,66)
			Resultados Realizados	(20.537.999,43)	(30.683.813,66)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.537.999,43)	(30.683.813,66)
			Fundos	8.445.631,44	14.591.587,95
			Fundos Administrativos	7.452.933,77	12.769.185,24
			Fundos dos Investimentos	992.697,67	1.822.402,71
TOTAL DO ATIVO	363.884.909,76	613.221.926,16	TOTAL DO PASSIVO	363.884.909,76	613.221.926,16

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
A) Ativo Líquido - início do exercício	340.529.029,11	548.050.367,93	(37,87)
1. Adições	13.532.048,37	27.337.090,42	(50,50)
(+) Contribuições	4.857.163,45	19.211.888,58	(74,72)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.674.884,92	8.125.201,84	6,77
2. Destinações	(22.447.212,23)	(30.101.199,02)	(25,43)
(-) Benefícios	(22.340.397,58)	(29.225.769,13)	(23,56)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(147.232,79)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(106.814,65)	(728.197,10)	(85,33)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(8.915.163,86)	(2.764.108,60)	222,53
(+/-) Provisões Matemáticas	(2.763.142,17)	4.133.714,97	(166,84)
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(6.152.021,69)	(6.897.823,57)	(10,81)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	331.613.865,25	545.286.259,33	(39,19)
C) Fundos não previdenciais	8.445.631,44	14.591.587,95	(42,12)
(+/-) Fundos Administrativos	7.452.933,77	12.769.185,24	(41,63)
(+/-) Fundos dos Investimentos	992.697,67	1.822.402,71	(45,53)

QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
1. Ativos	363.884.909,76	613.221.926,16	(40,66)
Disponível	58.083,23	36.258,75	60,19
Recebível	9.888.984,40	18.421.798,26	(46,32)
Investimento	353.937.842,13	594.763.869,15	(40,49)
Títulos Públicos	234.828.422,01	396.743.384,13	(40,81)
Créditos Privados e Depósitos	12.379.239,54	35.961.063,51	(65,58)
Fundos de Investimento	96.859.714,89	146.683.067,23	(33,97)
Investimentos Imobiliários	6.529.191,01	10.484.031,64	(37,72)
Empréstimos e Financiamentos	3.035.255,72	4.378.697,74	(30,68)
Depos.Jud. Recursais	306.018,96	513.624,90	(40,42)
2. Obrigações	23.825.413,07	53.344.078,88	(55,34)
Operacional	23.221.308,66	52.430.028,76	(55,71)
Contingencial	604.104,41	914.050,12	(33,91)
3. Fundos não Previdenciais	8.445.631,44	14.591.587,95	(42,12)
Fundos Administrativos	7.452.933,77	12.769.185,24	(41,63)
Fundos dos Investimentos	992.697,67	1.822.402,71	(45,53)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	331.613.865,25	545.286.259,33	(39,19)
Provisões Matemáticas	352.151.864,68	575.970.072,99	(38,86)
Superávit/Déficit Técnico	(20.537.999,43)	(30.683.813,66)	(33,07)

QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	363.884.909,76	613.221.926,16	(40,66)
1. Provisões Matemáticas	352.151.864,68	575.970.072,99	(38,86)
1.1. Benefícios Concedidos	351.583.194,30	345.302.694,14	1,82
Benefício Definido	351.583.194,30	345.302.694,14	1,82
1.2. Benefício a Conceder	568.670,38	230.667.378,85	(99,75)
Benefício Definido	568.670,38	230.667.378,85	(99,75)
2. Equilíbrio Técnico	(20.537.999,43)	(30.683.813,66)	(33,07)
2.1. Resultados Realizados	(20.537.999,43)	(30.683.813,66)	(33,07)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.537.999,43)	(30.683.813,66)	(33,07)
3. Fundos	8.445.631,44	14.591.587,95	(42,12)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.445.631,44	14.591.587,95	(42,12)
4.Exigível Operacional	23.221.308,66	52.430.028,76	(55,71)
4.1. Gestão Previdencial	23.066.918,13	52.190.662,01	(55,80)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	154.390,53	239.366,75	(35,50)
5. Exigível Contingencial	604.104,41	914.050,12	(33,91)
5.1. Gestão Previdencial	147.232,79	147.232,79	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	456.871,62	766.817,33	(40,42)

4.3.1 Notas Explicativas
4.3.1.1 Composição do Ativo
4.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 279 mil;
- b) Participantes – R\$ 6 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 451 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de junho/2018 para serem liquidadas no mês de julho/2018.

O valor provisionado de R\$ 147 mil refere-se a um depósito judicial decorrente de um recurso no processo nº 20130710295777, em nome do ex-participante Franklin Delano Leite Gurgel ao juízo da 1ª vara cível de Taguatinga - DF.

4.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, é de R\$ 7.452 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

4.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 8. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Benefício Definido	jun/18	jun/17 *	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
Investimentos	353.937.842,13	354.361.752,57			
Títulos Públicos	234.828.422,01	236.380.668,38	66,3%	66,7%	-0,7%
Créditos Privados e Depósitos	12.379.239,54	21.425.688,67	3,5%	6,0%	-42,2%
Instituições Financeiras	-	4.077.871,79	0,0%	1,2%	-100%
Companhias Abertas	12.379.239,54	17.062.709,94	3,5%	4,8%	-27,4%
Outros Emissores	-	285.106,94	0,0%	0,1%	-100,0%
Fundos de Investimento	96.859.714,89	87.394.126,43	27,4%	24,7%	10,8%
Multimercado	3.325.822,20	132.227,45	0,9%	0,0%	2415,2%
Direitos Creditórios/Fundos de In	3.268.799,85	4.186.699,86	0,9%	1,2%	-21,9%
Ações	63.593.644,40	56.908.607,38	18,0%	16,1%	11,7%
Participações/FIP	26.671.448,44	26.166.591,73	7,5%	7,4%	1,9%
Investimentos Imobiliários	6.529.191,01	6.246.411,42	1,8%	1,8%	4,5%
Empréstimos	3.035.255,72	2.608.838,71	0,9%	0,7%	16,3%
Depos.Jud. Recursais	306.018,96	306.018,96	0,1%	0,1%	0,0%

* Valores proporcionais da carteira de 59,580242%, se no mês indicado já houvesse o Plano Saldado

4.3.1.1.4 Fato Relevante

Nota-se uma diminuição percentual na avaliação horizontal, em relação ao mesmo período de 2017, ocorrido pela transferência de ativos para o Plano Saldado.

4.3.1.2 Composição do Passivo

4.3.1.2.1 Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 164 mil;
- Seguro de Vida – Folha de Benefício – R\$ 36 mil
- Credores Diversos de Benefícios – R\$ 21.326 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de junho/2018, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de julho/2018.

O seguro de vida referente à folha de benefícios refere-se à consignação em folha, cujos montantes são posteriormente transferidos para os gestores das apólices. Respeitando o princípio da competência, com a liquidação junto aos gestores ocorrendo no início do mês subsequente.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 21.326 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

4.3.1.2.2 *Gestão de Investimentos*

- a)** Investimentos Imobiliários – R\$ 21 mil;
- b)** Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 132 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 132 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês junho/2018 e liquidado em julho/2018.

4.3.1.2.3 *Exigível Contingencial*

O valor de R\$ 604 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

4.3.1.2.4 *Patrimônio Social*

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

- Provisões Atuariais:

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

- **Equilíbrio Técnico:**

O resultado do mês foi à formação de um déficit acumulado de R\$ 20.538 mil, sendo que R\$ 14.386 mil é de resultado acumulado do ano anterior e R\$ 6.152 mil resultado acumulado de 2018.

4.3.1.2.5 Fundos

- a) **Administrativo:**

A existência de Fundo Administrativo no plano identifica que ao longo da vida do mesmo, a contribuição para o custeio administrativo acrescidas de remuneração provocadas pela aplicação dos recursos deduzida dos gastos administrativos incorridos na gestão do plano apresentou sobras. A sua formação é vital para que ao cessarem as contribuições ao plano, cessando as contribuições para a gestão administrativa, a entidade possua recursos para manter as atividades funcionando até o falecimento do último participante, sem que os seus agora somente assistidos sofram processo de descontinuidade na percepção dos seus benefícios, ou seja, impactados por custos que possam reduzir o valor de seus benefícios.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no mês, fechou com R\$ 7.452 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

- b) **Investimento:**

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 992 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo aprecia a Área de Finanças da Fundação.

QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PLANO BD			
DEFINIÇÃO	jun/18	jun/17	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 14.385.977,74	- 23.785.990,09	-39,5%
1- CONTRIBUIÇÕES	4.750.348,80	18.483.691,48	-74,30%
(+) Patrocinadores	1.686.813,23	7.830.875,29	-78,46%
(+) Participantes Ativos	54.345,45	8.845.372,95	-99,39%
(+) Participantes Assistidos	3.116.004,77	2.535.640,34	22,89%
(-) Custeio	- 106.814,65	- 728.197,10	-85,33%
2- DESTINAÇÕES	- 22.340.397,58	- 29.225.769,13	-23,56%
(-) Benefícios	- 22.340.397,58	- 29.225.769,13	-23,56%
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	- 551,75	- 123.180,98	-99,55%
(+/-) Quotas quitação por morte	- 551,75	24.051,81	-102,29%
(+/-) Contingências	-	- 147.232,79	-100,00%
4- INVESTIMENTOS	8.675.436,67	8.101.150,03	7,09%
(+) Renda Fixa	8.705.504,23	29.685.620,81	-70,67%
(+) Renda Variável	252.617,38	- 12.217.419,63	-102,07%
(+) Imóveis	133.179,06	- 8.443.346,82	-101,58%
(+) Empréstimos	309.042,10	298.946,48	3,38%
(-) Custeio	- 724.906,10	- 1.222.650,81	-40,71%
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	- 2.763.142,17	4.133.714,97	-166,84%
(+) Benefícios Concedidos	- 1.170.319,37	1.493.071,20	-178,38%
(+) Benefícios a Conceder	- 1.592.822,80	2.640.643,77	-160,32%
C) RESULTADO DEFICITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	- 6.152.021,69	- 6.897.823,57	- 0,11
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 20.537.999,43	- 30.683.813,66	- 0,33

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Déficit no exercício.

Nas contribuições tratamos das entradas de novos recursos; destinações é o pagamento dos benefícios; investimentos referem-se ao acréscimo ou decréscimo (receitas e despesas) dos valores aplicados nos segmentos; a formação de reservas é o incremento apurado pelo atuário, que se faz necessário para manter as obrigações com os participantes.

Foram necessários R\$ 22 milhões para pagamento de benefícios e outros R\$ 2 milhões de ajuste nas reservas, então, o plano consumiu no semestre um total de R\$ 20 milhões. Os recursos investidos somaram R\$ 8 milhões e as contribuições R\$ 4 milhões.

4.3.1.2.6 Fato Relevante

Foi realizada a cisão das provisões de um participante do plano BD para o plano BS que estava de auxílio doença, em decorrência da opção feita pelo mesmo, o processo nº 44011.000336/2016-94 autorizado pela Previc portaria 929/2017 25/09/2017, pela diferença entre o índice anterior de 40,236821 para 40,419758 = 0,182937.

5 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

5.1 PREVIDENCIAL

5.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 36. PATRONAL X PARTICIPANTE

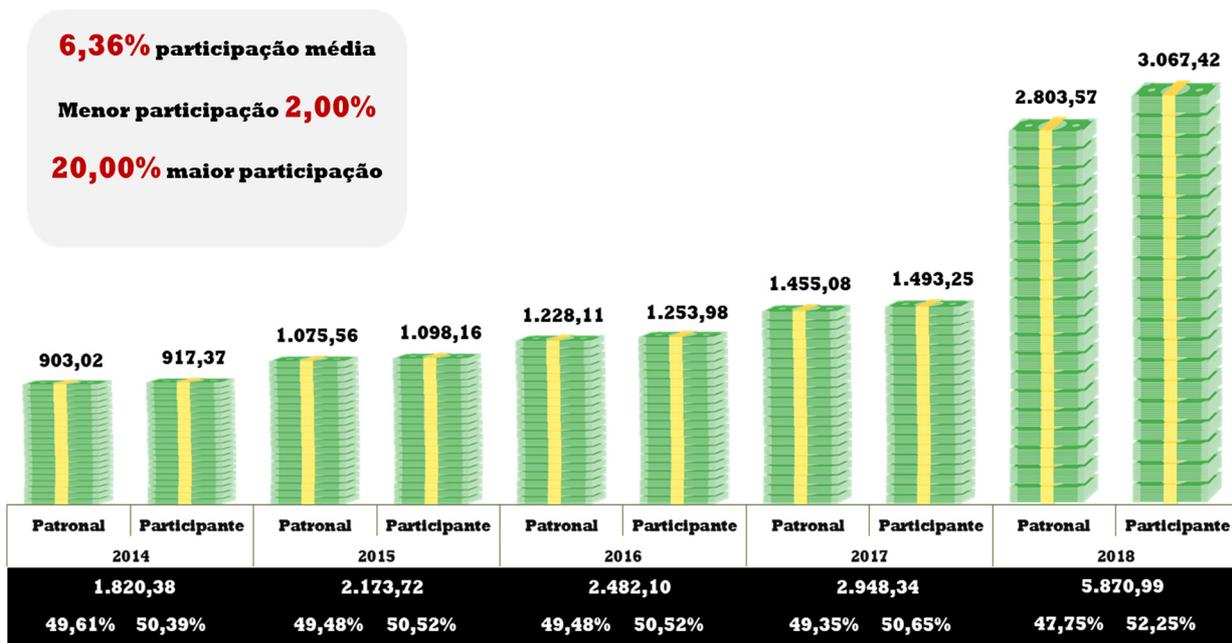
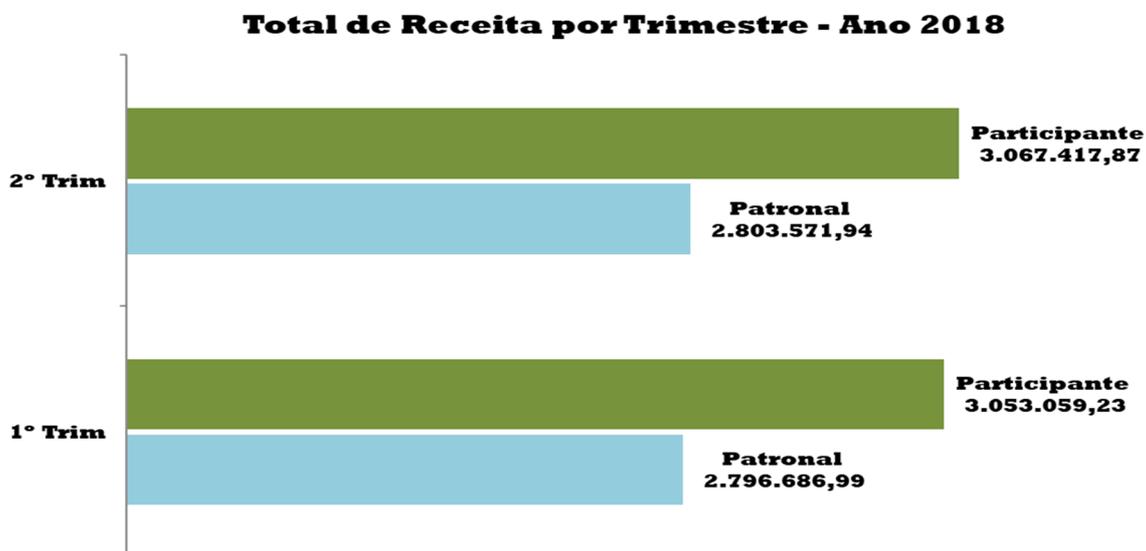
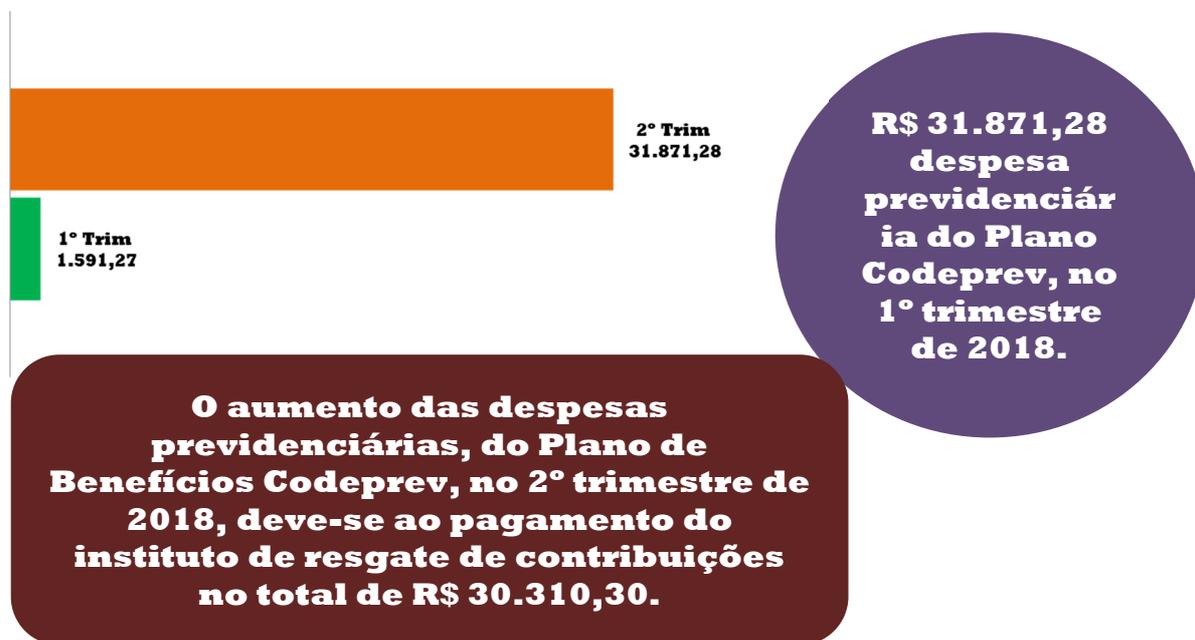


GRÁFICO 37. TOTAL DA RECEITA POR TRIMESTRE – PATRONAL X PARTICIPANTE



5.1.2 Despesas Previdenciárias



5.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de **Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, esse último somente com recursos em trânsito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 2º Trimestre de 2018, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 31.03.2018 de R\$ 100.893.687,89 contra R\$ 91.184.479,52 em 31.12.2017, registra um crescimento nominal no período de 10,65%. O crescimento observado no total dos ativos do Plano, prendeu-se, além da gestão tática implementada pela Diretoria de Finanças, somaram-se os ativos o impacto da entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabelas a seguir:

5.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da **Taxa Indicativa (INPC+3,50% a.a.)**. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 2013 a Junho de 2018. Fica evidente que nos quatro anos e seis meses de existência do Plano a rentabilidade mantém-se acima da Taxa Indicativa em 18,62%. Os resultados favoráveis observados no período de 2013 a junho de 2018 são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI.

Assim sendo, pode-se afirmar que, inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições “Estruturais” robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 38. DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA

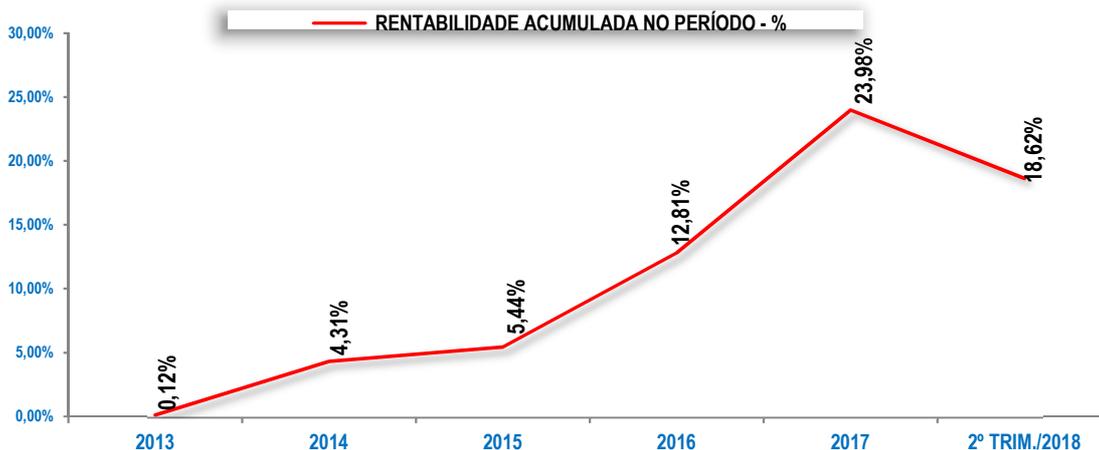


TABELA 20. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE – ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO CODEPREV - DEZ/2013 a JUNHO DE 2018 -

ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - %	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - %	RENTAB. REAL DO PLANO - %	JUROS REAIS INDICATIVA DO PLANO - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUM. ANO - (2/4) - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - %
2013	1.456.461	1,011179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1,143162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,31%
2015	20.201.937	1,315641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1,538242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
2017	88.244.907	1,746768	16,10%	5,64%	13,75%	3,50%	9,90%	23,98%
2º TRIM./2018	96.951.579	1,718920	(1,03%)	4,35%	(3,50%)	0,86%	(4,32%)	18,62%
ACUMULADA NO PERÍODO			82,89%	55,54%	37,69%	16,07%	18,62%	
Obs:TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.						DESVIO PADRÃO	5,11%	

5.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, encontrava-se no encerramento do 2º Trimestre de 2018, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 39. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

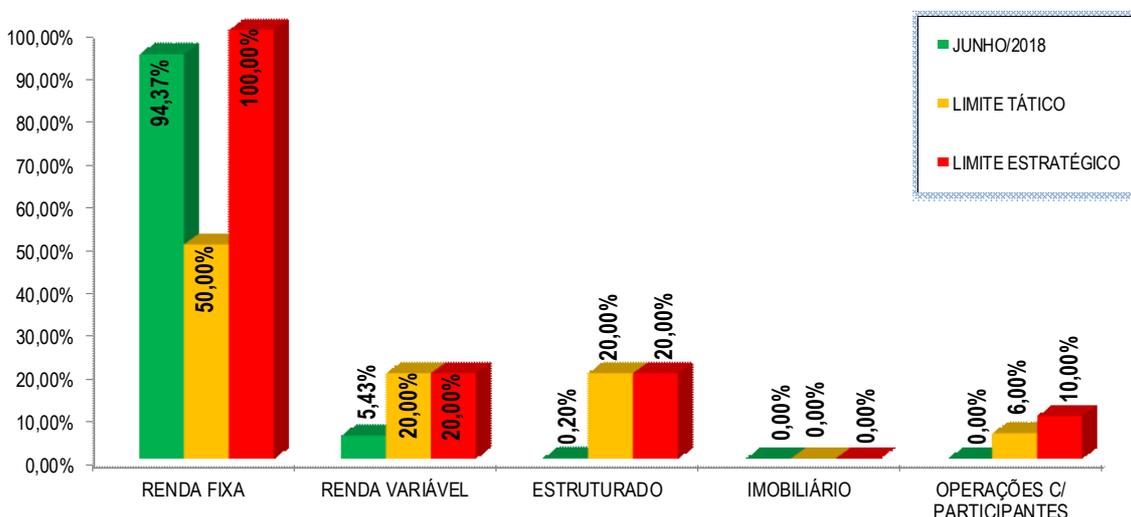


TABELA 21. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2017 x 2018 - PLANO DE BENEFÍCIO II - CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		JUNHO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	87.117.655,04	95,54%	95.213.213,55	94,37%	50,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	3.964.871,07	4,35%	5.480.963,72	5,43%	20,00%	20,00%	70,00%
ESTRUTURADO	101.953,41	0,11%	199.510,62	0,20%	20,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6,00%	10,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	91.184.479,52	100%	100.893.687,89	100%			
(+) Disponível - Conta 11	76.846,81	VARIAÇÃO NOMINAL	30.101,74				
(-) Exigível de Investimentos	-53.874,95		-120.092,55				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	91.207.451,38	↑ 10,65%	100.803.697,08				

5.2.3 Detalhamento por Segmento

TABELA 22. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING	RENTABILIDADE										
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	NOTA	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																		S/CDI e IBrX-50	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 21	RENDA FIXA	95.213.213,55	100,00%	94,37%	100%	100%	56%	8,48			-0,61%	-4,46%	-1,14%	-6,13%	-0,75%	9,48%	-3,92%	-5,81%	-5,10%	
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	95.213.213,55	100,00%	94,37%	100%			8,48			-0,61%	-4,46%	-1,14%	-6,13%	-0,75%	9,48%	-3,92%	-5,81%	-5,10%	
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	95.213.213,55	100,00%	94,37%				8,48	Soberano		-0,64%	-4,46%	-1,14%	-6,15%	-0,56%	11,47%	-3,72%	-5,61%	-4,91%	
	LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREO - LFT (1)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano		0,22%	0,00%	0,00%	0,22%	1,81%	4,23%	-0,29%	-0,50%	-0,04%	
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	5.480.963,72	100,00%	5,43%	70%	70%	20%				1,88%	-8,17%	-7,13%	-13,11%	-4,13%	14,15%	0,53%	-9,19%	-8,48%	
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	5.480.963,72	100,00%	5,43%	70%						1,88%	-8,17%	-7,13%	-13,11%	-4,13%	14,15%	0,53%	-9,19%	-8,48%	
	FUNDOS	5.480.963,72	100,00%	5,43%							1,88%	-8,17%	-7,13%	-13,11%	-4,13%	14,15%	0,53%	-9,19%	-8,48%	
	SAGA SF FIA	1.639.512,17	29,91%	1,62%				-			-2,04%	-5,70%	-2,52%	-9,95%	-2,65%	8,13%	2,02%	-7,70%	-7,00%	
	MAPFRESF FIA	3.841.451,55	70,09%	3,81%				-			3,47%	-9,12%	-8,97%	-14,40%	-4,52%	20,08%	0,14%	-9,58%	-8,87%	
Art. 23	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	199.510,62	100,00%	0,20%	20%	20%	20%	-			0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	6,97%	-0,05%	-1,93%	-1,23%	
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	199.510,62	100,00%	0,20%	15%			-			0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	6,97%	-0,05%	-1,93%	-1,23%	
	SAGA SNAKE FIM	199.510,62	100,00%	0,20%				-			0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	6,97%	-0,05%	-1,93%	-1,23%	
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	100.893.687,89		100,00%				8,48			-0,42%	-4,69%	-1,48%	-6,49%	-1,03%	9,49%	-4,20%	-6,08%	-5,38%	

TABELA 23. AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DOS ATIVOS À MERCADO

VENCIMENTO	QUANTIDADE			PREÇO UNITÁRIO - R\$			VALORES RECEBIDOS -		VARIÇÃO %	
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN	MAI	ABR	MAI	JUN
15/05/2021	537	537	537	3.376	3.230	3.234	91	0,66	-1,64	0,12
15/08/2022	994	994	3.464	3.331	3.236	3.246	0	0,20	-2,86	0,31
15/05/2023	710	710	1.951	3.374	3.180	3.192	91	-0,02	-3,07	0,36
15/08/2024	862	862	1.897	3.359	3.248	3.249	0	-0,27	-3,30	0,01
15/08/2026	3.146	3.146	3.146	3.380	3.252	3.233	0	-0,14	-3,78	-0,60
15/08/2028	0	4.262	4.262	0	3.250	3.234	0	0,00	0,00	-0,50
15/08/2030	1.162	1.162	2.395	3.390	3.258	3.227	0	-0,32	-3,90	-0,96
15/05/2035	6.474	6.938	6.938	3.450	3.216	3.191	85	-0,60	-4,33	-0,80
15/05/2045	8.389	8.389	3.429	3.475	3.213	3.170	91	-0,81	-4,91	-1,34
15/08/2050	3.711	1.601	1.601	3.454	3.268	3.218	0	-0,89	-5,37	-1,53
15/05/2055	2.185	0	0	3.518	0	0	0	-0,97	NA	0,00

- 3012 unidades compradas com recurso da dívida da Patrocinadora e venda de LFT
- 4262 unidades compradas com o valor da venda de NTN-B 2050 e 2055
- 464 unidades compradas com o valor do recebimento de juros de 15/05
- 2110 unidades vendidas para compra de NTN-B 2035
- 2185 unidades vendidas para compra de NTN-B 2035
- 2470 unidades compradas com recurso da venda de NTN-B 2045
- 1241 unidades compradas com recursos da liquidez
- 1035 unidades compradas com recurso da venda de NTN-B 2045
- 1233 unidades compradas com recurso da venda de NTN-B 2045
- 4960 vendidos para compra de NTN-B 2022, 2024 e 2030

5.2.4 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do CODEPREV no 1º semestre de 2018 foi negativa em 1,03%. Descontada a Taxa Indicativa registrada no decorrer do ano (INPC+3,50% a.a.), que atingiu 4,35%, o desempenho dos investimentos ficou abaixo da Taxa Indicativa em 5,38 pontos-base. Os resultados desfavoráveis alcançados no exercício considerado, haja vista a elevada volatilidade no mercado financeiro e de capitais, são frutos da elevação das taxas dos Títulos Públicos da carteira, cuja totalidade encontra-se marcada a mercado.

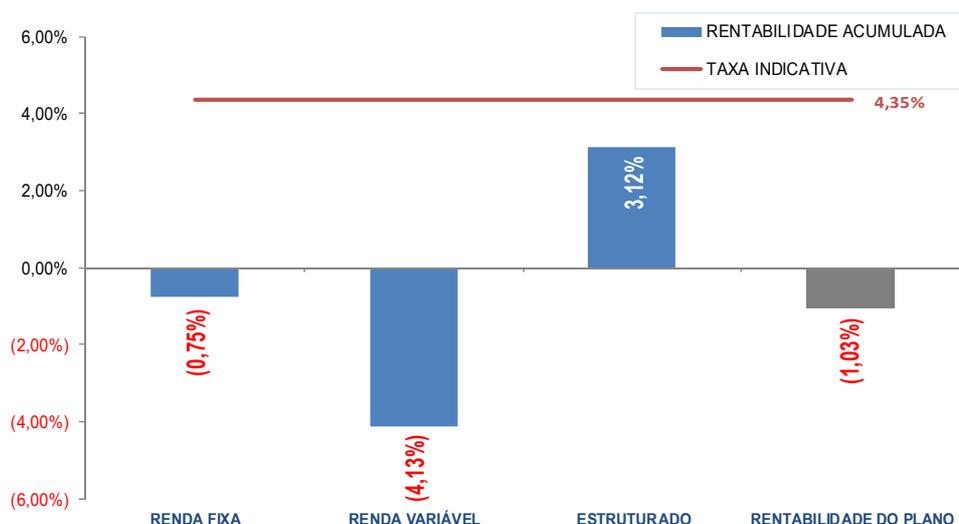
GRÁFICO 40. RENTABILIDADE POR SEGMENTO ACUMULADA


TABELA 24. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	2º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	(1,14%)	(6,13%)	(0,75%)	9,48%
RENDA VARIÁVEL	(7,13%)	(13,11%)	(4,13%)	14,15%
ESTRUTURADO	0,48%	1,52%	3,12%	6,97%
RENTABILIDADE DO PLANO	(1,48%)	(6,49%)	(1,03%)	9,49%
TAXA INDICATIVA	1,72%	2,96%	4,35%	7,15%
DIVERGÊNCIA	(3,20%)	(9,46%)	(5,38%)	2,34%

5.2.4.1 Segmento de Renda Fixa

No 1º semestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou um desempenho negativo de 0,75%, frente à Taxa Indicativa de 4,35%, ficando abaixo em 5,10 pontos-base.

5.2.4.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (**Saga e Mapfre**), registrou no 1º semestre de 2018 rentabilidade negativa de 4,13%, ante o desempenho negativo da Bolsa de Valores de 4,66% medida pelo Índice IBRX-50 (*Benchmark*).

5.2.4.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 1º semestre de 2018 alta de 3,12%. A alocação neste Segmento encontra-se em um **Fundo Multimercado** utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e do Custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

5.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

5.2.5.1 Avaliação de Risco – Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a “Taxa de Referência” definida para o Plano, conforme descrita na Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

TABELA 25. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

SEGMENTO	PLANO - CD												REFERÊNCIA : JUNHO/2018		
	Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18			
Renda Fixa	2,07%	1,04%	0,51%	-0,30%	3,73%	0,22%	4,29%	0,05%	-0,01%	-1,11%	-5,18%	-2,86%	2,47%	2,59%	9,83%
Renda Variável	3,78%	7,70%	3,42%	-1,59%	-4,26%	6,51%	9,44%	2,15%	-2,58%	1,38%	-8,89%	-8,85%	8,23%	6,05%	-6,43%
Estruturado	0,21%	0,48%	0,30%	-0,04%	0,14%	-0,08%	0,07%	0,01%	0,14%	0,02%	-0,21%	-1,24%	-0,18%	0,43%	3,76%
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PLANO:	2,19%	1,54%	0,74%	-0,39%	2,99%	0,48%	4,43%	0,19%	-0,17%	-0,92%	-5,41%	-3,20%	2,49%	2,64%	9,29%

REFERÊNCIA: INPC + 3,50% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos.

Regra II:..... Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

Obs:..... No Segmento de RV, para o período de 36 meses não se aplica, dado que não havia recursos alocados nesse período no respectivo ativo.

5.2.6 Operações Coursadas

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a **Compra e Venda de Títulos Públicos**. As operações de arbitragem no decorrer dos primeiros seis meses do ano agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2018/2022. As operações realizadas consistiram em dar continuidade à concentração em investimentos de papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

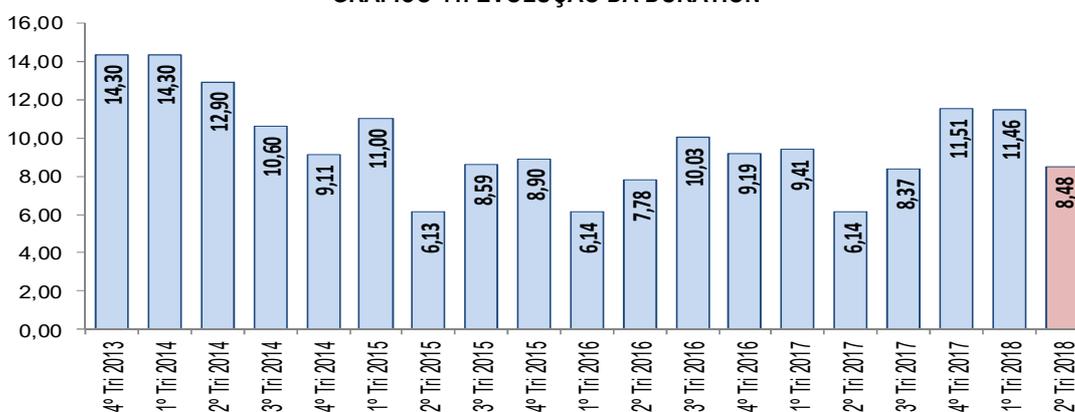
Cumprindo a legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e LFT's, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela **ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”**.

TABELA 26. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
06/02/2018	NTN-B 2055	4,9748	5,1650	5,4958	5,2600	1.448.658,90
12/04/2018	LFT 2018	0,0024	0,0004	0,0050	0,0003	5.000.082,80
21/05/2018	NTN-B 2055	5,3700	5,5500	5,8600	5,6500	7.099.714,65
22/05/2018	NTN-B 2050	5,3400	5,5100	5,8500	5,5800	7.005.242,07
19/06/2018	NTN-B 2045	5,6500	5,8600	6,1400	5,9800	15.476.524,12
TOTAL						36.030.222,54
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
06/02/2018	NTN-B 2030	4,7153	4,9441	5,2817	4,9000	1.445.691,89
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	869.956,68
04/04/2018	NTN-B 2035	4,8900	5,1400	5,43	5,0700	5.569.425,66
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.887.479,42
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	1.524.145,18
21/05/2018	NTN-B 2028	5,0900	5,3000	5,6700	5,3300	7.097.641,62
23/05/2018	NTN-B 2028	5,0200	5,3100	5,6000	5,2800	6.924.717,56
07/06/2018	NTN-B 2023	5,1700	5,7600	6,1600	5,5000	3.917.067,24
20/06/2018	NTN-B 2022	4,9800	5,3600	5,7300	5,2600	7.992.394,09
	NTN-B 2024	5,1400	5,4900	5,8000	5,3900	3.363.526,82
28/06/2018	NTN-B 2030	5,6400	5,8300	6,1500	5,7100	4.007.651,17
TOTAL						47.599.697,33

5.2.7 Duration

GRÁFICO 41. EVOLUÇÃO DA DURATION



A evolução da “Duration” do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 2º trimestre de 2018 alcançou 8,48 anos, contra 6,14 anos no mesmo período de 2017.

5.2.8 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 27. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS
PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD - CODEPREV

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	-973.294,21	663.634,00	É DESPESA	-943.523,32	3.909.842,00	É DESPESA	-943.523,32	7.995.384,00	É DESPESA
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	-973.294,21	663.634,00	É DESPESA	-943.523,32	3.909.842,00	É DESPESA	-943.523,32	7.995.384,00	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	-421.013,88	28.965,00	É DESPESA	-398.907,35	170.773,00	É DESPESA	-398.907,35	348.903,00	É DESPESA
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-421.013,88	28.965,00	É DESPESA	-398.907,35	170.773,00	É DESPESA	-398.907,35	348.903,00	É DESPESA
FUNDOS DE AÇÕES	-421.013,88	28.965,00	É DESPESA	-398.907,35	170.773,00	É DESPESA	-398.907,35	348.903,00	É DESPESA
ESTRUTURADO	1.871,04	673,00	278,01%	57.557,22	3.975,00	1447,98%	57.557,22	8.105,00	710,14%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.871,04	673,00	278,01%	57.557,22	3.975,00	1447,98%	57.557,22	8.105,00	710,14%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-120.092,55	-111.804,70	É DESPESA	-711.531,31	-709.318,02	É DESPESA	-711.531,31	-1.418.354,27	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	-1.512.529,60	581.467,30	-260,12%	-1.996.404,76	3.375.271,98	-59,15%	-1.996.404,76	6.934.037,73	-28,79%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2018 registradas em Valor Projetado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado.

O Fluxo dos Investimentos no encerramento no **1º semestre de 2018** fechou com Valor Realizado de - R\$ 1.996.404,76 contra o Valor Orçado de R\$ 3.375.271,98, registrando uma queda de 59,15% em relação ao valor orçado. Contribuíram para este resultado final, à alta nas taxas dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio, fundamentalmente as NTN-B's, precificadas a "Mercado", responsáveis por gerarem R\$ 943 mil de "despesas" quando o esperado era de R\$ 3,9 milhões de receitas, logo, variação negativa de 24,13% do projetado. O custeio administrativo dos investimentos atingiu R\$ 711,5 mil contra a expectativa orçamentária de R\$ 709,3 mil.

5.3 CONTÁBIL
QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	jun/18	jun/17		jun/18	jun/17
DISPONÍVEL	30.101,74	23.993,54	EXIGÍVEL OPERACIONAL	178.290,64	89.694,66
			Gestão Previdencial	58.198,09	29.486,80
REALIZÁVEL	102.833.639,62	44.923.591,72	Investimentos	120.092,55	60.207,86
Gestão Previdencial	1.939.951,73	982.898,55			
Investimentos	100.893.687,89	43.940.693,17	PATRIMÔNIO SOCIAL	102.685.450,72	44.857.890,60
Títulos Públicos	95.213.213,55	40.577.902,13	Patrimônio de Cobertura do Plano	96.951.578,95	40.728.700,23
Fundos de Investimento	5.680.474,34	3.362.791,04	Provisões Matemáticas	96.951.578,95	40.728.700,23
			Benefícios Concedidos	31.999,08	35.729,24
			Benefícios a Conceder	96.919.579,87	40.692.970,99
			Fundos	5.733.871,77	4.129.190,37
			Fundos Previdenciais	5.733.871,77	4.129.190,37
TOTAL DO ATIVO	102.863.741,36	44.947.585,26	TOTAL DO PASSIVO	102.863.741,36	44.947.585,26

QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
A) Ativo Líquido - início do exercício	93.346.201,84	37.812.013,24	146,87
1. Adições	11.720.783,29	7.234.212,40	62,02
(+) Contribuições	11.720.783,29	5.885.788,13	99,14
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	1.348.424,27	(100,00)
2. Destinações	(2.381.534,41)	(188.335,04)	1.164,52
(-) Benefícios	(33.462,55)	(11.714,20)	185,66
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.996.404,76)	-	100,00
(-) Custeio Administrativo	(351.667,10)	(176.620,84)	99,11
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.339.248,88	7.045.877,36	32,55
(+/-) Provisões Matemáticas	8.706.672,35	6.440.642,60	35,18
(+/-) Fundos Previdenciais	632.576,53	605.234,76	4,52
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	102.685.450,72	44.857.890,60	128,91

QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
1. Ativos	102.863.741,36	44.947.585,26	128,85
Disponível	30.101,74	23.993,54	25,46
Recebível	1.939.951,73	982.898,55	97,37
Investimento	100.893.687,89	43.940.693,17	129,61
Títulos Públicos	95.213.213,55	40.577.902,13	134,64
Fundos de Investimento	5.680.474,34	3.362.791,04	68,92
2. Obrigações	178.290,64	89.694,66	98,78
Operacional	178.290,64	89.694,66	98,78
5. Ativo Líquido (1-2)	102.685.450,72	44.857.890,60	128,91
Provisões Matemáticas	96.951.578,95	40.728.700,23	138,04
Fundos Previdenciais	5.733.871,77	4.129.190,37	38,86

QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
Provisões Técnicas (1+2+3)	102.863.741,36	44.947.585,26	128,85
1. Provisões Matemáticas	96.951.578,95	40.728.700,23	138,04
1.1. Benefícios Concedidos	31.999,08	35.729,24	(10,44)
Contribuição Definida	31.999,08	35.729,24	(10,44)
Benefício Definido	31.999,08	35.729,24	(10,44)
1.2. Benefício a Conceder	96.919.579,87	40.692.970,99	138,17
Contribuição Definida	96.919.579,87	40.692.970,99	138,17
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	30.180.495,97	20.123.604,45	49,98
Saldo de Contas - parcela participantes	66.739.083,90	20.569.366,54	224,46
3. Fundos	5.733.871,77	4.129.190,37	38,86
3.1. Fundos Previdenciais	5.733.871,77	4.129.190,37	38,86
4. Exigível Operacional	178.290,64	89.694,66	98,78
4.1. Gestão Previdencial	58.198,09	29.486,80	97,37
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	120.092,55	60.207,86	99,46

5.3.1 Notas Explicativas

5.3.1.1 Composição do Ativo

5.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 925 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.013 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de junho/2018 para serem liquidadas no mês de julho/2018, as quais respeitam o regime de competência.

5.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado na conta denominada de gestão administrativa corresponde integralmente à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, o plano CODEPREV não teve recursos em sobra para que se registrassem valores ao fundo.

5.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros são detalhados no quadro abaixo:

QUADRO 14. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Codeprev	jun/18	jun/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
Investimentos	100.893.687,89	43.940.693,17	2018	2017	
Títulos Públicos	95.213.213,55	40.577.902,13	94,4%	92,3%	135%
Fundos de Investimento	5.680.474,34	3.362.791,04	5,6%	7,7%	68,9%
Acções	5.480.963,72	3.329.698,92	5,4%	7,6%	65%
Multimercado	199.510,62	33.092,12	0,2%	0,1%	502,9%

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do **Programa de Investimentos**, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 94% e o Fundo de Investimento, com 6%. O aumento percentual na avaliação horizontal, em relação ao mesmo período de 2017, deve-se à transferência de Ativos dos participantes que estavam cancelados do plano BD e migraram para o Codeprev.

5.3.1.2 *Composição do Passivo*

5.3.1.2.1 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, estando composta dos seguintes registros:

- a) Contribuição para custeio do PGA – R\$ 58 mil;

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 3% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de julho/2018.

5.3.1.2.2 *Gestão dos Investimentos*

- a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 120 mil;

O montante de R\$ 120 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês junho/2018 e liquidado em julho/2018.

5.3.1.2.3 *Patrimônio Social*

- a) Provisões Atuariais:

As reservas constituídas, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são na realidade apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas ao longo de toda a vida laboral dos participantes. O valor resultante do total de cotas existente no plano multiplicada pelo valor da cota do plano define o montante das reservas.

Numa coisa os dois planos se igualam, nas existências das Reservas de Benefícios Concedidos e Reservas de Benefícios a Conceder, a primeira correspondente ao valor atualizado pela cota que, já devidamente depositado, pagará os aposentados até que cada participante consuma aquela relativa à sua própria posição devida; a segunda é o somatório dos valores de todas as contribuições depositadas até a data do balanço devidamente identificadas por participante e patrocinador, atualizadas pelo valor da cota do plano.

5.3.1.2.4 *Fundos*

- a) Previdencial:

O Fundo Previdencial é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições realizadas pelo participante e pelo patrocinador para cobertura dos benefícios de risco. O saldo atual perfaz R\$ 5.733 mil.

No CODEPREV pode-se identificar o Fundo Coletivo de Risco, formado pelas contribuições de participantes e patrocinadores e rendimentos gerados pelo investimento do plano, o qual se destina a cobrir sinistros que impeçam aos participantes, na forma disciplinada pelo regulamento do plano, verterem suas contribuições até completarem 58 anos.

O Fundo Patronal não Comprometido é formado somente pelas contribuições não resgatadas pelos participantes, oriundos das contribuições depositadas pelo patrocinador em nome do participante, quando da perda do vínculo empregatício com sua patrocinadora. Aponta-se por oportuno que o *vesting* das contribuições patronais para resgate pelos participantes, corresponde a 0,5% a.m. multiplicado pelo número de meses de vínculo empregatício junto a patrocinadora.

b) Administrativo:

Neste exercício o CODEPREV ainda não acumulou recursos, oriundo dos custeios menos os seus gastos. Dito de outra forma, todo o valor de custeio, pelo plano transferido ao PGA, foi empregado na cobertura dos gastos administrativos com a gestão do plano, apurados por critérios de rateio definidos anualmente por oportunidade da elaboração dos orçamentos.

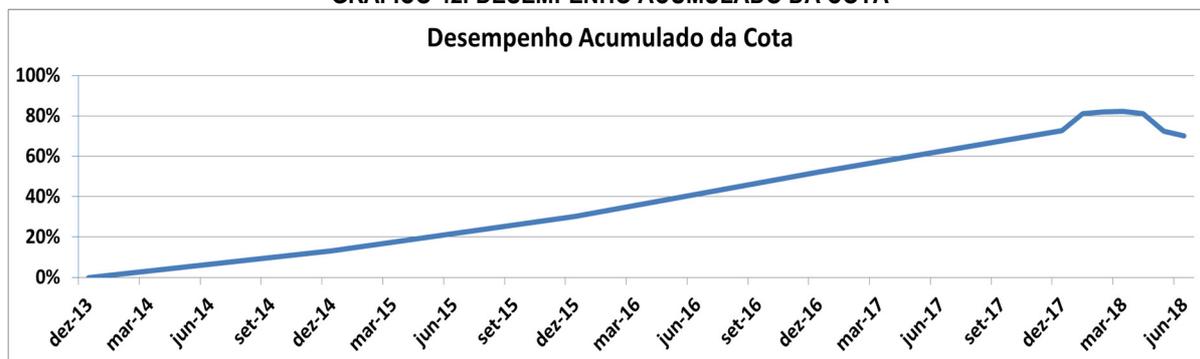
c) Investimento:

Neste plano não há contribuição para a formação desse Fundo, tendo em vista o fato de que não há ainda a constituição da carteira de empréstimo a participantes desse plano.

QUADRO 15. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
dez/16	1,54	1,11	52,12%
dez/17	1,75	0,97	72,75%
jan/18	1,83	4,78	81,01%
fev/18	1,84	0,57	82,03%
mar/18	1,84	0,08	82,18%
abr/18	1,83	-0,54	81,16%
mai/18	1,74	-4,75	72,54%
jun/18	1,72	-1,48	69,99%

GRÁFICO 42. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



A variação da cota no período de 01/12/2013 à 30/06/2018 apresentou uma variação de 69,99.

Importante identificar que a variação acima apontada se encontra totalmente livre dos encargos, quer sejam sobre as contribuições, ou sobre os investimentos, assim, dito de outra forma, ela representa o ganho líquido. Na forma apurada, cabe explicar ainda que, essa mesma remuneração é a experimentada pelas contribuições patronais.

QUADRO 16. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CODEPREV			
DEFINIÇÃO	jun/18	jun/17	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.101.295,24	3.523.955,61	45%
1- CONTRIBUIÇÕES	R\$ 11.369.116,19	R\$ 6.649.182,78	71%
(+) Patrocinadores	R\$ 5.600.258,93	R\$ 3.382.060,95	66%
(+) Participantes Ativos	R\$ 6.115.721,19	R\$ 3.467.749,25	76%
(+) Autopatrocinados	R\$ 4.755,88	R\$ 5.073,93	-6%
(+) Assistidos	R\$ 47,29	R\$ -	100%
(-) Custeio	-R\$ 351.667,10	-R\$ 205.701,35	71%
2- DESTINAÇÕES	-R\$ 33.462,55	-R\$ 12.247,25	173%
(-) Benefícios	-R\$ 33.462,55	-R\$ 12.247,25	173%
3- INVESTIMENTOS	-R\$ 1.996.404,76	R\$ 2.477.663,43	-181%
(+) Renda Fixa	-R\$ 943.523,32	R\$ 2.797.811,66	-134%
(+) Renda Variável	-R\$ 341.350,13	R\$ 112.971,17	-402%
(-) Custeio	-R\$ 711.531,31	-R\$ 433.119,40	64%
4- FORMAÇÕES DE RESERVAS	R\$ 8.706.672,35	R\$ 8.419.401,94	3%
(+) Benefícios a Conceder	R\$ 8.708.885,37	R\$ 8.421.583,92	3%
(+) Benefícios Concedidos	-R\$ 2.213,02	-R\$ 2.181,98	1%
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2+3-4)	632.576,53	695.197,02	-9%
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	5.733.871,77	4.219.152,63	36%

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado do exercício.

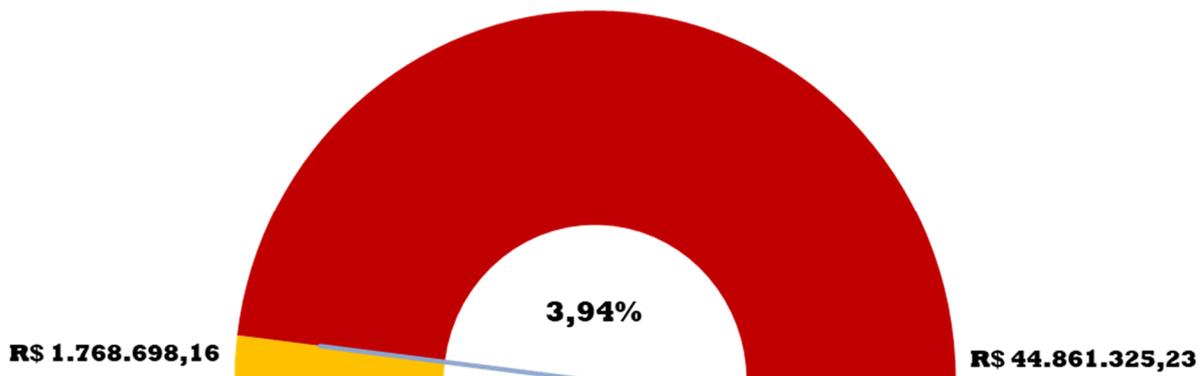
Foram destinados R\$ 0,33 mil para pagamento de benefícios e outros R\$ 8 milhões de ajuste nas reservas, então, o plano consumiu no semestre um total de R\$ 5 milhões. Os recursos investidos somaram R\$ 1 milhões e as contribuições R\$ 11 milhões, num total ingressado de R\$ 632 mil.

6 PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO

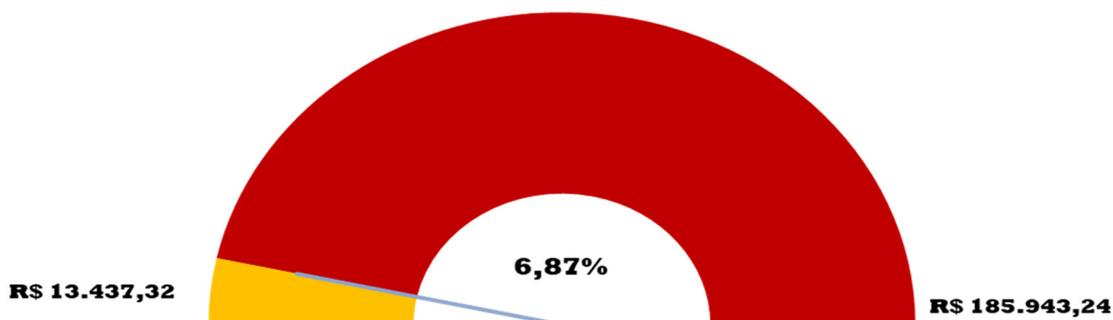
6.1 RECEITAS

Dívida relativa ao Valor Atual de Ajuste nas Contribuições Normais decorrente do processo de Saldamento do Plano de Benefícios I, aprovado pela Portaria PREVIC/DILIC Nº 929 de 25/09/2017.

6.1.1 Dívida Codevasf



6.1.2 Dívida Fundação São Francisco



6.2 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS



6.3 INVESTIMENTO

O **Plano de Benefício III / Saldado** refere-se ao terceiro Plano sob a gestão da Fundação São Francisco, originado a partir da cisão do escopo estratégico do Processo de Saldamento do Plano BD (Plano de Origem) - aprovado pela **Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC**.

6.3.1 Performance do Plano III/BSaldado – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano III/BSaldado. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a Junho de 2018. **Fica evidente que nos últimos vinte e três anos e seis meses, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.**

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do segundo trimestre de 2018, com a taxa superior a 56%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Os resultados do Plano permitiram ao **Comitê Estratégico de Investimentos-CEI** manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 43. DESEMPENHO ACUMULADO

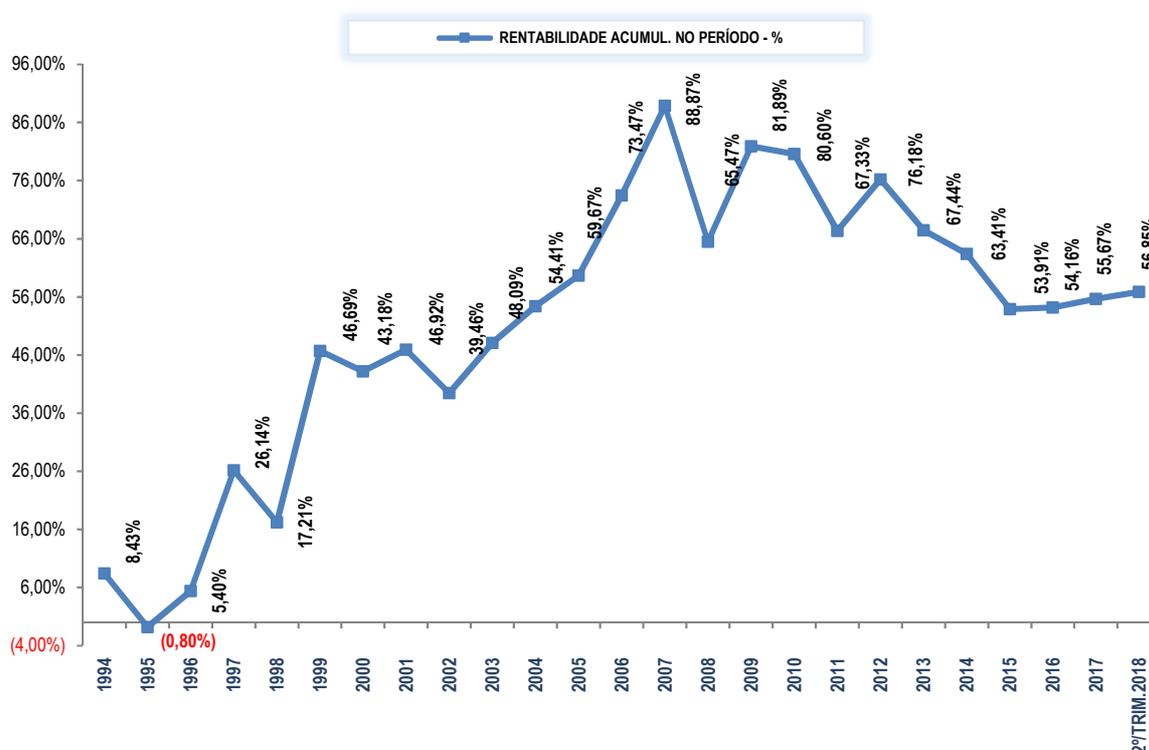


TABELA 28. DESEMPENHO ACUMULADO

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO III / BSALDADO - 1994 a JUNHO DE 2018 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 4,90% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % -	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (6)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	277.113.456	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%
2ºTRIM.2018	291.601.883	4,63%	3,84%	3,23%	2,45%	0,76%	56,85%

Observação:

A redução de 49,44% observada no Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 - deveu-se ao processo de cisão autorizado pelo órgão fiscalizador Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - Portaria N° 929, de 25 de setembro de 2017.

6.3.2 Enquadramento
6.3.2.1 Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do **2º Trimestre de 2018**, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

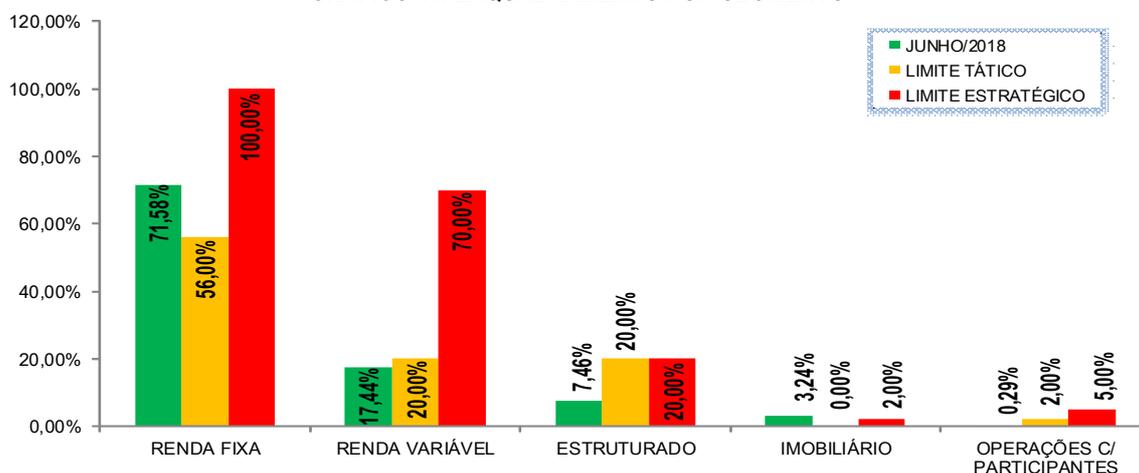
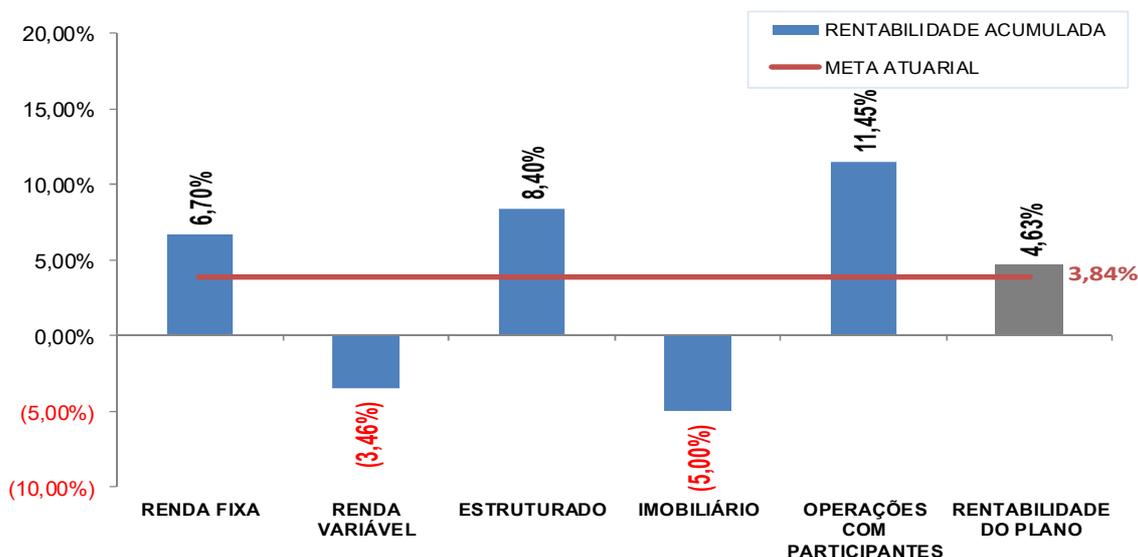
GRÁFICO 44. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO


TABELA 29. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2017 x 2018 - PLANO DE BENEFÍCIO III - BS -							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO/2017		JUNHO/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	166.187.040,48	70,56%	177.094.812,88	71,58%	56,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	18,85%	43.142.482,63	17,44%	20,00%	70,00%	70,00%
ESTRUTURADO	18.508.371,27	7,86%	18.448.902,11	7,46%	20,00%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	4.214.057,18	1,79%	8.019.429,11	3,24%	0,00%	2,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	2.211.510,11	0,94%	708.952,05	0,29%	2,00%	5,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	235.515.696,99	100%	247.414.578,78	100%			
(+) Disponível - Conta 11	8.100,65	VARIÇÃO NOMINAL	58.258,59				
(-) Exigível de Investimentos	-102.840,05		-103.040,40				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	235.420.957,59	↑ 5,05%	247.369.796,97				

6.3.3 Rentabilidade

A rentabilidade registrada no 1º semestre de 2018 do Plano foi de 4,63, descontada a Meta Atuarial registrada no exercício (INPC+4,90% a.a.), que atingiu **3,84%**, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 0,78 pontos-base, motivada pelo bom desempenho dos **Segmentos de Renda Fixa, Investimentos Estruturados e Operações com Participantes**, no período considerado.

GRÁFICO 45. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

TABELA 30. RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	2º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,84%	0,66%	6,70%	13,64%
RENDA VARIÁVEL	(4,71%)	(11,44%)	(3,46%)	11,51%
ESTRUTURADO	(0,21%)	(0,27%)	8,40%	0,57%
IMOBILIÁRIO	0,68%	4,16%	(5,00%)	0,47%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,11%	4,17%	11,45%	19,11%
RENTABILIDADE DO PLANO	(0,25%)	(1,60%)	4,63%	11,80%
META ATUARIAL	0,83%	1,92%	3,84%	6,93%
DIVERGÊNCIA	(1,08%)	(3,52%)	0,78%	4,86%

6.3.4 Detalhamento por Segmento

6.3.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 71,58% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 31. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING NOTA	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO									ESTRATÉGICO	S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 21	RENDA FIXA	177.094.812,88	100,00%	71,58%	100%	100%	56%	11,77		0,39%	-0,57%	0,84%	0,66%	6,70%	13,64%	3,53%	2,86%	
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	171.849.449,64	97,04%	69,46%	100%			11,93		0,39%	-0,58%	0,85%	0,66%	6,93%	15,21%	3,76%	3,09%	
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	171.849.449,64	97,04%	69,46%				11,93	Soberano	0,38%	-0,58%	0,85%	0,65%	7,07%	15,53%	3,90%	3,23%	
	LETRAS FINANCIERIAS DO TESOIRO - LFT (*)	0,00	0,00%	0,00%					Soberano	0,52%	0,52%	0,00%	1,04%	2,65%	5,08%	0,01%	-0,34%	
II	Emissão de Companhias Abertas	2.885.103,58	1,63%	1,17%	80%			2,43		1,28%	-0,32%	1,32%	2,29%	0,95%	-9,13%	-2,22%	-2,89%	
	DEBENTURES	2.885.103,58	1,63%	1,17%				2,43		1,28%	-0,32%	1,32%	2,29%	0,95%	-9,13%	-2,22%	-2,89%	
	Risco de Crédito Especulativo (1)																	
	CEMIG - GT	2.885.103,58	1,63%	1,17%				2,43	BBB- (Fitch)	1,28%	-0,32%	1,32%	2,29%	0,95%	5,33%	-2,22%	-2,89%	
III	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	2.360.259,66	1,33%	0,95%	20%			-		-0,12%	0,01%	-0,09%	-0,20%	-0,63%	-24,70%	-3,80%	-4,47%	
	EM COTA	2.360.259,66	1,33%	0,95%				-		-0,12%	0,01%	-0,09%	-0,20%	-0,63%	-24,70%	-3,80%	-4,47%	
	Alto Risco de Crédito							-										
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	2.360.259,66	1,33%	0,95%				-		-0,12%	0,01%	-0,09%	-0,20%	-0,63%	-24,70%	-3,80%	-4,47%	

(*) Alienação em 30/05/2018

Monitoramento:

(1) Reclassificação em 03/05/2018 - perspectiva estável

TABELA 32. AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DOS ATIVOS À MERCADO

VENCIMENTO	QUANTIDADE			PREÇO UNITÁRIO - R\$			VALORES RECEBIDOS -			VARIÇÃO %	
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN	MAI	ABR	MAI	JUN	
15/05/2021	1.205	1.205	1.205	3.376	3.230	3.234	90	0,66	-1,66	0,12	
15/08/2022	1.379	1.379	1.379	3.331	3.236	3.246	0	0,20	-2,86	0,31	
15/05/2023	3.036	3.036	3.488	3.374	3.180	3.192	90	-0,02	-3,08	0,36	
15/08/2024	2.660	2.660	2.660	3.359	3.248	3.249	0	-0,27	-3,30	0,01	
15/08/2026	3.918	3.918	3.918	3.380	3.252	3.233	0	-0,14	-3,78	-0,60	
15/08/2028	0	8	8	0	3.250	3.234	0	0,00	0,00	-0,50	
15/08/2030	512	512	512	3.390	3.258	3.227	0	-0,32	-3,90	-0,96	
15/05/2035	1.872	2.658	2.658	3.450	3.216	3.191	0	-0,60	-6,79	-0,80	
15/05/2045	35	35	0	3.475	3.213	0	0	-0,81	-7,53	NA	
15/08/2050	35	35	0	3.454	3.268	0	0	-0,89	-5,37	NA	

- 1853 unidades compradas com recursos da venda de LFT
- 8 unidades compradas com recursos da venda de LFT
- 786 unidades compradas com recursos de recebimento de juros de 15/05
- 452 unidades compradas com recursos da liquidez
- 35 unidades vendidas para liquidez
- 36 unidades vendidas para liquidez

6.3.4.2 Renda Variável

Nesse segmento estão alocados 17,44% do total dos Ativos, contra 19,45% registrada no 1º trimestre - queda de 2,01 pontos-base - motivada exclusivamente pela queda de 15,07% do mercado acionário no 2º trimestre, atingindo o Segmento do Plano constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (**Saga e Mapfre**), medida pelo Índice IBrX-50 (*Benchmark*).

TABELA 33. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING NOTA	ANO								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																	S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	43.142.482,63	100,00%	17,44%	70%	70%	20%	-		-0,19%	-6,89%	-4,71%	-11,44%	-3,46%	11,51%	1,21%	-7,30%	
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	43.142.482,63	100,00%	17,44%	70%			-		-0,19%	-6,89%	-4,71%	-11,44%	-3,46%	11,51%	1,21%	-7,30%	
	FUNDOS	43.142.482,63	100,00%	17,44%				-		-0,19%	-6,89%	-4,71%	-11,44%	-3,46%	11,51%	1,21%	-7,30%	
	SAGA SF FIA	29.127.593,44	67,51%	11,77%				-		-2,04%	-5,70%	-2,52%	-9,95%	-2,65%	8,13%	2,02%	-6,49%	
	MAPFRE SF	14.014.889,19	32,49%	5,66%				-		3,47%	-9,12%	-8,97%	-14,40%	-4,52%	20,08%	0,14%	-8,37%	

6.3.4.3 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 7,46% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 34. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA							ANO		
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 23	ESTRUTURADO	18.448.902,11	100,00%	7,46%	20%	20%	20%	-		-0,04%	-0,02%	-0,21%	-0,27%	8,40%	0,57%	5,23%	4,55%	
I - a)	Fundos de Investimento em Participações	18.093.141,31	98,07%	7,31%	15%			-		-0,05%	-0,05%	-0,22%	-0,32%	9,30%	1,24%	6,14%	5,46%	
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	13.594.232,76	73,69%	5,49%				-		-0,06%	-0,05%	-0,28%	-0,39%	12,93%	12,06%	9,76%	9,09%	
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTIESTRATÉGIA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	4.498.908,55	24,39%	1,82%				-		-0,04%	-0,03%	-0,03%	-0,10%	-0,35%	-21,60%	-3,52%	-4,19%	
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	355.760,80	1,93%	0,14%	15%			-		0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	4,19%	-0,05%	-0,72%	
	SAGA SNAKE FIM	355.760,80	1,93%	0,14%				-		0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	4,19%	-0,05%	-0,72%	

6.3.4.4 Imobiliário

Neste Segmento estão alocados 3,24% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 35. ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA							ANO		
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 24	IMOBILIÁRIO	8.019.429,11	100,00%	3,24%	20%	2%	0%	-		0,64%	2,80%	0,68%	4,16%	-5,00%	0,47%	-8,17%	-8,84%	
	Imóveis para Aluguel e Renda	4.429.963,82	55,24%	1,79%				-		-0,35%	4,05%	-0,30%	3,37%	-15,04%	-5,09%	-18,21%	-18,88%	
	FERNANDEZ PLAZA	3.654.632,67	45,57%	1,48%				-		-0,40%	-0,33%	-0,33%	-1,06%	-4,16%	18,45%	-7,33%	-8,00%	
	SÃO CRISTÓVÃO	775.331,15	9,67%	0,31%				-		0,00%	30,21%	-0,16%	30,00%	-43,87%	-50,16%	-47,03%	-47,71%	
II	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	3.589.465,29	44,76%	1,45%				5,47		1,16%	1,31%	1,88%	4,41%	8,35%	8,87%	5,19%	4,51%	
	CRI	3.589.465,29	44,76%	1,45%				5,47		1,16%	1,31%	1,88%	4,41%	8,35%	8,87%	5,19%	4,51%	
	Baixo Risco de Crédito (2)																	
	BRC SECURITIZADORA	850.665,60	10,61%	0,34%				2,30	AA+ (Fitch)	1,24%	1,72%	2,31%	5,36%	9,06%	14,26%	5,89%	5,22%	
	Alto Risco de Crédito (3)																	
	INFRASEC SECURITIZADORA	2.738.799,69	34,15%	1,11%				6,46	AA (LFRating)	1,14%	1,19%	1,74%	4,12%	8,14%	7,52%	4,97%	4,30%	

6.3.4.5 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 0,29% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 36. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING									
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																	S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 25	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	708.952,05	100,00%	0,29%	15%	5%	2%	-		1,42%	1,58%	1,11%	4,17%	11,45%	19,11%	8,29%	7,61%	
I	Empréstimos	708.952,05	100,00%	0,29%				-		1,42%	1,58%	1,11%	4,17%	11,45%	19,11%	8,29%	7,61%	

6.3.5 Controle de Avaliação de Riscos

6.3.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada – DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a Meta Atuarial definida para o Plano, conforme descrita na Resolução N° 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução N° 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

TABELA 37. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO III - BS													REFERÊNCIA: JUNHO DE 2018		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18			
Renda Fixa	0,96%	-0,36%	0,08%	0,16%	2,25%	0,16%	4,07%	-0,44%	0,40%	-0,08%	-1,18%	0,01%	6,04%	1,40%	9,20%
Renda Variável	3,97%	5,94%	3,70%	-1,26%	-5,90%	5,71%	8,94%	0,82%	-2,53%	-0,66%	-7,50%	-5,54%	5,70%	5,27%	-3,47%
Estruturado	-0,18%	-0,90%	-0,43%	-0,45%	-0,83%	-7,36%	-0,67%	-0,63%	8,12%	-0,51%	-0,63%	-1,04%	-5,50%	3,33%	-52,79%
Imobiliário	-0,53%	-0,99%	-5,45%	-0,83%	18,53%	-0,81%	-0,93%	-2,35%	-0,93%	0,17%	2,19%	-0,15%	7,93%	5,90%	-67,75%
Empréstimos	1,31%	0,27%	0,87%	0,67%	0,29%	0,32%	1,45%	1,55%	1,97%	0,95%	0,97%	0,28%	10,91%	0,57%	28,39%
PLANO	1,33%	0,63%	0,58%	-0,15%	0,82%	0,51%	4,34%	-0,15%	0,35%	-0,20%	-2,23%	-1,08%	4,76%	1,56%	-1,47%

META ATUARIAL INPC + 4,90% a.a.

Regra I :..... Nenhum dos Segmentos apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Estruturados e Imóveis.

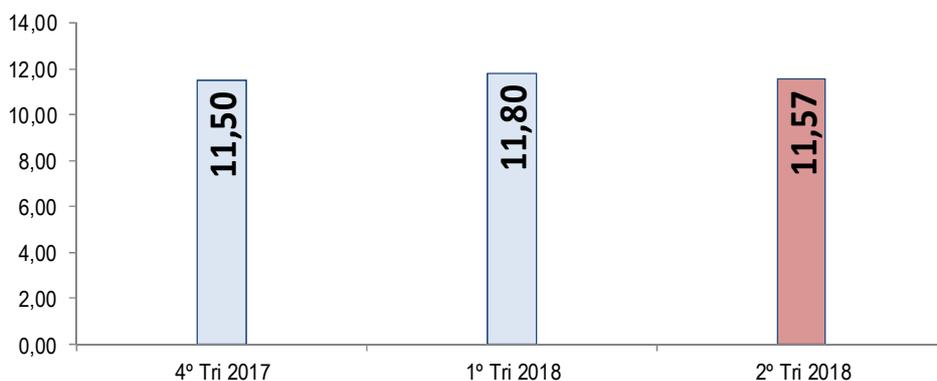
TABELA 38. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/04/2018	LFT 2018	- 0,0024	0,0004	0,01	- 0,0008	4.566.418,18
30/05/2018	LFT 2018	- 0,0028	0,0002	0,0042	0,0010	28.587,24
14/06/2018	NTN-B 2045	5,7200	6,0000	6,2100	6,0200	108.641,00
25/06/2018	NTN-B 2050	5,7700	5,9600	6,1800	6,0200	110.615,76
TOTAL						4.814.262,18
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
15/02/2018	NTN-B 2030	4,7483	4,9147	5,32	4,8700	1.726.425,66
04/04/2018	NTN-B 2035	4,8900	5,1400	5,43	5,0700	1.999.458,40
19/04/2018	NTN-B 2035	4,8500	5,0900	5,4000	5,0200	4.444.747,69
18/05/2018	NTN-B 2035	5,1300	5,4600	5,7800	5,3900	2.581.849,38
30/05/2018	NTN-B 2028	5,2700	5,4900	5,8500	5,5000	25.987,88
07/06/2018	NTN-B 2023	5,1700	5,7600	6,1600	5,5000	1.426.683,63
TOTAL						12.205.152,64

As taxas de negociações na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela **ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos"**, o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

6.3.6 Duration do Plano

GRÁFICO 46. EVOLUÇÃO DO DURATION


No encerramento do 2º trimestre de 2018 o *duration* alcançou 11,57 anos - contra 11,50 anos alcançados em 31.12.2017. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos, entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou 13,23 anos calculados pelo modelo Previc.

Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I. O Indicador apresentado no encerramento do 2º trimestre de 2018 do Plano III/Saldado, apresentando crescimento de apenas 0,07 pontos-base em relação ao 4º trimestre de 2017, foi devido à aplicação em vencimentos de menor prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de curto prazo e a abertura das de longo prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* menor que a do passivo, fato que atende a lógica da legislação, onde a mesma obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo, devido a isso a Diretoria de Finanças aproveita o rol de NTN's que possibilite atender adequadamente a Norma, sempre buscando aproveitar a diferença de precificação provocada pela taxa de juros do passivo aplicada sobre o ativo do Plano. A distorção identificada na legislação produz a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do Plano.

6.3.7 Acompanhamento Orçamentário

A seguir, devemos destacar aderência dos resultados alcançados no “**Acompanhamento Orçamentário**”, frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças, fato que nos leva à transparência futura dos Planos sob a gestão da Fundação.

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no Plano III/Saldado no encerramento do 2º trimestre de 2018 totalizou R\$ 11.057.273,57 - contra o Valor Orçado de R\$ 9.092.197,68 - ou seja, o realizado totalizou 121,61% daquele esperado no orçamento no período considerado e 59,41% do projetado para o exercício de 2018.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o 2º trimestre com R\$ 10.930.967,50 - contra R\$ 7.230.543,00 projetados, ou seja, 151,18% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a menor exposição dos Títulos Públicos Federais (NTN/B's) que compõem o portfólio de Renda Fixa precificadas a “Mercado”, correspondentes a 31,60%, contra 68,40% precificados pela “Curva”, imputando ao portfólio menor volatilidade.

O **Segmento de Renda Variável**, motivado pela queda de 15,07% da Bolsa de Valores no 2º trimestre de 2018, medida pelo IBrX-50, com reflexos negativos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, levaram as previsões orçamentárias não se confirmarem, gerando resultado negativo acumulado até junho de R\$ 1.472.731,14 - contra o valor positivo de R\$ 1.912.183,00 projetados no período, ou seja, o fraco desempenho do mercado acionário no período considerado, gerou “Despesas” no encerramento do 2º trimestre de 2018.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** motivado pela reavaliação do ENERGIA PCH - FIP, principal ativo que compõe a carteira do Plano, com alta de 12,93% nos seis primeiros meses do ano, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 1.577.479,48 - contra R\$ 79.222,00 projetados no período, ou seja, 1.991,21% do previsto no encerramento do período considerado.

O **Segmento de Imóveis** reverteu todo o desvio negativo registrado no primeiro trimestre, ao acumular no 2º trimestre resultado positivo de R\$ 377.054,15 - contra R\$ 182.920,00 projetados no período, ou seja, 206,13% do previsto no período, motivado pelas mudanças na legislação vigente, promovido pela **revogação da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução Nº 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de “Terrenos” e “Imóveis”, mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano.** Consequentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento de Imóveis, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O **Segmento de Empréstimos** obteve desempenho positivo, as receitas encerraram o 2º trimestre com R\$ 177.704,290 - contra R\$ 252.908,00 projetados, ou seja, 70,26% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, o processo de cisão do Plano aliada às operações de pagamento de parte dos **“Contratos Pendentes”** e os **“Participantes Inadimplentes”** que após a cisão buscaram a renegociação dos seus Contratos junto a Fundação.

Com relação aos **“Custeios”** não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 533.200,71 - contra R\$ 565.578,32 do valor orçado acumulado no 2º trimestre de 2018, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

TABELA 39. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO III - BS

	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	1.484.162,34	1.227.387,00	120,92%	10.930.967,50	7.230.543,00	151,18%	10.930.967,50	14.787.768,00	73,92%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.448.730,51	1.173.182,00	123,49%	10.929.292,24	6.910.960,00	158,14%	10.929.292,24	14.134.813,00	77,32%
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	0,00	29.047,00	0,00%	0,00	171.587,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%
LF	0,00	29.047,00	0,00%	0,00	171.587,00	0,00%	0,00	349.739,00	0,00%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	37.665,47	25.158,00	149,72%	16.256,24	147.996,00	10,98%	16.256,24	303.216,00	5,36%
DEBENTURES	37.665,47	25.158,00	149,72%	16.256,24	147.996,00	10,98%	16.256,24	303.216,00	5,36%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-2.233,64	0,00	É DESPESA	-14.580,98	0,00	É DESPESA	-14.580,98	0,00	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-2.233,64	0,00	É DESPESA	-14.580,98	0,00	É DESPESA	-14.580,98	0,00	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	-2.134.422,36	324.323,00	É DESPESA	-1.472.731,14	1.912.183,00	É DESPESA	-1.472.731,14	3.906.729,00	É DESPESA
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-2.134.422,36	324.323,00	É DESPESA	-1.472.731,14	1.912.183,00	É DESPESA	-1.472.731,14	3.906.729,00	É DESPESA
FUNDOS DE AÇÕES	-2.134.422,36	324.323,00	É DESPESA	-1.472.731,14	1.912.183,00	É DESPESA	-1.472.731,14	3.906.729,00	É DESPESA
ESTRUTURADO	-37.748,43	13.415,00	É DESPESA	1.577.479,48	79.222,00	1991,21%	1.577.479,48	161.536,00	976,55%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-39.265,05	0,00	É DESPESA	1.533.665,67	0,00	NA	1.533.665,67	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.516,62	13.415,00	11,31%	43.813,81	79.222,00	55,31%	43.813,81	161.536,00	27,12%
IMOBILIÁRIO	52.918,89	31.095,00	170,18%	377.054,15	182.920,00	206,13%	377.054,15	374.768,00	100,61%
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-13.320,35	0,00	É DESPESA	91.622,99	0,00	NA	91.622,99	0,00	NA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	66.239,24	31.095,00	213,02%	285.431,16	182.920,00	156,04%	285.431,16	374.768,00	76,16%
CRI	66.239,24	31.095,00	213,02%	285.431,16	182.920,00	156,04%	285.431,16	374.768,00	76,16%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	196.708,54	43.207,00	455,27%	177.704,29	252.908,00	70,26%	177.704,29	521.375,00	34,08%
EMPRÉSTIMOS	196.708,54	43.207,00	455,27%	177.704,29	252.908,00	70,26%	177.704,29	521.375,00	34,08%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-88.486,40	-93.611,25	É DESPESA	-533.200,71	-565.578,32	É DESPESA	-533.200,71	-1.140.105,98	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	-526.867,42	1.545.815,75	-34,08%	11.057.273,57	9.092.197,68	121,61%	11.057.273,57	18.612.070,02	59,41%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

6.4 CONTÁBIL
QUADRO 17. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período	PASSIVO	Período
	jun/18		jun/18
DISPONÍVEL	58.258,59	EXIGÍVEL OPERACIONAL	676.496,29
		Gestão Previdencial	573.455,89
REALIZÁVEL	298.565.681,59	Investimentos	103.040,40
Gestão Previdencial	45.579.347,39		
Gestão Administrativa	5.364.149,48	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	309.945,71
Investimentos	247.622.184,72	Investimento	309.945,71
Títulos Públicos	171.849.449,64		
Créditos Privados e Depósitos	6.474.568,87	PATRIMÔNIO SOCIAL	297.637.498,18
Fundos de Investimento	63.951.644,40	Patrimônio de Cobertura do Plano	291.601.883,11
Investimentos Imobiliários	4.429.963,82	Provisões Matemáticas	291.584.390,95
Empréstimos e Financiamentos	708.952,05	Benefícios Concedidos	277.396,48
Depos. Jud. Recursais	207.605,94	Benefícios a Conceder	291.306.994,47
		Equilíbrio Técnico	17.492,16
		Resultados Realizados	17.492,16
		(+) Superávit Técnico Acumulado	17.492,16
		Fundos	6.035.615,07
		Fundos Administrativos	5.364.149,48
		Fundos dos Investimentos	671.465,59
TOTAL DO ATIVO	298.623.940,18	TOTAL DO PASSIVO	298.623.940,18

QUADRO 18. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período	Variação (%)
	jun/18	
A) Ativo Líquido - início do exercício	277.113.456,14	-
1. Adições	14.497.275,75	100,00
(+) Contribuições	3.440.002,18	100,00
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.057.273,57	100,00
2. Destinações	(8.848,78)	100,00
(-) Benefícios	(8.848,78)	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	14.488.426,97	100,00
(+/-) Provisões Matemáticas	5.578.101,35	100,00
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	8.910.325,62	100,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	291.601.883,11	100,00
C) Fundos não previdenciais	6.035.615,07	100,00
(+/-) Fundos Administrativos	5.364.149,48	100,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	671.465,59	100,00

QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período	Variação
	jun/18	(%)
1. Ativos	298.623.940,18	100,00
Disponível	58.258,59	100,00
Recebível	50.943.496,87	100,00
Investimento	247.622.184,72	100,00
Títulos Públicos	171.849.449,64	100,00
Créditos Privados e Depósitos	6.474.568,87	100,00
Fundos de Investimento	63.951.644,40	100,00
Investimentos Imobiliários	4.429.963,82	100,00
Empréstimos e Financiamentos	708.952,05	100,00
Depos.Jud. Recursais	207.605,94	100,00
2. Obrigações	986.442,00	100,00
Operacional	676.496,29	100,00
Contingencial	309.945,71	100,00
3. Fundos não Previdenciais	6.035.615,07	100,00
Fundos Administrativos	5.364.149,48	100,00
Fundos dos Investimentos	671.465,59	100,00
4. Ativo Líquido (1-2-3)	291.601.883,11	100,00
Provisões Matemáticas	291.584.390,95	100,00
Superávit/Déficit Técnico	17.492,16	100,00

QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Período	Variação
	jun/18	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	298.623.940,18	100,00
1. Provisões Matemáticas	291.584.390,95	100,00
1.1. Benefícios Concedidos	277.396,48	100,00
Benefício Definido	277.396,48	100,00
1.2. Benefício a Conceder	291.306.994,47	100,00
Benefício Definido	291.306.994,47	100,00
2. Equilíbrio Técnico	17.492,16	100,00
2.1. Resultados Realizados	17.492,16	100,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	17.492,16	100,00
3. Fundos	6.035.615,07	100,00
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.035.615,07	100,00
4. Exigível Operacional	676.496,29	100,00
4.1. Gestão Previdencial	573.455,89	100,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	103.040,40	100,00
5. Exigível Contingencial	309.945,71	100,00
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	309.945,71	100,00

6.4.1 Notas Explicativas

6.4.1.1 Composição do Ativo

6.4.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições contratadas a receber:

- a) Codevasf – R\$ 44.861 mil;
- b) São Francisco – R\$ 185 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de junho/2018 para serem liquidadas no mês de julho/2018.

6.4.1.1.2 *Gestão Administrativa*

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo é de R\$ 5.364 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários a gestão do plano.

6.4.1.1.3 *Gestão de Investimentos*

Antes de identificarem-se os valores investidos, é importante observar que os quadros do plano não possuem a coluna relativa a 2017, haja vista que a data efetiva de sua constituição ocorreu em 30/11/2017.

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 21. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Benefício Saldado	jun/18	jun/17 *	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
			2018	2017	
Investimentos	247.622.184,72	240.402.116,58			
Títulos Públicos	171.849.449,64	160.362.715,75	69,4%	66,7%	7,2%
Créditos Privados e Depósitos	6.474.568,87	14.535.374,84	2,6%	6,0%	-55,5%
Instituições Financeiras	-	2.766.463,93	0,0%	1,2%	-100%
Companhias Abertas	6.474.568,87	11.575.491,87	2,6%	4,8%	-44,1%
Outros Emissores	-	193.419,04	0,0%	0,1%	-100,0%
Fundos de Investimento	63.951.644,40	59.288.940,80	25,8%	24,7%	7,9%
Multimercado	355.760,80	89.704,26	0,1%	0,0%	296,6%
Direitos Creditórios/Fundos de In	2.360.259,66	2.840.293,86	1,0%	1,2%	-16,9%
Ações	43.142.482,63	38.607.297,68	17,4%	16,1%	11,7%
Participações/FIP	18.093.141,31	17.751.645,01	7,3%	7,4%	1,9%
Investimentos Imobiliários	4.429.963,82	4.237.620,22	1,8%	1,8%	4,5%
Empréstimos	708.952,05	1.769.859,03	0,3%	0,7%	-59,9%
Depos. Jud. Recursais	207.605,94	207.605,94	0,1%	0,1%	0,0%

* Valores proporcionais da carteira de 40,419758%, se no mês indicado já houvesse o Plano Saldado

6.4.1.2 *Composição do Passivo*

6.4.1.2.1 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Valores a Restituir – R\$ 573 mil;

Na conta de Valores a Restituir foi provisionado o valor de R\$ 573 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

6.4.1.2.2 *Gestão de Investimentos*

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 14 mil;
b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 88 mil;

Merece destaque o montante de R\$ 88 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês junho/2018 e liquidado em julho/2018.

6.4.1.2.3 Exigível Contingencial

O valor de R\$ 309 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

6.4.1.2.4 Patrimônio Social

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

a) Provisões Atuariais:

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

b) Equilíbrio Técnico:

O resultado no mês foi à formação de um superávit acumulado de R\$ 17,5 mil, sendo que R\$ 8.892 mil é de resultado deficitário acumulado do ano anterior e R\$8.910 mil resultado superavitário de 2018.

6.4.1.2.5 Fundos

a) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo decorre do processo de cisão do Plano I – plano de origem, e para seu valor foi aplicada a mesma proporcionalidade da cisão dos demais ativos no plano.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no mês, fechou com R\$ 5.364 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

b) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 671 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo a Área de Finanças da Fundação.

c) Previdencial:

Por se tratar de plano na modalidade benefício definido e não constar em seu plano de custeio a existência de fundos da natureza especificada, não há qualquer registro contábil.

QUADRO 22. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PLANO SALDADO	
DEFINIÇÃO	jun/18
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 8.892.833,46
1- CONTRIBUIÇÕES	3.440.002,18
(+) Dívida Contratada	2.242.012,70
(+) Fluxos Previdenciais	1.197.989,48
2- DESTINAÇÕES	- 8.848,78
(-) Benefícios	- 8.848,78
4- INVESTIMENTOS	11.057.273,57
(+) Renda Fixa	11.230.979,64
(+) Renda Variável	90.167,36
(+) Imóveis	91.622,99
(+) Empréstimos (*)	177.704,29
(-) Custeio	- 533.200,71
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	5.578.101,35
(+) Benefícios Concedidos	81.893,87
(+) Benefícios a Conceder	5.496.207,48
B) RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	8.910.325,62
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	17.492,16

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Superávit no exercício.

Foram destinados R\$ 0,8 mil para pagamento de benefícios e outros R\$ 5,5 milhões de ajuste nas reservas, então, o plano consumiu ano um total de R\$ 17 mil. Os recursos investidos somaram R\$ 11 milhões e as contribuições R\$ 3 milhão, num total ingressado de R\$ 8 milhões.

6.4.2 Fato Relevante:

Foi realizado ajuste da cisão das provisões, devido a opção de um participante do plano BD para o plano BS ocorrida em março/2018, que se encontrava em auxílio doença no período em que foi aberto a opção aos participantes. No processo nº 44011.000336/2016-94 autorizado pela Previc, Portaria 929/2017, de 25/09/2017.

Estava previsto que em tais ocorrências o participante deveria, se desejasse, optar pelo saldamento, caso, e se ocorresse a sua volta ao trabalho. Com a opção realizada, a parcela relativa a cisão foi alterada de 40,236821 para 40,419758 = um ajuste de 0,182937.

7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

7.1 ADMINISTRAÇÃO

7.1.1 Aspectos Gerais da Gestão

7.1.1.1 Receitas

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

No Gráfico abaixo, apresentamos a receita do 1º semestre na sua totalidade e segregada nas respectivas fontes. O Gráfico demonstra o comportamento dessa receita nos últimos cinco anos, considerando o trimestre de referência no relatório.

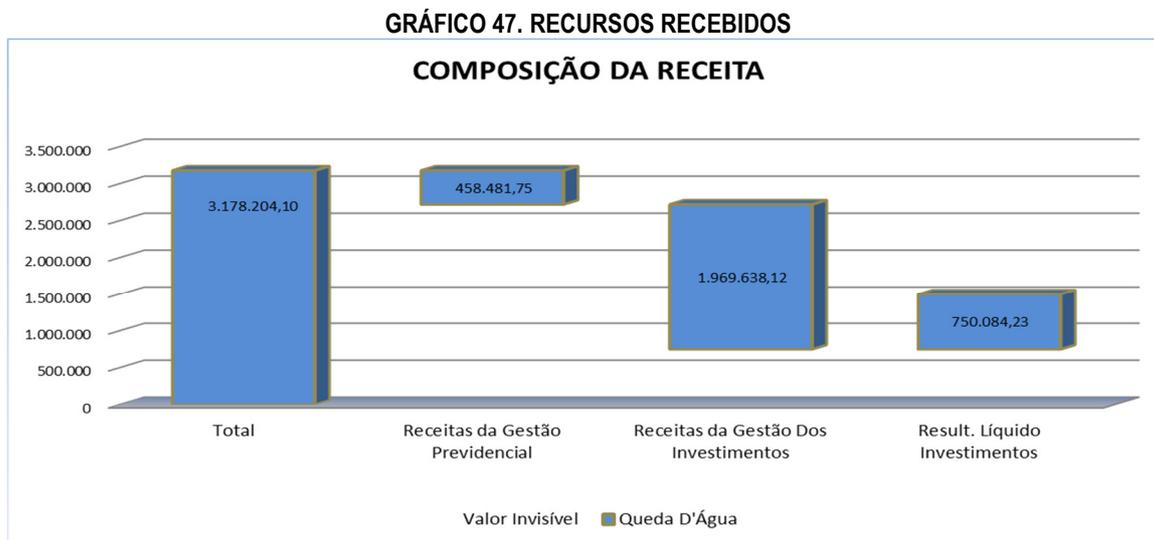


GRÁFICO 48. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos planos, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

A rentabilidade do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, e que estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II se encontra em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundos específicos. Parte dos recursos do Fundo foram transferidos para o Plano III (Saldado), quando da cisão patrimonial decorrente do saldamento.

7.1.1.2 Despesas

Nos Gráficos 47 e 48 ilustramos as despesas realizadas. O Gráfico 47 mostra a distribuição das despesas do 1º semestre, concentradas nas principais contas contábeis. O Gráfico 48 traz o comportamento da despesa nos últimos 5 anos.

GRÁFICO 49. DESPESAS REALIZADAS

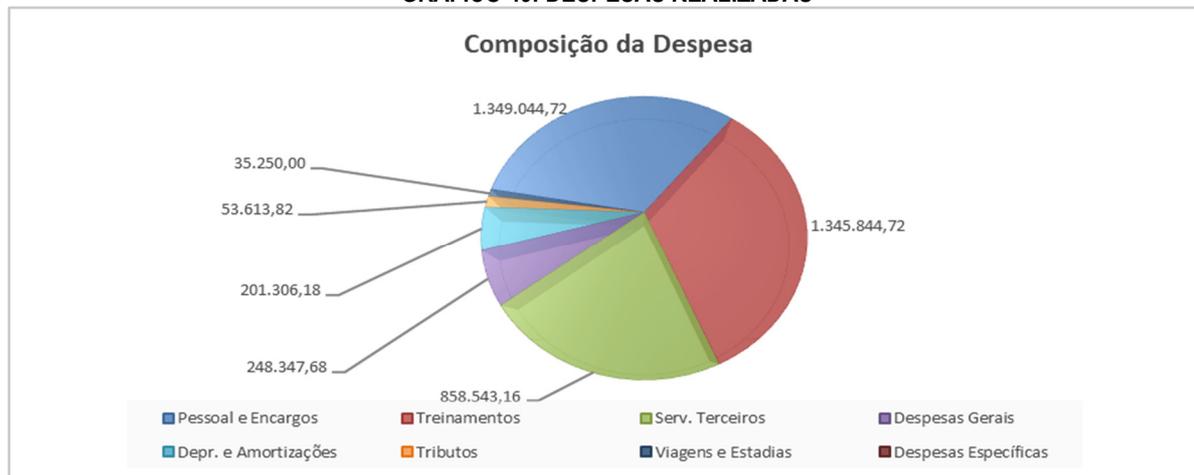
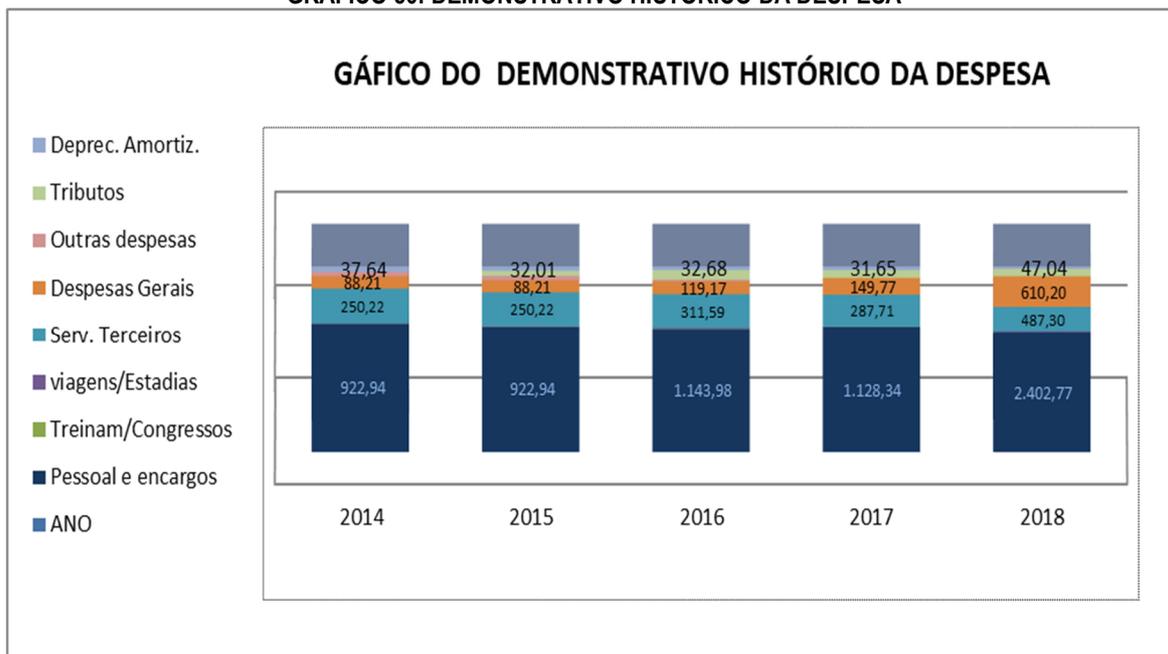


GRÁFICO 50. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA



7.1.1.3 Custeio

QUADRO 23. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	458.481,75	17,86	1.969.638,12	76,74	138.536,04	5,40	2.566.655,91	100
Despesa	1.813.352,74	47,93	1.969.638,12	52,07			3.782.990,86	100
Diferença	-1.354.870,99	(35,81)	0,00	0,00	138.536,04		-1.216.334,95	(47,39)

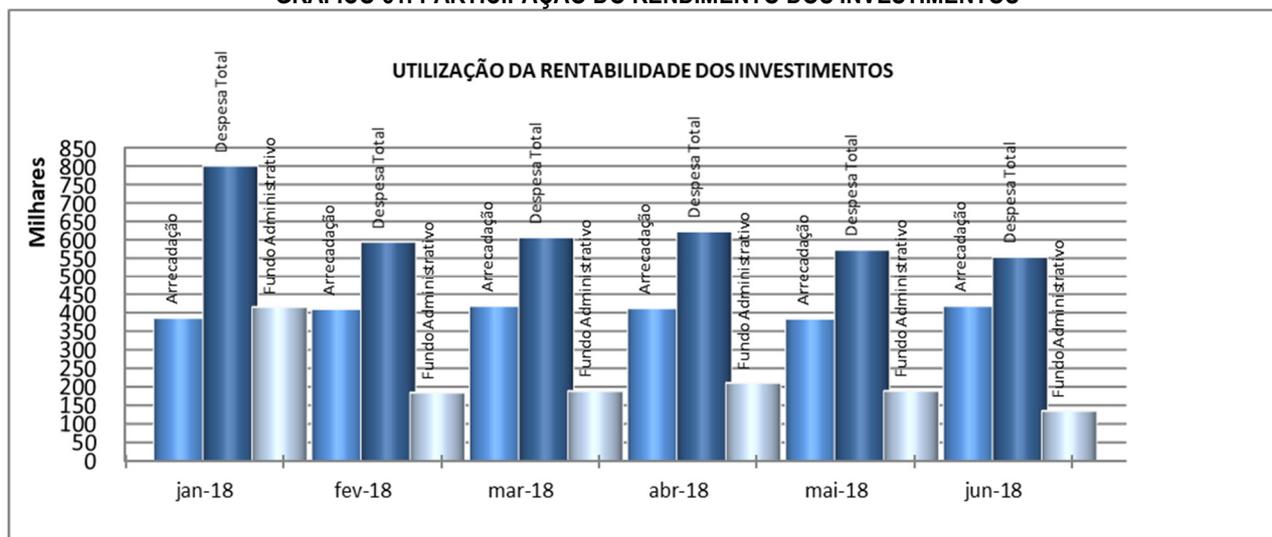
O acompanhamento do custeio demonstra que as receitas foram insuficientes neste primeiro semestre, o somatório da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo não cobriram os gastos.

Segundo informações da Gerência de Finanças, a rentabilidade do Fundo Administrativo do PGA registrou queda de 6,27% no segundo trimestre de 2018. A baixa performance foi motivada pela alta da taxa de juros de títulos públicos marcados à mercado, nos quais se encontra lastreada a carteira do plano. Embora o bom desempenho de períodos anteriores tenha suportado a falta de rentabilidade do fundo, proporcionando o resultado favorável de 0,07% no final do semestre, sua contribuição para formação da receita resultou inferior aos meses anteriores.

Outro fator para essa insuficiência se deve ao registro do valor de R\$ 195.635,26, na conta contábil nº 429.1.0.5.99080000000000 no mês de janeiro/2018. A mencionada quantia se refere à parte que a São Francisco deverá quitar junto ao Plano III – Plano Saldado, conforme estabelecido no Termo de Adesão ao Plano de Benefícios III. Cabe esclarecer que o valor foi contabilizado como realizado, mas seu desembolso foi efetuado em parcelas mensais durante período de janeiro a junho de 2018, acumulando o total de R\$ 13.437,32. Na 68ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo foi autorizada a quitação do saldo restante, por meio da Deliberação nº 07/2018, cuja efetivação se deu em 31/07/2018, no valor atualizado de R\$ 189.409,66.

7.1.1.4 Fundo Administrativo

GRÁFICO 51. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS



Conforme demonstrado no gráfico, houve necessidade de utilização de recursos provenientes dos rendimentos das aplicações e do principal do Fundo administrativo para fazer face à cobertura do total dos gastos. Esses valores estão representados nas respectivas barras, identificadas como **Fundo Administrativo**.

Embora no primeiro semestre de 2018, os gastos administrativos tenham superado as estimativas orçamentárias, no tocante às despesas ordinárias ocorreram apenas diferenças decorrentes de estimativas calculadas com base na média das despesas do exercício anterior, portanto sujeitas a pequenas diferenças para maior ou para menor, fazendo com que o dimensionamento desses gastos não seja exato. Já gastos extraordinários sem previsão orçamentária, provocaram oscilações maiores que explanamos nos parágrafos seguintes.

- Valor relativo aos custos do saldamento dos benefícios do Plano BD I para empregados da São Francisco, já explicadas no parágrafo que trata do Acompanhamento do Custeio e;
- Despesas constantes na conta *Sistema de Segurança*, onde foram registrados gastos com segurança do imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro, recebido em pagamento de obrigações referentes ao processo da empresa M. Brasil, no valor de R\$ 7.891,35;
- Cópias Encadernações e Confeções: Mirador Assessoria-Atuarial Relatório Anual, impressão e encadernação de documentos da área de Finanças e Administrativa superaram o orçado em R\$ 10.000,00; e
- Estudo de ALM, empresa I9 Advisors, R\$ 17.000,00. Contabilizado no exercício anterior, porém só liquidado no primeiro semestre de 2018.

7.1.1.5 Comparação com o Mercado

7.1.1.5.1 Indicadores de Desempenho de Gestão - O IDG II

Este parágrafo se destina a mostrar os resultados do IDG II, são indicadores relevantes na avaliação do desempenho das entidades do segmento de previdência complementar fechada. Essa ferramenta disponibilizada pela Abrapp se constitui em um sistema de informações comparativas que permite a análise da posição de cada entidade no mercado de fundos de pensão.

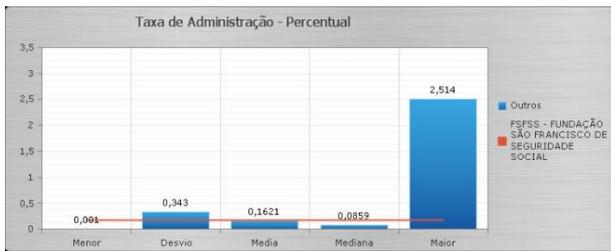
Os resultados coletados entre as entidades filiadas a Abrapp, com dados atualizados são muito importantes. Eles permitem comparar o desempenho da São Francisco com outras entidades e proporciona uma visão geral do comportamento das fundações por região ou de acordo com seu porte.

Cabe considerar que os gráficos comparativos do IDG II possuem amostras muito bem definidas, mas em algumas análises as amplitudes são elevadas podendo potencializar pequenos efeitos. Para melhor avaliação elaboramos pares de gráficos para cada indicador elencado. Na coluna esquerda da página estão os resultados obtidos mediante aplicação de filtros, na coluna direita foi considerado o total de entidades existentes na base do IDG II. A seguir, apresentamos os resultados divulgados pelo **IDG II** até o momento.

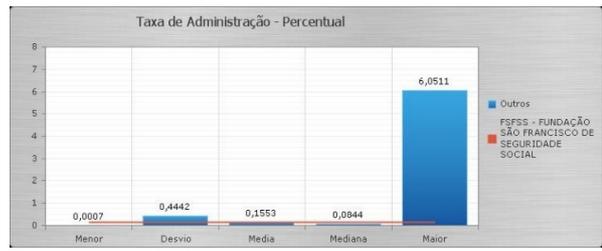
GRÁFICO 52. INDICADORES DE GESTÃO

Comparativos com aplicação dos filtros

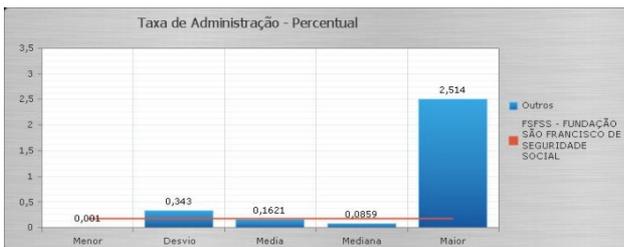
Entidades que compõe a base de dados do IDG II



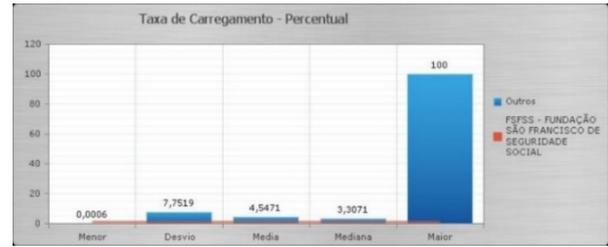
Taxa de administração na média comparada ao grupo de entidades com número de participantes entre 1001 e 3000.



Taxa de Administração abaixo da média quando comparada com as entidades participantes do IDG II.



Taxa de carregamento comparada ao grupo de entidades com número de participantes entre 1001 e 3000.



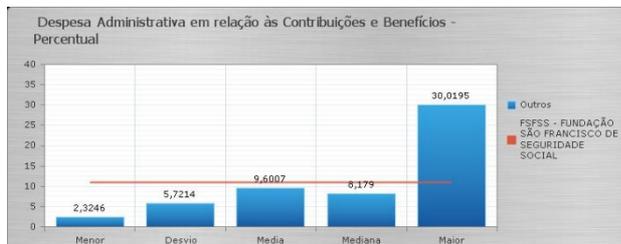
Taxa de Carregamento abaixo da média quando comparada com as entidades participantes do IDG II.



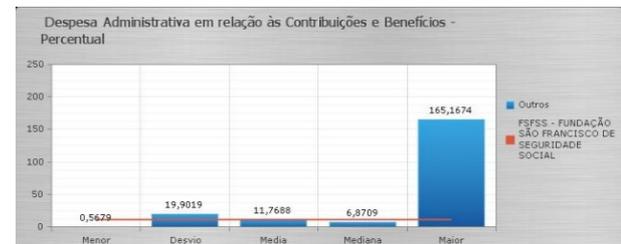
Comparação da despesa em relação entidades participantes do IDG II.



Resultado quando aplicado o filtro para entidades com patrimônio entre R\$ 500 Mi R\$ 2 Bi.



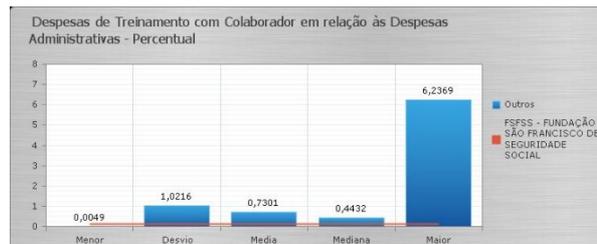
Situada acima da média quando é aplicado o filtro que estabelece o número de participantes entre 500 e 3000 participantes. Considerando



O desempenho se apresenta dentro da média quando a comparação considera todas as fundações participantes ao IDG II.



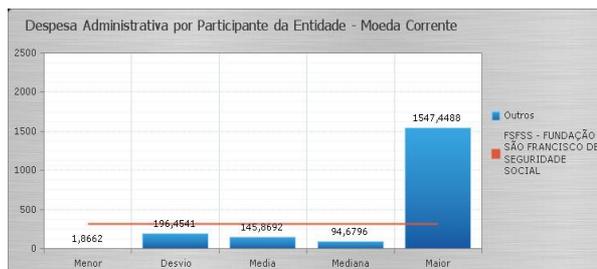
Resultado da comparação considerando entidades selecionadas no filtro de Patrimônio entre R\$ 500 MI até R\$ 2BI.



Desempenho considerando todas as entidades da base de dados do IDG II.



Neste comparativo foi aplicado filtro para entidades com número de participantes e assistidos ente 1001 e 3000. A despesa verificou-se acima da média, contudo nas demais observações os resultados ficaram em patamares bem inferiores à média.



A despesa por participante situou-se um pouco acima da média. Deve-se considerar que a quantidade de participantes está bem abaixo dos parâmetros desta comparação do IDG II.

7.1.1.6 Execução do Orçamento

QUADRO 24. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	2.404.260	66,65	2.402.773	64,04	1.487	0,06
DIRIGENTES	681.428	18,89	676.482	18,03	4.946	0,73
PESSOAL PRÓPRIO	1.722.831	47,76	1.726.291	46,01	(3.459)	-0,20
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	13.044	0,36	3.200	0,09	9.844	307,63
VIAGENS E ESTADIAS	23.949	0,66	18.364	0,49	5.585	30,41
SERVIÇOS DE TERCEIROS	562.644	15,60	487.302	12,99	75.343	15,46
DESPESAS GERAIS	354.809	9,84	610.195	16,26	(255.386)	-41,85
TAFIC - PLANO I	18.000	0,50	18.000	0,48	-	0,00
TAFIC - PLANO II	5.250	0,15	5.250	0,14	(5.250)	0,00
TAFIC - PLANO III	12.000	0,33	12.000	0,32		
TRIBUTOS	150.995	4,19	147.692	3,94	3.303	2,24
DEPRECIações E AMORTIZAções	62.141	1,72	47.042	1,25	15.100	32,10
TOTAL	3.607.092	100,00	3.751.818	100	(144.726)	-4,01

Concluimos que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa, embora tenham ocorridos gastos não previstos. Mesmo considerando despesas imprevistas, a despesa total no primeiro semestre se manteve praticamente aderente ao orçamento, com um desvio para maior de 4,01%, equivalentes a R\$ 144.726,00.

Por esse motivo, não foram geradas sobras que possibilitassem a destinação de recursos para constituição do fundo do PGA.

7.2 INVESTIMENTO

7.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

TABELA 40. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL SEGMENTO	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING NOTA	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		TÁTICO	ESTRATÉGICO			abr/18	mai/18	jun/18	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 21	RENDA FIXA	9.407.497,96	100,00%	88,76%	100%	100%	56%	12,04		-0,57%	-4,61%	-1,18%	-6,27%	0,07%	17,28%	-3,10%	-4,99%	-4,29%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	9.407.497,96	100,00%	88,76%	100%			12,04		-0,57%	-4,61%	-1,18%	-6,27%	0,07%	17,28%	-3,10%	-4,99%	-4,29%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	9.407.497,96	100,00%	88,76%				12,04	Soberano	-0,57%	-4,61%	-1,18%	-6,27%	0,07%	16,91%	-3,10%	-4,99%	-4,29%
Art. 23	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.191.817,74	100,00%	11,24%	20%	20%	20%	-		0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	7,34%	-0,05%	-1,93%	-1,23%
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	1.191.817,74	100,00%	11,24%	15%			-		0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	7,34%	-0,05%	-1,93%	-1,23%
	SAGA SNAKE FIM	1.191.817,74	100,00%	11,24%				-		0,52%	0,51%	0,48%	1,52%	3,12%	7,34%	-0,05%	-1,93%	-1,23%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		10.599.315,70		100,00%				12,04		-0,42%	-4,02%	-1,00%	-5,38%	0,87%	17,08%	-2,30%	-4,18%	-3,48%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a **“Taxa de Referência do Plano” (INPC+4,90%)**, assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos **“Segmentos de Renda Fixa”** e **“Investimentos Estruturados”**, encontrando-se no encerramento do 1º semestre de 2018, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2018/2022, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 1º semestre de 2018 o valor total de R\$ 10.599.315,70 contra R\$ R\$ 11.622.021,39 em dezembro de 2017, acumulando no ano uma queda de 8,80%, motivada principalmente pela alta nas taxas dos títulos públicos marcados a “Mercado”.

GRÁFICO 53. ENQUADRAMENTO LEGAL

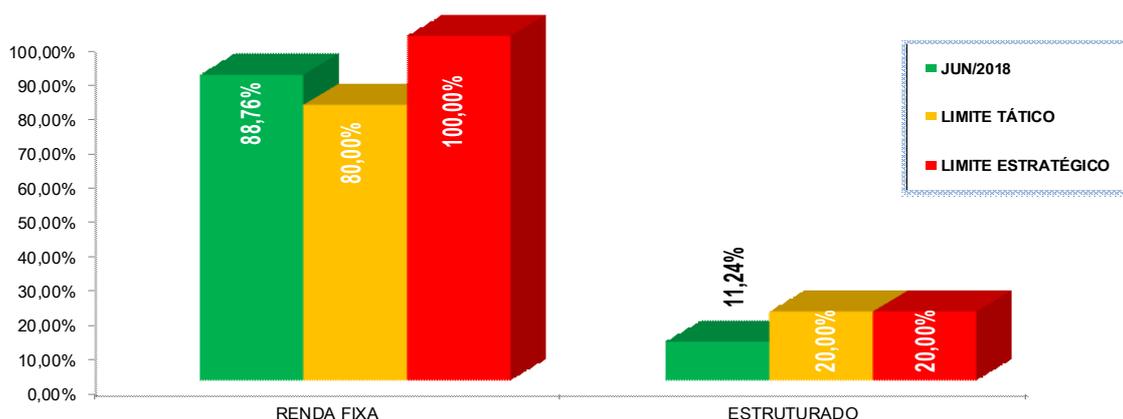


TABELA 41. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2017 x 2018 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2017		JUN/2018		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	10.917.569,59	93,94%	9.407.497,96	88,76%	80,00%	100,00%	100,00%
ESTRUTURADO	704.451,71	6,06%	1.191.817,74	11,24%	20,00%	20,00%	20,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.622.021,30	100%	10.599.315,70	100%			
(+) Disponível - Conta 11	4.740,61	VARIACÃO NOMINAL	6.964,85				
(-) Exigível de Investimentos	-13.114,05		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.613.647,86	↓ -8,80%	10.606.280,55				

Comentários:

Destaca-se por oportuno que a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais, com 88,76% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados com 11,24% dos ativos, se devem ao estrito cumprimento do Regulamento do PGA.

7.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativa ao 1º Semestre de 2018 foi de 0,87%. Descontada a Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 4,90% a.a.), que acumulou no ano 5,05%, o desempenho dos investimentos do Plano ficou abaixo da Taxa de Referência em 4,18 pontos-base.

7.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

No 1º semestre de 2018 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 0,07, descontada a Taxa de Referência de 5,05% no mesmo período, o desempenho do Segmento ficou abaixo da Taxa de Referência em 4,99 pontos-base. O desempenho foi motivado pela alta nas taxas dos títulos públicos marcados a “mercado”.

7.2.2.2 Segmento de Investimentos Estruturados

O Segmento apresentou no 1º semestre de 2018 alta 3,12%, descontada a Taxa de Referência de 5,05% no mesmo período, o desempenho do Segmento ficou abaixo da Taxa de Referência em 1,93 pontos-base. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento das despesas administrativas do Plano.

GRÁFICO 54. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

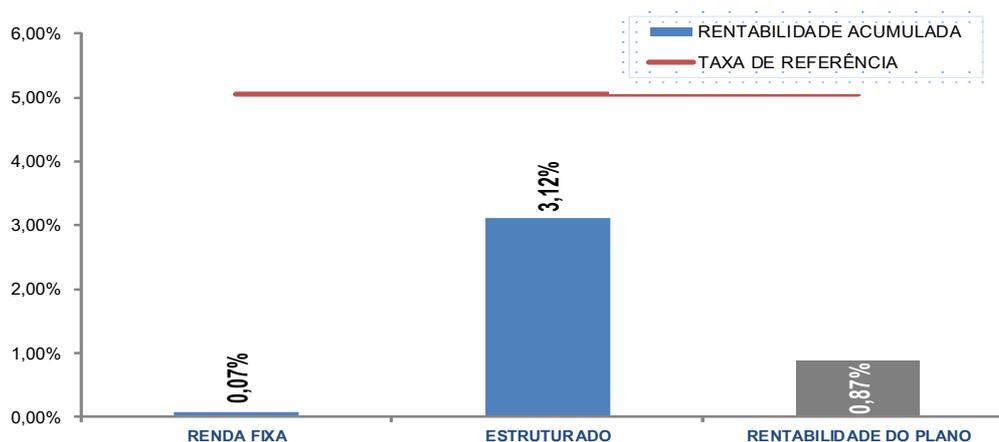


TABELA 42. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	2º TRIMESTRE DE 2018			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	(1,18%)	(6,27%)	0,07%	17,28%
ESTRUTURADO	0,48%	1,52%	3,12%	7,34%
RENTABILIDADE DO PLANO	(1,00%)	(5,38%)	0,87%	17,08%
TAXA DE REFERÊNCIA	1,84%	3,31%	5,05%	8,79%
DIVERGÊNCIA	(2,84%)	(8,69%)	(4,18%)	8,30%

7.2.3 Controle de Avaliação de Riscos

7.2.3.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP**, definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a “Taxa de Referência” definida para o Plano, conforme descrita na Resolução N° 3.792-CMN, de 24.09.2009 - Capítulo III (Controles Internos e de Avaliação de Risco), revogada pela nova legislação - Resolução N° 4.661-CMN, de 25.05.2018 (Da Avaliação e Monitoramento de Risco), em que pese às alterações contidas, até a implementação de modelo próprio e a regulamentação a ser realizada pelo órgão fiscalizador (PREVIC), o monitoramento do risco das Carteiras de Ativos do Plano, a Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO manterá a DNP como modelo de avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

TABELA 43. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

Programa de Gestão Administrativa - PGA													Referência: JUNHO/2018		
Segmento	Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18			
Renda Fixa	0,23%	0,55%	0,01%	0,09%	12,43%	-0,15%	5,38%	0,18%	-0,52%	-1,18%	-5,44%	-3,02%	8,57%	4,45%	13,25%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturado	0,18%	0,38%	0,25%	-0,18%	0,00%	-0,12%	-0,04%	-0,10%	0,03%	-0,09%	-0,32%	-1,36%	-1,36%	0,44%	1,74%
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Plano.....	0,23%	0,55%	0,03%	0,05%	11,35%	-0,14%	5,15%	0,18%	-0,45%	-1,03%	-4,85%	-2,84%	8,24%	4,08%	13,04%

Referência:..... INPC + 4,90% a.a.

Regra I: Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos;

Regra II: OS Segmentos Não apresentaram DNP negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

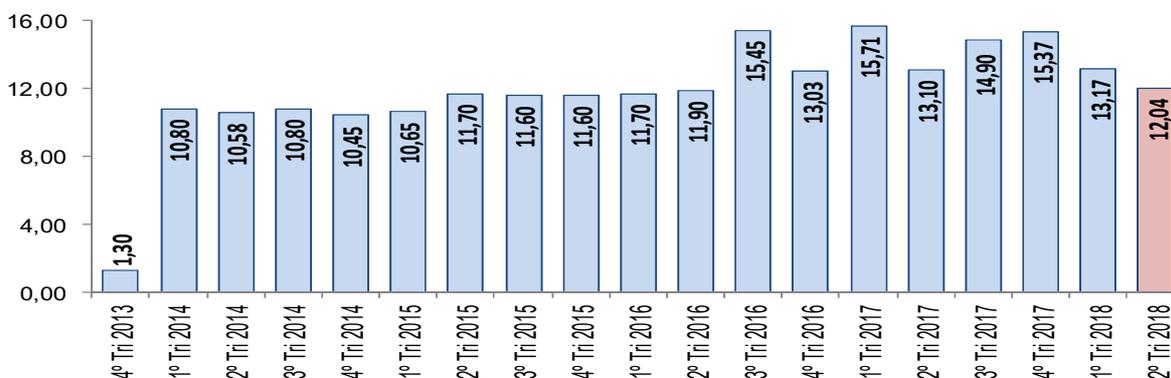
7.2.4 Operações Kursadas

TABELA 44. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2018

VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
31/01/2018	NTN-B 2055	4,9000	5,0900	5,4200	5,1400	3.373.801,52
TOTAL						3.373.801,52
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
02/02/2018	NTN-B 2021	3,7769	4,1360	4,4304	4,0800	2.026.529,00
TOTAL						2.026.529,00

7.2.5 Duration

GRÁFICO 55. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 2º trimestre de 2018 o “Duration” alcançou 12,04 anos, contra 13,10 anos no mesmo período de 2017.

7.2.6 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 45. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	-112.239,33	83.909,00	É DESPESA	101.170,01	494.290,00	20,47%	101.170,01	1.010.960,00	10,01%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	-112.239,33	83.909,00	É DESPESA	101.170,01	494.290,00	20,47%	101.170,01	1.010.960,00	10,01%
ESTRUTURADO	5.718,21	4.563,00	125,32%	37.366,03	26.954,00	138,63%	37.366,03	54.942,00	68,01%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	5.718,21	4.563,00	125,32%	37.366,03	26.954,00	138,63%	37.366,03	54.942,00	68,01%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	-106.521,12	88.472,00	-120,40%	138.536,04	521.244,00	26,58%	138.536,04	1.065.902,00	13,00%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2018 registradas em Valor Projetado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 1º semestre de 2018 fechou com valor realizado de R\$ 138.536,04 contra o valor orçado de R\$ 521.244,00, o que equivale a apenas 26,58%, motivado diretamente pelas operações realizadas no Segmento de Renda Fixa do Plano, aliada a alta das Taxas dos Títulos Públicos precificados a “Mercado”.

7.3 CONTÁBIL
7.3.1 Enquadramento
QUADRO 25. ENQUADRAMENTO

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	jun/18	jun/17		jun/18	jun/17
DISPONÍVEL	6.964,85	12.314,95	EXIGÍVEL OPERACIONAL	784.680,52	691.640,13
			Gestão Administrativa	784.680,52	691.640,13
REALIZÁVEL	14.880.514,16	15.443.935,47	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.057.017,42	5.057.017,42
Gestão Administrativa	4.281.198,46	4.282.678,31	Gestão Administrativa	5.057.017,42	5.057.017,42
Investimentos	10.599.315,70	11.161.257,16	PATRIMÔNIO SOCIAL	12.817.083,25	12.769.185,24
Títulos Públicos	9.407.497,96	10.934.230,22			
Fundos de Investimento	1.191.817,74	227.026,94			
PERMANENTE	3.771.302,18	3.061.592,37	FUNDOS	12.817.083,25	12.769.185,24
Imobilizado	3.758.470,89	3.041.297,63	Fundos Administrativos	12.817.083,25	12.769.185,24
Diferido	12.831,29	20.294,74			
TOTAL DO ATIVO	18.658.781,19	18.517.842,79	TOTAL DO PASSIVO	18.658.781,19	18.517.842,79

QUADRO 26. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	14.001.745,17	13.264.342,77	5,56
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.567.155,91	2.979.368,56	(13,84)
1.1. Receitas	2.567.155,91	2.979.368,56	(13,84)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	458.481,75	904.817,94	(49,33)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.961.932,92	1.577.207,97	24,39
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.705,20	15.195,15	(49,29)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	138.536,04	482.147,50	(71,27)
Outras Receitas	500,00	-	100,00
2. Despesas Administrativas	3.751.817,83	3.474.526,09	7,98
2.1. Administração Previdencial	1.813.352,74	1.897.318,12	(4,43)
Pessoal e encargos	1.128.218,88	1.345.096,33	(16,12)
Treinamentos/congressos e seminários	1.120,00	4.675,00	(76,04)
Viagens e estadias	7.836,63	15.813,05	(50,44)
Serviços de terceiros	193.174,23	276.913,81	(30,24)
Despesas gerais	357.472,10	157.579,21	126,85
Depreciações e amortizações	19.157,96	30.726,59	(37,65)
Tributos	74.060,44	65.076,63	13,80
Despesas Específicas	32.312,50	1.437,50	2.147,83
2.2. Administração dos Investimentos	1.938.465,09	1.577.207,97	22,90
Pessoal e encargos	1.274.554,23	971.316,61	31,22
Treinamentos/congressos e seminários	2.080,00	7.748,00	(73,15)
Viagens e estadias	10.527,19	6.995,13	50,49
Serviços de terceiros	294.127,33	269.342,33	9,20
Despesas gerais	252.723,38	186.895,95	35,22
Depreciações e amortizações	27.883,54	31.414,61	(11,24)
Tributos	73.631,92	73.495,34	0,19
Despesas Específicas	2.937,50	30.000,00	(90,21)
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(1.184.661,92)	(495.157,53)	139,25
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(1.184.661,92)	(495.157,53)	139,25
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	12.817.083,25	12.769.185,24	0,38

QUADRO 27. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO)

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	14.001.745,17	13.264.342,77	5,56
1. Custeio da Gestão Administrativa	832.220,75	2.432.995,41	(65,79)
1.1. Receitas	832.220,75	2.432.995,41	(65,79)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	106.814,65	728.197,10	(85,33)
Custeio Administrativo dos Investimentos	717.200,90	1.207.455,66	(40,60)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.705,20	15.195,15	(49,29)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	482.147,50	(100,00)
Outras Receitas	500,00	-	100,00
2. Despesas Administrativas	1.518.564,20	2.928.152,94	(48,14)
2.1. Administração Previdencial	696.806,06	1.563.237,05	(55,43)
Pessoal e encargos	468.141,70	1.146.922,17	(59,18)
Treinamentos/congressos e seminários	480,00	3.350,50	(85,67)
Viagens e estadias	4.083,85	10.698,69	(61,83)
Serviços de terceiros	106.229,91	207.105,14	(48,71)
Despesas gerais	61.202,16	121.868,46	(49,78)
Depreciações e amortizações	6.501,88	22.349,40	(70,91)
Tributos	33.666,56	50.942,69	(33,91)
Despesas Específicas - TAFIC	16.500,00	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	821.758,14	1.364.915,89	(39,79)
Pessoal e encargos	534.297,99	836.788,39	(36,15)
Treinamentos/congressos e seminários	864,00	6.489,35	(86,69)
Viagens e estadias	3.982,85	5.788,35	(31,19)
Serviços de terceiros	144.665,24	248.373,48	(41,75)
Despesas gerais	97.606,35	152.155,98	(35,85)
Depreciações e amortizações	9.532,65	23.536,38	(59,50)
Tributos	29.309,06	61.783,96	(52,56)
Despesas Específicas - TAFIC	1.500,00	30.000,00	(95,00)
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	274.001,98	-	100,00
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(960.345,43)	(495.157,53)	93,95
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(960.345,43)	(495.157,53)	93,95
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.041.399,74	12.769.185,24	2,13

QUADRO 28. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB II – CODEPREV

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	jun/18	jun/17	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.063.198,41	546.373,15	94,59
1.1. Receitas	1.063.198,41	546.373,15	94,59
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	351.667,10	176.620,84	99,11
Custeio Administrativo dos Investimentos	711.531,31	369.752,31	92,43
2. Despesas Administrativas	1.063.198,41	546.373,15	94,59
2.1. Administração Previdencial	502.307,59	334.081,07	50,35
Pessoal e encargos	339.522,76	198.174,16	71,33
Treinamentos/congressos e seminários	320,00	1.324,50	(75,84)
Viagens e estadias	2.612,09	5.114,36	(48,93)
Serviços de terceiros	63.819,06	69.808,67	(8,58)
Despesas gerais	59.229,49	35.710,75	65,86
Depreciações e amortizações	8.441,73	8.377,19	0,77
Tributos	23.549,96	14.133,94	66,62
Despesas Específicas - TAFIC	4.812,50	1.437,50	234,78
2.2. Administração dos Investimentos	560.890,82	212.292,08	164,21
Pessoal e encargos	376.987,07	134.528,22	180,23
Treinamentos/congressos e seminários	640,00	1.258,65	(49,15)
Viagens e estadias	3.799,21	1.206,78	214,82
Serviços de terceiros	53.025,17	20.968,85	152,88
Despesas gerais	91.873,97	34.739,97	164,46
Depreciações e amortizações	12.010,62	7.878,23	52,45
Tributos	22.117,28	11.711,38	88,85
Despesas Específicas - TAFIC	437,50	-	100,00
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	-	-	-
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	-	-	-

QUADRO 29. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB III – SALDADO

DESCRIÇÃO	Período	Variação
	jun/18	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	945.738,73	100,00
1.1. Receitas	945.738,73	100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	533.200,71	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	412.538,02	100,00
2. Despesas Administrativas	1.170.055,22	100,00
2.1. Administração Previdencial	614.239,09	100,00
Pessoal e encargos	320.554,42	100,00
Treinamentos/congressos e seminários	320,00	100,00
Viagens e estadias	1.140,69	100,00
Serviços de terceiros	23.125,26	100,00
Despesas gerais	237.040,45	100,00
Depreciações e amortizações	4.214,35	100,00
Tributos	16.843,92	100,00
Despesas Específicas - TAFIC	11.000,00	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	555.816,13	100,00
Pessoal e encargos	363.269,17	100,00
Treinamentos/congressos e seminários	576,00	100,00
Viagens e estadias	2.745,13	100,00
Serviços de terceiros	96.436,92	100,00
Despesas gerais	63.243,06	100,00
Depreciações e amortizações	6.340,27	100,00
Tributos	22.205,58	100,00
Despesas Específicas - TAFIC	1.000,00	100,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(224.316,49)	100,00
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(224.316,49)	100,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	(224.316,49)	100,00

7.3.2 Notas Explicativas

7.3.2.1 Ativo Realizável

7.3.2.1.1 Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 58 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Férias – R\$ 115 mil;
- c) Cobertura c/ Custeio dos Investimentos – R\$ 340 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.689 mil.

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de junho/2018, as quais serão liquidadas no mês de julho/2018.

A letra “b” refere-se à provisão de adiantamento de férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são ressarcidos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda dos Planos de Benefícios a ser realizado no mês de julho/2018. Os valores foram provisionados em junho/2018 nos Planos de Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como receita a receber.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS e IR, depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 462 mil e R\$ 3.171 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo **JCMB Advogados e Consultores**.

7.3.2.1.2 Gestão de Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 30. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Plano de Gestão Administrativa	jun/18	jun/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
Investimentos	10.599.315,70	11.161.257,16	2018	2017	
Títulos Públicos	9.407.497,96	10.934.230,22	88,8%	98,0%	-14%
Fundos de Investimento	1.191.817,74	227.026,94	11,2%	2,0%	425,0%
Multimercado	1.191.817,74	227.026,94	11,2%	2,0%	425,0%

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 89% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 11%.

7.3.2.2 Exigível Operacional
7.3.2.2.1 Gestão Administrativa:

- a) Contas à Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros/ Taxas – R\$ 552 mil. No entanto, as mais representativas correspondem a R\$ 65 mil relativo a Serviços de Terceiros e R\$ 384 mil referente às Provisões Salariais;
- b) Retenções à Recolher (valores de IR retidos sobre salários e de IR, PIS e COFINS de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 25 mil. Nessa conta o mais representativo corresponde ao IR retido sobre salários R\$ 23 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de junho/2018, as quais serão liquidadas em julho/2018.

7.3.2.3 Exigível Contingencial
7.3.2.3.1 Gestão Administrativa

- a) Provisão de PIS – R\$ 461 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.171 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil.

Os valores especificados nas letras “a”, “b” e “c”, correspondem a depósitos judiciais. A Entidade, em 06 de março de 2006, moveu contra a Delegacia da Receita Federal de Brasília, mandado de segurança preventivo com pedido de medida liminar no processo nº 2009.34.00.008213-4, transitando na 4ª Vara Federal de Brasília/DF. O objetivo da ação é buscar o entendimento adequado ao tratamento tributário a vigorar sobre os recursos dos planos de previdência, uma vez que a entidade entende que as contribuições sociais - PIS e COFINS não têm por base de cálculo valores aportados por participantes e patrocinadora.

Com fulcro na Lei Complementar nº 109/2001, principalmente, se insurge a fundação contra a exigência de proceder ao pagamento das contribuições citadas, ante o fato de ela não possuir faturamento. A Lei 9.718/1998, que criou as contribuições sociais, fala de **faturamento**, logo, não havendo o pressuposto, a obrigatoriedade da exigência, por parte da Receita Federal, se configura irregular, na opinião da Fundação.

É importante apresentar o “*modus operandis*” para a constituição das provisões: (I) na competência o registro é realizado como despesa da competência, tendo em vista que o pagamento é procedido até o dia 20 do mês subsequente, a contrapartida vai registrada como obrigações operacionais a pagar; (II) não se verificando o trânsito da sentença, a entidade reclassifica a obrigação a pagar em relação a contingência e o valor desembolsado como garantidor da ação, tendo em vista que é realizado o depósito judicial correspondente.

A partir de janeiro de 2015, com a publicação da Lei nº 12.973/14 no diz respeito à tese jurídica do PIS e da COFINS, a entidade passou a recolher as contribuições normalmente, e não mais deposita-las judicialmente. A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC no. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, publicada anteriormente à EC no. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços).

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

QUADRO 31. RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	jun/18	jun/17	%
Custeios Totais Oriundos	2.566.655,91	2.979.368,56	-14%
CONTRIBUIÇÃO DOS PLANOS	458.481,75	904.817,94	-49%
INVESTIMENTO DOS PLANOS	1.969.638,12	1.592.403,12	24%
RESULTADO DOS INVEST. DO PGA	138.536,04	482.147,50	-71%
Despesas Totais com a Gestão	3.751.817,83	3.474.526,09	8%
PREVIDENCIAL	1.813.352,74	1.897.318,12	-4%
INVESTIMENTO	1.938.465,09	1.577.207,97	23%

As receitas do PGA são compostas pela Taxa de Carregamento e Taxa de Administração dos Investimentos, elas totalizaram R\$ 2.428 mil enquanto os recursos existentes no próprio plano produziram receita de R\$ 138 mil, perfazendo assim a cifra total de R\$ 2.566 mil.

Na apuração dos gastos, registrados em centros de custos, por meio de critério de rateio, estabelecido pela Diretoria Executiva com aprovação do Conselho Deliberativo, por ocasião da formulação do orçamento previsto para o exercício findo, os valores foram distribuídos entre a Gestão Administrativa Previdencial R\$ 1.813 mil e Gestão Administrativa dos Investimentos R\$ 1.938 mil totalizando R\$ 3.751 mil.

A taxa de carregamento corresponde à aplicação de percentual definido pelo Atuário sobre as contribuições vertidas ao plano, e tem por finalidade custear as despesas administrativas da instituição São Francisco, vinculadas a atividade de previdência. Já a Taxa de Administração dos Investimentos corresponde das despesas relacionadas à Gestão Administrativa dos Investimentos, apuradas segundo a adoção de rateios para cada área de responsabilidade, além, da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

8 ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – 1º SEMESTRE

8.1 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

8.1.1 Consolidado geral, sintético, em moeda constante de junho de 2018

8.1.1.1 Valores realizados comparados ao mesmo período de exercícios anteriores

QUADRO 32. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO ANUAL

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO ANUAL - PGA EM MOEDA CONSTANTE									
DESCRIÇÃO	MOEDA DE:		JUNHO		2.018	AVALIAÇÃO			
	EXERCÍCIOS ANTERIORES			1º Semestre 2018	MÉDIA DE 2015 A 2017	VERTICAL		HORIZONTAL EM RELAÇÃO A:	
	2.015	2.016	2.017			2017	2018	MÉDIA	2017
RECEITAS	2.695.105,74	2.823.759,67	2.588.988,02	2.467.684,45	2.590.686,00	100%	100%	-5%	-5%
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.041.311,27	1.026.953,86	937.770,43	465.874,18	890.080,05	36%	19%	-48%	-50%
CUSTEIO PATROCINADOR(ES)	404.982,96	397.118,06	365.121,33	172.235,69	389.074,12	39%	37%	-56%	-53%
CUSTEIO PARTICIPANTES	636.328,31	629.835,80	572.649,11	293.638,49	501.005,93	61%	0,63	-41%	-49%
GESTÃO DE INVESTIMENTOS	1.653.794,47	1.796.805,80	1.651.217,59	2.001.810,27	1.700.605,95	64%	81%	18%	21%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	1.637.597,91	1.775.907,85	1.635.461,00	1.993.974,79	1.682.988,92	99%	100%	18%	22%
TAXA ADM. EMPRÉSTIMOS	16.196,56	20.897,95	15.756,59	7.835,48	17.617,03	1%	0,00	-56%	-50%
DESPESAS	3.699.837,63	3.920.049,53	3.602.904,82	3.835.061,91	3.740.930,66	100%	100%	3%	6%
DESPESAS COMUNS	3.677.879,24	3.856.098,34	3.570.302,60	3.799.232,45	3.701.426,72	99%	99%	3%	6%
PESSOAL E ENCARGOS	2.322.647,82	2.468.657,88	2.402.042,58	2.442.555,77	2.397.782,76	67%	64%	2%	2%
DIRIGENTES	701.663,66	704.538,45	667.510,21	688.123,86	691.237,44	28%	28%	0%	3%
PESSOAL PRÓPRIO	1.620.984,16	1.764.119,43	1.734.532,37	1.754.431,91	1.706.545,32	72%	72%	3%	1%
TREINAMENTOS/CONGR. E SEMINÁRIOS	11.539,13	11.099,59	12.850,85	3.259,72	11.829,86	0%	0%	-72%	-75%
VIAGENS E ESTÁDIAS	15.492,90	27.520,99	23.598,04	18.660,19	22.203,98	1%	0%	-16%	-21%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	791.970,25	595.310,20	566.579,69	514.723,21	651.286,71	16%	14%	-21%	-9%
CONSULTORIA ATUARIAL	128.747,75	123.046,32	119.782,69	92.828,18	123.858,92	21%	18%	-25%	-23%
CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	17.823,51	9.757,68	-	17.365,76	9.193,73	0%	3%	89%	100%
CONSULTORIA JURÍDICA	241.205,53	71.163,91	68.066,15	8.344,74	126.811,86	12%	2%	-93%	-88%
RECURSOS HUMANOS	3.256,47	5.970,80	3.117,16	358,17	4.114,81	1%	0%	-91%	-89%
INFORMÁTICA	238.722,62	257.544,11	248.388,25	240.052,29	248.218,33	44%	47%	-3%	-3%
AUDITORIA CONTÁBIL	10.723,36	9.850,83	9.330,45	11.126,66	9.968,21	2%	2%	12%	19%
OUTRAS	151.491,01	117.976,56	117.894,99	144.647,40	129.120,86	21%	28%	12%	23%
DESPESAS GERAIS	284.754,49	501.137,89	357.090,19	621.840,75	380.994,19	10%	16%	63%	74%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	59.535,03	64.796,12	64.423,93	47.846,64	62.918,36	2%	1%	-24%	-26%
TRIBUTOS	191.939,61	187.575,67	143.717,32	150.346,18	174.410,87	4%	4%	-14%	5%
DESPESAS ESPECÍFICAS	21.958,38	63.951,19	32.602,23	35.829,46	39.503,93	1%	1%	-9%	10%
FUNDO ADMINISTRATIVO	166.784,51	125.390,21	- 432.426,84	- 1.198.978,23	- 46.750,71	-12%	-31%	2465%	177%

GRÁFICO 56. RECEITAS ADMINISTRATIVAS



A redução das receitas da gestão previdencial de 2018 em relação a 2017 deve-se ao saldamento dos benefícios do Plano I, gerando a criação do Plano III (Saldado), que, por não ser um plano contributivo, não como contribuir para o custeio administrativo via taxa de carregamento. Portanto, as fontes de custeio administrativo por meio de carregamento ocorrem somente nos Plano I e II.

Como contrapartida da ausência de taxa de carregamento, o custeio administrativo do Plano III passou a ser suportado pela taxa de administração dos investimentos.

GRÁFICO 57. GASTOS ADMINISTRATIVOS



*Em OUTRAS DESPESAS estão contempladas o somatório de: Treinamentos/Congressos e seminários; Viagens e Estádias; Depreciação e Amortização; e Despesas Específicas. Essa simplificação se fez necessária devido ao pequeno valor individual dos grupos em relação ao total dos gastos, que assim não apareceriam no gráfico de barras.

As flutuações em rubricas como “Despesas Gerais” no exercício de 2018 são casos fortuitos e o valor deste exercício foi alçado pelo pagamento integral da dívida para com o plano Saldado, relativo a opção de empregados ativos da entidade para o novo plano. Lembrando que o pagamento atingiu a cifra de aproximadamente R\$ 200,00 mil, por isso, o valor registrado perfaz a importância total no exercício de R\$ 621,00 mil, o que demonstra que o gasto com essa rubrica está aderente aos exercícios anteriores.

A redução dos gastos com “Tributos” vem caindo devido a diminuição do custeio administrativo pago pelos planos. Não há alteração de alíquotas ou abatimentos, os valores registrados são provenientes do pagamento de PIS e COFINS, respectivamente 0,65% e 4%, incidente sobre o custeio administrativo e o resultado dos investimentos do PGA, formando a base de cálculo apurado pelo critério de competência. O recolhimento dos referidos impostos se dão até o dia 20 do mês imediatamente subsequente ao encerrado.

8.1.2 Resultado consolidado, em moeda corrente, por gestão

O que se demonstrará nos quadros a seguir, evidencia a transferência de gastos cuja origem anteriormente era registrada como inerente a gestão administrativa previdencial, suportada agora pela gestão administrativa dos investimentos, quando comparado com as apurações procedidas no exercício de 2017.

Ocorre que com o saldamento do Plano BD, e a criação do plano Saldado, esse último não mais contributivo, fez com que a Fundação revisasse a forma adotada para o rateio aplicado com base nos centros de custos, fazendo o necessário ajuste. De outro lado, o crescimento patrimonial do plano CODEPREV, também trouxe impactos, exigindo os novos ajustes.

Contando com o pequeno resultado dos investimentos nesse semestre, ocasionado pelo desempenho dos mercados de renda fixa e variável promovido pela desordem política a qual contaminou toda a economia, lembrando ainda, o desajuste externo causado pela truculência na atuação do governo americano,

o resultado do PGA foi a desconstituição do fundo administrativo em aproximadamente R\$ 1,184 milhões. A desconstituição ocorreu nos fundos atrelados aos planos BD e Saldado, em proporção maior no segundo, haja vista que diferentemente do primeiro, não há taxa de carregamento ante o fato de o plano não ser contributivo.

Salienta-se, novamente, o impacto do gasto de aproximadamente R\$ 200,00 mil registrado na rubrica Despesas Gerais, para suportar a parte da entidade no processo de saldamento do plano BD, assim, outra vez, fica a evidencia de que o fundo com maior gasto foi o registrado em nome do plano Saldado.

QUADRO 33. GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIAL

EXERCÍCIO	2017	2018	Variação
RESULTADO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	- 992.785,50	- 1.354.370,99	36%
RECEITAS	904.195,99	458.981,75	-49%
Custeio Patrocinadores	352.056,73	169.949,67	-52%
Custeio Participantes	552.139,26	289.032,08	-48%
DESPESAS	1.896.981,49	1.813.352,74	-4%
Despesas Comuns	1.895.543,99	1.781.040,24	-6%
Pessoal e Encargos	1.345.096,33	1.128.218,88	-16%
Dirigentes	446.216,14	380.523,70	-15%
Pessoal Próprio	898.880,19	747.695,18	-17%
Treinamentos/Congressos e Seminários	4.675,00	1.120,00	-76%
Viagens e Estadias	15.813,05	7.836,63	-50%
Serviços de Terceiros	276.577,18	193.174,23	-30%
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	276.577,18	193.174,23	-30%
Consultoria Atuarial	115.510,59	91.392,40	-21%
Consultoria Jurídica	43.964,06	845,14	-98%
Recursos Humanos	1.495,00	140,00	-91%
Informática	109.757,53	97.646,69	-11%
Auditoria Contábil	5.850,00	3.150,00	-46%
Despesas Gerais	157.579,21	357.472,10	127%
Depreciações e Amortizações	30.726,59	19.157,96	-38%
Tributos	65.076,63	74.060,44	14%
Despesas Específicas	1.437,50	32.312,50	2148%

QUADRO 34. GESTÃO ADMINISTRATIVA DE INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO	2017	2018	Variação
RESULTADO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS	15.334,39	31.173,03	103%
RECEITAS	1.680.755,26	1.969.638,12	17%
Custeio Administrativo	1.665.560,11	1.961.932,92	18%
Taxa de Administração de Empréstimos	15.195,15	7.705,20	-49%
DESPESAS	1.665.420,87	1.938.465,09	16%
Despesas Comuns	1.635.420,87	1.935.527,59	18%
Pessoal e Encargos	1.023.218,52	1.274.554,23	25%
Dirigentes	207.798,38	295.958,65	42%
Pessoal Próprio	815.420,14	978.595,58	20%
Treinamentos/Congressos e Seminários	8.366,10	2.080,00	-75%
Viagens e Estadias	7.786,19	10.527,19	35%
Serviços de Terceiros	292.351,72	294.127,33	1%
Serviços de Terceiros Pessoa Física	3.007,78	-	-100%
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	289.343,94	294.127,33	2%
Consultoria de Investimentos	113.639,33	141.435,54	24%
Consultoria Jurídica	34.485,63	8.126,56	-76%
Recursos Humanos	1.495,00	210,00	-86%
Informática	136.573,98	138.505,23	1%
Outras	3.150,00	5.850,00	86%
Despesas Gerais	196.127,23	252.723,38	29%
Depreciações e Amortizações	31.843,96	27.883,54	-12%
Tributos	75.727,15	73.631,92	-3%
Despesas Específicas	30.000,00	2.937,50	-90%
RESULTADO ANTES DO RENDIMENTO DO INVESTIMENTO	- 977.451,11	- 1.323.197,96	35%
RENDIMENTO DO INVESTIMENTO	482.147,50	138.536,04	-71%
FORMAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	- 495.303,61	- 1.184.661,92	139%

8.1.3 Orçado X realizado administrativo, acompanhamento sintético por plano

TABELA 46. CUSTEIO DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Constituição/Reversão Fundo Administrativo (1+2)	60	-960	-1.709
1. Receitas	1.698	558	-67
Custeio Administrativo Previdencial	330	107	-67
Custeio Administrativo de Investimentos	847	725	-14
Fluxo dos Investimentos	521	- 274	-153
2. Despesas	-1.639	-1.519	-7
Despesa Administrativa Previdencial	-753	-697	-7
Despesa Administrativa de Investimentos	-886	-822	-7

Houve um excesso na previsão dos custeios do plano, devido ao desconhecimento efetivo de como se comportaria a opção de adesão ao plano salgado.

TABELA 47. CUSTEIO DO CODEPREV

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Constituição/Reversão Fundo Administrativo (1+2)	-	-	-
1. Receitas	1.174	1.063	-9
Custeio Administrativo Previdencial	419	352	-16
Custeio Administrativo de Investimentos	755	712	-6
2. Despesas	-1.174	-1.063	-9
Despesa Administrativa Previdencial	-582	-502	-14
Despesa Administrativa de Investimentos	-592	-561	-5

Efetivamente o desvio geral é menor que 10%, mas, chama a atenção a expectativa otimista quanto a adesão de mais pessoas pela opção de ex-participantes do plano BD em levar suas reservas de poupança para o CODEPREV, dessa forma, a variação de 16% no custeio é justificada. Quanto a despesa, o realizado seguiu abaixo do orçado.

8.1.3.1 Fatos Relevantes

Reforça-se que a remuneração dos recursos investidos pelo PGA será lançada apenas nos Planos de Benefícios I e III, enquanto o Codeprev não tiver formado fundo administrativo.

Neste exercício, parte importante dos recursos destinados à gestão previdencial foi suportada por recursos oriundos dos investimentos do plano. A importância de receita que sobra na gestão administrativa de investimento, vis a vis a despesa administrativa de investimento é a mesma que falta na gestão administrativa previdencial.

TABELA 48. CUSTEIO DO BENEFÍCIO SALGADO

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Constituição/Reversão Fundo Administrativo (1+2)	-380	-224	-41
1. Receitas	566	946	67
Custeio Administrativo Previdencial	-	-	-
Custeio Administrativo de Investimentos	566	533	-6
Fluxo dos Investimentos	-	413	100
2. Despesas	-946	-1.170	24
Despesa Administrativa Previdencial	-354	-614	73
Despesa Administrativa de Investimentos	-591	-556	-6

O desvio na despesa é o efeito dos R\$ 200,00 mil pagos pelo PGA, fundo do plano Saldado, ao próprio plano Saldado, relativo a parte da fundação em relação aos seus participantes no plano BD, já devidamente apontada no início do acompanhamento orçamentário.

8.1.4 Resultado da Política de Investimentos do PGA, por Plano de Benefício

TABELA 49. BENEFÍCIO DEFINIDO

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos	311	83	-73
1. Receita Bruta dos Investimentos	311	83	-73
Títulos Públicos	294	60	-80
Fundos de Investimento	16	22	39

TABELA 50. BENEFÍCIO SALDADO

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos	211	56	-73
1. Receita Bruta dos Investimentos	211	56	-73
Títulos Públicos	200	41	-80
Fundos de Investimento	11	15	39

Como já informado neste relatório, o desempenho dos investimentos ficou inferior ao previsto devido ao comportamento do mercado de renda fixa, onde os títulos públicos viram suas taxas alçarem patamares elevados, não previsto na orçamentação.

8.1.5 Indicadores Projetados para o ano com base nos dados até o 1º Semestre

8.1.5.1 Dados anualizados linearmente para apuração dos Indicadores

QUADRO 35. RECEITAS E DESPESAS

Descrição	Orçado 2018	Valores realizados Proporciais 2018
Adições	44.154	37.640
Deduções	32.365	42.369
Total	76.519	80.009
Custeio Previdencial	1.620	917
Custeio dos Investimentos	4.359	3.939
Total	5.979	4.856
Gastos Previdenciais	3.553	3.627
Gastos dos Investimentos	4.164	3.877
Total	7.717	7.504

TABELA 51. RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

ATIVO LÍQUIDO DOS PLANOS	Orçado	Realizado 1º Semestre
TOTAL	731.317	712.403
Participantes Totais	1.907	2.204

8.1.5.2 Indicadores
TABELA 52. ESTIMADOS - HIPÓTESE ORÇAMENTÁRIA

INDICADORES ESTIMADOS PARA 2018 - HIPÓTESE ORÇAMENTÁRIA	Orçado	Previsto *	Limites
Custeio administrativo total em relação as adições mais deduções - %	7,81	6,07	9,00
Custeio administrativo total em relação ao ativo total - %	0,82	0,68	1,00
Custo administrativo total em relação ao ativo total - %	1,06	1,05	1,20
Custo administrativo previdencial por número de participantes - R\$	1.863	1.646	2.300
Custo administrativo de investimentos em relação aos recursos garantidores - %	0,60	0,55	1,00

* Resulta da média do período, projetado para o exercício vigente.

TABELA 53. ESTIPULADOS NO REGULAMENTO DO PGA

INDICADORES ESTIPULADOS NO REGULAMENTO DO PGA	Orçado	Realizado
Custo com serviços de terceiros em relação às despesas administrativas - %	17	13
Treinamento por áreas - R\$		
1- Gerência		
a) Administrativa	2.720	-
b) Previdencial	-	-
c) Investimentos	4.235	-
d) Contabilidade	2.520	3.200
2- Diretoria		
a) Superintendência	840	-
b) Seguridade	-	-
c) Investimentos	-	-

Observa-se que o acompanhamento até o semestre revela que, se mantido para o segundo semestre o desempenho do primeiro, os indicadores situar-se-ão abaixo dos limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento.

8.2 PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD
8.2.1 Evolução da Reserva

No quadro a seguir chama-se a atenção para a evolução das deduções que superaram o estimado em aproximadamente R\$ 5 milhões. A redução do resultado dos investimentos frente ao orçado em também aproximados R\$ 5 milhões. Os primeiros, por ocorrências não consideradas na orçamentação, uma incorreção de estimativas. O segundo, já comentado em outros pontos, tem sua origem no desempenho do mercado acionário e nos títulos Públicos, ambos devidos as quedas de preço dos ativos.

QUADRO 36. EVOLUÇÃO DA RESERVA

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Déficit/Superávit (1+2+3+4+5)	819	-6.152	-851%
1.Adições	4.125	3.659	-11%
2.Deduções	-16.821	-21.142	26%
3.Custeio Previdencial	-330	-107	-68%
4.Fluxo dos Investimentos	13.845	8.675	-37%
5.Provisões Matemáticas	-	2.763	100%

8.2.2 Resultados por grupos de Ativos

QUADRO 37. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos (1+2)	13.845	8.675	-37%
1. Receita Bruta dos Investimentos	14.692	9.400	-36%
Títulos Públicos	10.273	8.041	-22%
Créditos Privados e Depósitos	1.079	665	-38%
Fundo de Liquidez	288	120	-58%
Ações (Em Fundos)	2.840	-2.125	-175%
FIDCS	0	-21	-100%
Participações	0	2.279	-
Empréstimos	212	308	46%
Imóveis	0	133	-
2. Total Custeio Investimento	-847	-725	-14%
Custeio Gestão Adm Investimento	-847	-717	-15%
Custeio Empréstimo	-	-8	-100%

8.3 CODEPREV

8.3.1 Evolução da Reserva

Como já identificado anteriormente, houve um excesso de otimismo na adesão de ex-participantes do plano BD ao CODEPREV, essa é a origem da diferença nas adições. Nos investimentos, onde todos os ativos estão marcados a mercado, a alta das taxas de juros das NTN-B representa a maior parte do resultado, num desvio de aproximadamente R\$ 5,3 milhões. Somado ao desvio das adições justifica a diferença encontrada entre o orçado e o realizado em aproximadamente R\$ 7,9 milhões.

QUADRO 38. EVOLUÇÃO DA RESERVA

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Déficit/Superávit (1+2+3+4+5)	-	-	-
1. Adições	13.968	11.721	-16
2. Deduções	-	-33	-100
3. Custeio Previdencial	-419	-352	-16
4. Fluxo dos Investimentos	3.375	-1.996	-159
5. Fundos Previdenciais	-16.924	-8.950	-47

8.3.2 Resultados por grupos de Ativos

QUADRO 39. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos (1+2)	3.375	-1.996	-159
1. Receita Bruta dos Investimentos	4.085	-1.285	-131
Títulos Públicos	3.910	-944	-124
Fundo de Liquidez	4	58	1348
Ações (Em Fundos)	171	-399	-334
2. Total Custeio Investimento	-709	-712	0
Custeio Gestão Adm Investimento	-709	-712	0

8.4 BENEFÍCIO SALDADO

8.4.1 Evolução da Reserva

Houve um excesso de precaução quanto à possibilidade de saída de recursos quando das premissas orçamentárias, as quais não se confirmaram.

No fluxo dos investimentos, o resultado auspicioso ficou ancorado no processo de ALM. Em março, quando foi finalizado o estudo, foi identificado os papéis que deveriam ser precificados a vencimento, o que foi procedido de imediato. Assim, com poucos ativos marcados a mercado, a variação de alta nas taxas de juros das NTN-B não produziu o mesmo efeito apresentado nos demais planos, ao contrário, terminaram por superar as melhores estimativas quando da orçamentação. Assim, praticamente sozinho, o resultado dos investimentos foi suficiente para suportar o crescimento das provisões matemáticas.

A questão da marcação a mercado ou vencimento é matéria importante e precisa ser muito bem explicada aos participantes, haja vista promoverem o resultado dos planos de forma absolutamente distinta uma das outras.

Os modelos de alocação que fundamentam a formação das carteiras de investimentos são vitais para a boa escolha de prazos e volumes, devendo ser aplicados depois da edição da Resolução 4.661 de maio de 2018, em substituição a Resolução 3.792, com ainda mais primazia. Tais modelos fazem antever a necessidade de recursos ao longo do tempo, evitando que ativos mais suscetíveis as oscilações dos humores do mercado, sejam vendidos em datas anteriores aos seus vencimentos. Somente na hipótese de venda antes do vencimento podem ocorrer as verdadeiras perdas.

Todos os ativos existentes nas carteiras dos planos foram adquiridos em taxas acima de suas metas ou da referência, pouco importando se em determinado momento eles se encontrem sendo negociados a taxas mais altas, afinal, não serão vendidos no presente, serão resgatados no futuro. Nessa situação o plano, a longo prazo, produzirá rendimentos superiores.

QUADRO 40. EVOLUÇÃO DA RESERVA

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Déficit/Superávit (1+2+3+4+5)	3.660	8.910	143
1. Adições	3.099	3.440	11
2. Deduções	-5.440	-9	-100
4. Fluxo dos Investimentos	6.001	11.057	84
5. Provisões Matemáticas	-	-5.578	100

8.4.2 Resultados por grupos de Ativos

QUADRO 41. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS

Descrição	1º Semestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos (1+2)	9.092	11.057	22
1. Receita Bruta dos Investimentos	9.658	11.590	20
Títulos Públicos	6.911	10.929	58
Créditos Privados e Depósitos	503	302	-40
Fundo de Liquidez	79	44	-45
Ações (Em Fundos)	1.912	-1.473	-177
FIDCS	0	-15	-100
Participações	0	1.534	100
Empréstimos	253	178	-30
Imóveis	0	92	-100
2. Total Custeio Investimento	-566	-533	-6
Custeio Gestão Adm Investimento	-566	-533	-6